

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
CURSO DE MESTRADO**

**DESAFIOS DA FILOSOFIA MORAL CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DO
VALOR NO DESENVOLVIMENTO DE UMA TEORIA ÉTICA AMBIENTAL**

**FLORIANÓPOLIS
2009**

ROSANE MARIA MOTA

**DESAFIOS DA FILOSOFIA MORAL CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DO
VALOR NO DESENVOLVIMENTO DE UMA TEORIA ÉTICA AMBIENTAL**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Filosofia, Programa de Pós-
Graduação em Filosofia, Curso de
Mestrado, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas.**

Orientadora: Prof^a. Dra. Sônia T. Felipe

**FLORIANÓPOLIS
2009**

*Dedico esta dissertação
a todos que se entregam de corpo e razão
à luta pela preservação do meio ambiente
e abolição do uso e abuso de animais de toda espécie.*

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Departamento de Filosofia, em especial, Alessandro Pinzani, Celso Reni Braidá, Luiz Henrique de Araújo Dutra, Luis Felipe Belintani e Décio Krause.

A professora Sônia Terezinha Felipe por sua orientação e respeito na recepção e troca de ideias.

Ao servidor do Departamento de Filosofia, Manoel (Maneca) sempre muito atencioso.

Aos colegas da graduação e pós-graduação em Filosofia, especialmente, Tânia A. Kuhnen, Neide Köhler Schulte, Kleberson Jasper, Alberto Paulo Neto, Carmelita Schulze e Rafael Mendonça pelas preciosas contribuições sobre a teoria de Paul Taylor, durante a disciplina optativa Ética Prática – 2007-2. Todas as discussões foram importantíssimas para a construção deste texto.

Aos meus pais Alcides e Maria que sempre me apoiaram em tudo que busquei realizar, às minhas irmãs Cristiane e Luciane, e minha querida sobrinha Taíssa.

Aos amigos Caroline Ferri, Fernando Coelho, Sandro Roberto Oliveira, Marisa Baldo, Valdirene e Kassiano a quem tenho eterna admiração e carinho.

Finalmente, a Thiagus pelo amor, carinho e paciência durante esse percurso.

“Quando o homem aprende a respeitar até o menor ser da criação, seja animal ou vegetal, ninguém precisa ensiná-lo a amar seu semelhante.”

Albert Schweitzer (Nobel da Paz – 1952)

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
I. A PERSPECTIVA DE VALOR DA NATUREZA NAS CONCEPÇÕES ÉTICAS SENCIOCÊNTRICAS.....	14
1.1 SERES MORALMENTE CONSIDERÁVEIS E VALIOSOS POR SI MESMOS NA CONCEPÇÃO UTILITARISTA PREFERENCIAL.....	18
1.1.1 <i>Afastar a dor, buscar o prazer: um interesse universalizável.....</i>	19
1.1.2 <i>O malefício da dor.....</i>	21
1.1.3 <i>O valor da vida consciente.....</i>	24
1.1.4 <i>O valor instrumental da natureza.....</i>	26
1.2 CONCEPÇÃO DE DIREITOS E VALOR PARA SUJEITOS-DE-UMA-VIDA.....	33
1.2.1 <i>Mais que meramente vivo.....</i>	33
1.2.2 <i>O valor como fim.....</i>	35
1.2.3 <i>Considerações sobre a natureza de uma ética ambiental.....</i>	38
1.3 VALORES NA NATUREZA.....	47
1.3.1 <i>O valor antecede o interesse.....</i>	48
1.3.2 <i>A senciência como critério último de valor próprio.....</i>	50
II. PERSPECTIVA BIOCÊNTRICA DE VALOR E CONSIDERAÇÃO MORAL DA NATUREZA NA CONSTITUIÇÃO DE UMA ÉTICA AMBIENTAL.....	54
2.1 ESTRUTURA PARALELA DAS ÉTICAS HUMANA E AMBIENTAL.....	56
2.1.1 <i>A simultaneidade da condição agente-paciente moral.....</i>	56
2.1.2 <i>Condições para a validade dos princípios éticos</i>	59
2.1.2.1 <i>Condições formais.....</i>	59
2.1.2.2 <i>Condições materiais.....</i>	60
2.2 A PERSPECTIVA BIOCÊNTRICA.....	62
2.2.1 <i>Seres humanos como membros da Comunidade de Vida da Terra.....</i>	62
2.2.2 <i>O mundo natural: um sistema de interdependência.....</i>	65
2.2.3 <i>Centros teleológicos de vida.....</i>	65
2.2.4 <i>O mito da superioridade humana.....</i>	66
2.3 A ATITUDE DE RESPEITO PELA NATUREZA.....	74
2.3.1 <i>O conceito de bem-próprio.....</i>	74
2.3.2 <i>O conceito de bem inerente.....</i>	76
2.4 REGRAS DE CONDUTA, CARÁTER E VIRTUDES DO SISTEMA ÉTICO-AMBIENTAL.....	79
2.5 DILEMAS MORAIS E PRINCÍPIOS PRIORITÁRIOS.....	82
III. CRÍTICAS, OBJEÇÕES E OUTRAS PERSPECTIVAS PARA A ÉTICA DO RESPEITO PELA NATUREZA.....	89
3.1 INDIVIDUALISMO ALTERNATIVO	90
3.1.1 <i>Interesse considerável moralmente.....</i>	91
3.1.2 <i>Preservação e respeito pelas espécies.....</i>	93
3.1.3 <i>O bem da espécie: um conceito estatístico.....</i>	94
3.2 O PROBLEMA DA JUSTIFICAÇÃO NA ÉTICA DO RESPEITO PELA NATUREZA.....	96
3.2.1 <i>Perspectiva antropocêntrico-biocêntrica.....</i>	98
3.2.2 <i>A rede de interdependência.....</i>	100
3.2.3 <i>Organismos buscam seu próprio bem.....</i>	101

3.2.4 <i>A difícil aceitação da igualdade biocêntrica</i>	103
3.3 A RESISTÊNCIA ANTROPOCÊNTRICA EM FAVOR DA SUPERIORIDADE HUMANA.....	106
3.3.1 <i>O valor da vida não- humana</i>	107
3.3.2 <i>Tipos de vida</i>	110
3.3.3 <i>Respeito versus direito</i>	112
3.3.4 <i>A insustentável ideia de superioridade humana</i>	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

MOTA, Rosane Maria. **Desafios da filosofia moral contemporânea: a questão do valor no desenvolvimento de uma teoria ética ambiental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia na área de Ética e Filosofia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Orientadora: Prof^a. Sônia T. Felipe, Dra.

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão das principais questões e polêmicas contemporâneas que envolvem o desenvolvimento de uma ética ambiental a partir das perspectivas de alguns importantes filósofos: o abolicionista-animalista Peter Singer, que somente acredita no desenvolvimento de uma ética ambiental baseada no interesse dos seres sencientes; Tom Regan, outro abolicionista que compartilha em parte a crença de Singer, considera insustentável a defesa de uma ética ambiental baseada exclusivamente num caráter instrumental para a satisfação de interesses senciocêntricos; Holmes Rolston III com a perspectiva de valores na natureza questiona, principalmente, a concepção de ética ambiental proposta por Singer; numa perspectiva não antropocêntrica, Paul Taylor, filósofo biocentrista, propõe uma ética ambiental de respeito pela natureza baseada nos conceitos de bem-próprio e bem inerente das coisas vivas silvestres. Contudo, as velhas concepções são sempre muito resistentes ao que é novo. Da mesma forma que atrai simpatizantes, a teoria de Taylor não permanece isenta às críticas. Entre seus simpatizantes, Nicholas Agar propõe que o individualismo seja substituído pela consideração do interesse das espécies em se preservar. Entre seus críticos, Gene Spitler contribui positivamente com observações contundentes sobre um dos principais elementos constitutivos de sua ética: a interdependência das coisas vivas no ecossistema planetário. Já Louis G. Lombardi usa os conceitos de bem inerente e bem próprio para reescrever a ideia de superioridade humana. Todas as questões refletem a polêmica na proposição de um critério válido capaz de justificar o reconhecimento do valor da vida não-humana em si mesma e o desenvolvimento de uma concepção aceitável de ética ambiental.

Palavras-chave: ética ambiental, bem próprio, bem inerente, vida humana, vida não-humana, superioridade humana.

MOTA, Rosane Maria. **Challenges of Contemporary Moral Philosophy: The Question of Value in Developing a Theory of Environmental Ethics**. 2009. Dissertation (Master's Degree in Philosophy – Ethics and Moral Philosophy) – Federal University of Santa Catarina, Florianópolis. Professor: Sônia T. Felipe, *PhD*.

Abstract

This paper presents a discussion of the main contemporary issues and controversies about the development of environmental ethics from the perspective of some major philosophers: the abolitionist-animal Peter Singer, who defends the developing of an environmental ethics based only on the interests of sentient beings; Tom Regan, another abolitionist who shares some of Singer's point of view, considers unsustainable the defense of an environmental ethics based solely on a character instrumental to the satisfaction of interests sentiocentric; Holmes Rolston III criticizes the concept of environmental ethics proposed by Singer, mainly, because he has a view of nature values from a non-anthropocentric perspective; the biocentrist philosopher Paul Taylor proposes an environmental ethics of respect for nature based on the concepts of good of its own and the inherent worth of wild living things. However, the old conceptions are always very resistant to what is new. The Taylor's theory has both sympathizers as well critics. Among his sympathizers, Nicholas Agar proposes that individualism is replaced by the self-preservation interest of the species. Among its critics, Gene Spitler contributes positively with remarkable observations on one of the main components of his ethics: the interdependence of living things in the planetary ecosystem. For other hand, Louis G. Lombardi employs the concepts of inherent worth and good of its own to review the idea of human superiority. All questions reflect the controversy in the proposal of a valid criterion that can be able to justify the recognition of the value of non-human life in itself and the development of an acceptable conception to environmental ethics.

Keywords: environmental ethics, good of its own, inherent worth, human life, non-human life, human superiority.

Introdução

A ética ambiental é um campo de investigação recente do pensamento ético contemporâneo e um dos mais polêmicos. O ser humano, apenas tardiamente, começou a prestar atenção às questões que envolvem suas ações destrutivas para com o meio ambiente. Inicialmente, muitos filósofos têm dedicado especial atenção ao que acontece com os animais, sejam aqueles que se tornaram produtos da biocultura ou que direta ou indiretamente sofrem com a interferência humana. Seu objetivo principal é limitar o avanço humano naqueles escassos ambientes em que a vida silvestre de animais e plantas ainda pode desenvolver-se a seu próprio modo. O ser humano precisa rever e transformar sua perspectiva de mundo e o seu lugar nele.

Além da resistência dos pensadores da tradição antropocêntrica que não consideram possível, tampouco necessário, o desenvolvimento de uma ética para o meio ambiente, aqueles que se dedicam a discuti-la divergem em muitos pontos quanto aos critérios capazes incluir a vida silvestre na consideração e respeito moral.

As questões ambientais envolvem essencialmente refletir sobre os danos causados ao longo dos anos pelos seres humanos e sua cultura à natureza e às outras formas de vida. São muitos os desdobramentos dessa história de uso e abuso de animais, dos recursos indispensáveis à manutenção da vida, do desmatamento de florestas inteiras que implicam nos distúrbios do clima, no ciclo das estações do ano, consequentemente na produção de alimentos (grãos) entre outras consequências decorrentes dessas ações.

No primeiro capítulo, aspectos do pensamento ético abolicionista-animalista são tratados com atenção especial para as concepções de Peter Singer e Tom Regan. Os elementos principais dessas concepções, com respeito à questão do valor e do *status* dos animais sencientes no âmbito das considerações morais e seu alcance na consideração de limites das ações humanas para com os animais e a natureza.

A proposição do princípio de igual consideração de interesses semelhantes de Singer, fundamentada na capacidade de sofrer com a dor, busca justificar a inclusão no âmbito das considerações morais de todos os seres dotados de sentiência. Apesar da amplitude desse critério, o princípio da igual consideração de interesses de seres sencientes acaba excluindo da consideração moral parte significativa de seres vivos.

Com relação às questões ambientais, são apresentadas as dúvidas de Singer quanto à possibilidade de se transpor à barreira da sentiência quando está em questão

atribuir valor não-instrumental a natureza. Singer admite atribuir somente esse valor as coisas que não satisfazem o critério da senciência. O valor intrínseco é aplicável apenas àqueles seres capazes de sofrer com a degradação do ambiente onde vivem e dos recursos necessários a sua sobrevivência.

A preservação da natureza, na concepção de Singer, também deve contemplar a consideração do interesse das gerações que habitarão a Terra no futuro em encontrar um ambiente saudável e adequado para o seu pleno desenvolvimento.

A posição de Singer em relação ao desenvolvimento de uma ética ambiental lhe rende muitas críticas. Entre elas, a de Holmes Rolston III rejeita a ideia de atribuir a natureza apenas um valor instrumental, em virtude de ser necessária ao interesse de sobrevivência dos seres sencientes, sem, no entanto, ter valor por ela mesma.

Tom Regan e sua perspectiva ética de direitos morais para os animais compartilha com Singer da dúvida sobre a possibilidade de se transpor o limite da senciência, quando o assunto envolve considerações sobre valor. O conceito de sujeitos-de-*uma*-vida, objeto da consideração moral e de valor inerente em sua teoria, denota subjacente recurso do autor a ideia de singularidade da vida consciente ou autoconsciente. Mas, os critérios apresentados por Regan para definir sujeito-de-*uma*-vida parecem não oferecer maior amplitude ao âmbito da consideração moral. Em comparação ao critério apresentado por Singer, o de Regan parece restringir ainda mais a incursão de seres não-humanos na comunidade moral.

Na discussão das questões ambientais são apresentadas as considerações de Regan quanto ao que julga ser necessário para o desenvolvimento de uma ética ambiental genuína: conceder valor diretamente à natureza. O autor é um crítico da tentativa dos teóricos tradicionais antropocêntricos de desqualificar o desenvolvimento de uma ética ambiental desvinculada do aspecto instrumental. Os antropocentristas consideram impossível e, mesmo, desnecessário esse esforço, uma vez que as questões ambientais podem ser suficientemente tratadas, a partir da ideia de interesse, sejam esses dos seres sencientes ou, especialmente, dos humanos.

Os principais argumentos dessa tradição, contrária à fundamentação de uma ética ambiental que atribua valor diretamente à natureza, são examinados por Regan e considerados insuficientes para desqualificar o esforço de pensar uma ética ambiental, cujo valor não se vincula a interesses. O autor considera importante numa ética ambiental buscar um critério capaz de justificar o valor da natureza em si mesma.

No segundo capítulo a teoria ética ambiental biocêntrica de Paul Taylor é apresentada como uma proposta que busca justificar o valor próprio da natureza. Em sintonia com a idéia de Regan e inspirado pelo seu conceito de valor inerente (*inherent value*), Taylor apresenta sua versão de bem inerente (*inherent worth*). Diferentemente de Regan, o autor considera dignos desse valor somente àquelas coisas vivas que possuem um bem próprio, cuja realização é própria do seu modo singular de vida, delimitando um novo âmbito para a consideração e respeito moral.

Taylor desenvolve a ética do respeito pela natureza em torno de quatro pontos que considera centrais em sua teoria: 1) a perspectiva biocêntrica de natureza; 2) a ideia de interdependência entre as formas de vida nos ecossistemas; 3) seres humanos e não-humanos na situação de membros da comunidade de vida da Terra; e 4) a negação da superioridade humana.

Além disso, o autor dedica-se a enumerar alguns princípios que considera prioritários na tentativa de resolver conflito de interesses, decorrentes da relação entre seres humanos e as outras formas de vida. Esses princípios são associados a uma série de virtudes as quais Taylor julga capazes de dotar os seres humanos com a boa vontade para adotar a atitude de respeito pela natureza.

No terceiro capítulo, são apresentadas as críticas de três autores a teoria de Taylor: Nicholas Agar, Gene Spitler e Louis G. Lombardi. Cada um deles apresenta objeções e contribuições que proporcionam reflexões importantes para o entendimento da teoria de Taylor.

Agar, mais simpatizante que crítico da igualdade biocêntrica, propõe uma alternativa ao individualismo de Taylor quanto à consideração do bem próprio, singular aos modos de vida das coisas vivas silvestres.

Filiado à perspectiva de preservação de espécies, Agar apresenta em substituição ao conceito de bem próprio, o de meta-representacional, que julga capaz de fundamentar a consideração moral de espécies, ao invés de indivíduos exclusivamente. Para o autor, indivíduos expressam interesses característicos da espécie a qual pertencem.

Spitler, por sua vez, aponta inconsistências nos argumentos apresentados por Taylor, em cada um dos pontos centrais que constituem sua proposta de ética ambiental. Spitler aponta problemas principalmente quanto (1) a possibilidade de abandonar a perspectiva antropocêntrica como visão humana de mundo, (2) no reconhecimento da interdependência entre as formas de vida, ao mesmo tempo em que humanos são considerados dispensáveis dessa relação sem qualquer prejuízo para o desenvolvimento

da vida dos outros organismos constituintes do ecossistema planetário, e (3) na possibilidade de se negar à superioridade humana.

O autor é bastante consistente em suas observações fazendo Taylor repensar algumas considerações com respeito à participação humana na relação de interdependência entre as espécies no ecossistema planetário.

Por fim, Lombardi apresenta uma releitura da superioridade humana com base no conceito de bem inerente proposto por Taylor. Os argumentos de Lombardi fundamentam-se principalmente na ideia de variedade de capacidades dos diferentes tipos de vida, no processo de busca e realização de seu bem próprio. O fato de seres humanos possuírem uma variedade maior de capacidades, algumas dessas distinguindo-os significativamente das outras formas de vida, justificariam a consideração do bem inerente dentro de uma escala, cujo bem seria maior ou menor, conforme a variedade de capacidades com as quais cada tipo de vida realiza seu bem próprio.

Taylor oferece respostas bastante consistentes às objeções de seus colegas. As considerações de Agar não diferem muito do que o autor já propõe em sua ética. Considerações sobre o bem de espécies acabam “esbarrando” no bem do indivíduo em primeiro lugar.

Quanto às objeções de Spitler, especialmente as observações sobre a ideia de interdependência, Taylor reconhece que comete alguns exageros em sua afirmação sobre a desnecessária presença e, mesmo, benéfica ausência dos humanos no ecossistema planetário.

Já em relação às críticas e intenções de Lombardi, Taylor apresenta razões para negar qualquer possibilidade de reeditar a superioridade humana, a partir do conceito de gradação do bem inerente. Escala cujos níveis são estabelecidos de acordo com a variedade ou complexidade de capacidades apresentadas pelos diferentes tipos de vida.

Taylor não admite que o bem inerente da coisa viva que busca seu bem, de acordo com seu modo de vida, seja graduado, pois esse bem é próprio da vida singular que ele ou ela é.

Todas essas discussões proporcionam uma ampla reflexão filosófica sobre crenças arraigadas, costumes, interesses antropocêntricos subjacentes e possibilidades de mudança da visão de mundo, bem como das relações humanas com todas as outras formas de vida que ainda se encontram fora do âmbito das considerações morais, de valor e respeito.

I. A perspectiva de valor da natureza nas concepções éticas senciocêntricas

É inegável que a ética deixou de ser exclusivamente um campo de investigação das relações entre humanos. As transformações que os seres humanos provocaram no panorama da Terra ao longo de sua história motivaram preocupações quanto ao futuro do planeta e dos seres que nele vivem.

Os reflexos do desenvolvimento da cultura industrial são percebidos na extinção de animais, poluição dos recursos não renováveis, aquecimento global, no clima e na produção de alimentos, nas catástrofes naturais, entre outras ainda em estudo. Todas essas questões, até bem pouco tempo, não constavam na pauta de prioridades das grandes economias mundiais.

O relatório divulgado pelo IPCC/ONU¹ (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas) mudou esse panorama. As nações economicamente mais ricas foram alertadas a repensar seus modelos econômicos na tentativa de reverter, ou ao menos refrear, o quadro atual das transformações no planeta. Toda essa preocupação repentina dos órgãos governamentais, contudo, nos faz suspeitar que a dimensão do problema seja muito maior.

É fato que as transformações provocadas no planeta acarretam problemas atuais urgentes. Contudo, o debate em torno dos problemas do clima e dos desafios da preservação da natureza, a discussão de fundamentos sólidos, capazes de promover mudanças na atitude humana explorativa, não acontecem com a mesma urgência.

Uma transformação na perspectiva das relações humanas com a natureza envolve refletir e discutir eticamente uma nova postura, com a substituição dos velhos paradigmas da moral tradicional antropocêntrica que têm mantido fora das considerações morais todas as outras formas de vida e um número significativo de seres humanos, por outros que sejam capazes de incluir o maior número de seres, ou mesmo toda a comunidade de vida da Terra.

Diante do novo cenário no qual o planeta atualmente se encontra, não é mais admissível para os humanos orientarem-se por uma ética que limita a consideração

¹ Divulgado em 02/02/2007, na cidade de Paris (França), o Relatório do IPCC/ONU “Novos Cenários Climáticos” alerta para as transformações drásticas que o planeta vem sofrendo ao longo dos anos que influenciarão diretamente nas condições climáticas futuras, ocasionadas, principalmente, pelas emissões de gases poluentes na atmosfera, resultado do consumo de combustíveis fósseis pelos humanos. Disponível em: www.ecolatina.com.br. Acessado em: 19/05/2008.

moral e de valor somente a sua forma de vida, enquanto atribui às outras, apenas valor instrumental, consideradas unicamente como meios para satisfação de suas necessidades e interesses. As discussões sobre a ética devem ser capazes de incluir as formas de vida constituintes do ecossistema global.

Alguns adeptos das concepções de ecologia profunda e respeito pela vida, afirmam que todas as formas de vida vivem na Terra uma relação de interdependência. O que afeta um grupo para o bem ou para o mal, pode igualmente trazer consequências boas ou más para outros.²

Essas novas perspectivas éticas não admitem nem reconhecem justificativas que excluam do âmbito moral as discussões em torno das relações humanas com o meio ambiente natural e o seu dever de preservá-lo. Não se pode admitir que a ética ignore as atuais consequências das ações e relações humanas para com o meio ambiente e continue ainda a guiar-se por velhos paradigmas como racionalidade e linguagem para reconhecer que alguém seja digno de consideração moral.

A humanidade vive novos tempos e necessita buscar novos critérios, capazes de fundamentar solidamente uma mudança de perspectiva na interrelação com o meio ambiente, que permita o desenvolvimento de uma ética global, valorizando a natureza não como instrumento de satisfação das vontades e desejos humanos, mas, por ela mesma. É inadmissível ignorar que os humanos compartilham com todos os outros seres vivos as mesmas condições e exigências de sobrevivência.

Os éticos defensores dos animais são precursores no esforço para ampliar o âmbito da moralidade³. As questões ambientais são desdobramentos dessa busca, pois objetivam encontrar um critério capaz de incluir nas considerações morais, tanto os animais, quanto outras formas de vida que compõem o ecossistema da Terra.

Contudo, questões envolvendo o meio ambiente natural e as formas de vida que o constituem não são discutidas dentro de uma mesma perspectiva por éticos

² Kenneth Goodpaster, Aldo Leopoldo, Freya Mathews, Holmes Rolston III, Paul Taylor, Albert Schweitzer, George Session, Arne Naess, Val Plumwood, Richard Sylvan, Bill Duvall, Lawrence Johnson, James Lovelock defendem a ideia de interdependência nas relações entre os seres vivos no ecossistema planetário. Peter Singer faz referência às concepções defendidas por eles em *Ética Prática*, São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 280-304 (no capítulo dedicado ao meio ambiente)

³ Humphry Primatt em *The Duty of Mercy*, já no século XVIII chamava a atenção para o sofrimento dos animais. *Apud* FELIPE, Sônia T. “Fundamentação ética dos direitos animais: O legado de Humphry Primatt”. *Revista Brasileira de Direito Animal* 1. Salvador 2006a: Instituto de Abolicionismo Animal. Da mesma forma, Jeremy Bentham em, *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, chama a atenção sobre ser a capacidade de sofrer dos animais mais relevante moralmente que o fato de não poderem raciocinar ou falar. *Apud* SINGER. *Ética Prática*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 66-7.

ambientalistas e por defensores dos animais⁴. Há divergências em seus argumentos, quanto aos critérios capazes de fundamentar uma concepção de valor que possibilite o desenvolvimento de uma ética ambiental genuína.⁵

De um lado, os defensores dos animais consideram duvidosa a possibilidade de se transpor à barreira da sensibilidade e consciência para afirmar que algo tem valor por si mesmo e merece consideração moral. Por outro lado, os ambientalistas insistem que limitar o valor aos critérios da consciência e sensibilidade restringe a consideração moral aos seres humanos que satisfazem essas condições e a uns poucos animais, deixando de fora todas as outras formas de vida.

Nesse capítulo, o principal objetivo será apresentar algumas concepções de valor e a plausibilidade de sua adoção para a ampliação da fronteira da moralidade, frente à concepção moral tradicional. Em especial as contribuições de Peter Singer e Tom Regan para uma teoria ética abolicionista dos maus-tratos e uso de animais para fins humanos, bem como suas considerações sobre a possibilidade de desenvolvimento de uma ética ambiental capaz de orientar as relações humanas com as outras formas de vida que igualmente constituem o ecossistema da Terra.

Entre os animalistas, Peter Singer defende uma postura mais conservadora com respeito às questões ambientais. Sua concepção de ética ambiental se limita ao interesse dos seres sencientes. Tom Regan, por outro lado, apresenta fortes argumentos para desqualificar a tentativa dos antropocentristas e senciocentristas de justificar a impossibilidade e desnecessidade de se desenvolver uma ética que postule valor por si mesmo, nos objetos naturais e na vida destituída de consciência. Esses defendem que a própria tradição moral é capaz de dar conta dessas questões no interesse da vida humana.

Também serão tratados, em linhas gerais, os limites da sensibilidade e consciência como critérios que permitam avançar as discussões éticas para as relações com o meio ambiente natural.

⁴ Alguns dos principais argumentos e a ideia central de concepções éticas ambientais como a liberal de Avner De-Shalit, Paul Hawken, Terry L. Anderson e Donald R. Leal, a libertária *ecotage* Christopher Manes e o biorregionalismo de Gary Snyder, e ainda o ambientalismo socialista de James O'Connor e John Clark podem ser conhecidos nos ensaios de Sílvio Negrão para o Curso de Extensão em Ética e Justiça Ambiental, realizado na UFSC, no primeiro semestre de 2006. NEGRÃO, Sílvio. “Estratégias de argumentação da filosofia ambientalista liberal, libertária e socialista” e “Biorregionalismo, ética e justiça ambiental”. *Ethic@* 5, Florianópolis, 2006a, p. 83-93 e 185-93 respectivamente.

⁵ Peter Singer em *Ética Prática* defende uma ética ambiental baseada no valor instrumental da natureza para a satisfação dos interesses dos seres dotados de sensibilidade e consciência. Tom Regan em “The Nature and Possibility of an Environmental Ethics”, ao contrário, admite a necessidade de considerar valor inerente aos objetos naturais.

Os ambientalistas, em geral, criticam as concepções antropocêntricas e senciocêntricas de ética. Holmes Rolston III, entre eles, é um dos principais críticos da proposta de Singer em limitar a consideração moral e de valor à capacidade da senciência. Rolston III não considera a senciência um critério suficientemente forte para estabelecer uma linha divisória entre os consideráveis e os não-consideráveis moralmente, nem que isso seja necessário. Em contrapartida, defende que o valor da natureza encontra-se nela mesma, e, embora, conte com o interesse dos humanos, seu valor é independente desse interesse.

Importante destacar que Singer, Regan, Rolston III não apresentam claramente suas concepções de natureza. Todos parecem entender natureza como fonte de sustentação da vida e bem-estar de todos os seres, humanos ou não. Relacionada a tudo que não seja produto da manipulação humana, a natureza é vista como uma espécie de continuidade da vida desde seu surgimento no planeta, cuja intervenção humana pode provocar a perda dessa ligação com o passado. Em Singer essa ideia parece bem clara quando o autor escreve:

Uma floresta virgem é o produto de todos os milhares de anos que se passaram desde o início da vida em nosso planeta. Se ela for derrubada, outra floresta pode crescer em seu lugar, mas a continuidade terá sido rompida. [...] uma vez a floresta derrubada ou inundada, a sua ligação com o passado estará perdida para sempre.⁶

Por outro lado, Singer compartilha com Bill McKibben da ideia de um mundo pós-natural. Nesse, a intervenção humana, principalmente a destruição da camada de ozônio e seus desdobramentos no clima, colocaram um divisor de águas na história do planeta em que natureza no sentido de continuidade não existe mais.⁷

A crítica de Rolston III à proposta de Singer, e as considerações de Regan sobre a insuficiência dos argumentos dos antropocentristas e dos senciocentristas para desqualificar a tentativa dos teóricos éticos ambientalistas, instigam a reflexão e a busca de critérios que não estejam conectados a características factuais físicas ou psicológicas de certos indivíduos, limitando a consideração moral e de valor a uns poucos.

⁶ SINGER, 1998, p. 284-85.

⁷ McKIBBEN, Bill. *The End of Nature*. Nova York: 1989, p. 58 e 60. *Apud*. Idem, p. 288-89.

1.1 Seres moralmente consideráveis e valiosos por si mesmos na concepção utilitarista preferencial

Na tradição filosófica, os critérios para um indivíduo pertencer ao âmbito da moralidade são bem claros: linguagem e racionalidade. Segundo Sônia T. Felipe, na tradição, somente aqueles seres capazes de expressá-los são dignos de valor e consideração moral. Para a autora, no entanto, esses padrões tradicionais fracassaram na fundamentação de propostas éticas, sempre que se buscou neles uma orientação para guiar decisões e ações que pudessem afetar interesses de seres vivos não-humanos.⁸

Do ponto de vista da moral tradicional antropocêntrica, todas as formas de vida existem para servir à espécie humana. Essa tese, segundo Felipe, concorre para o fracasso dessa concepção porque não impõe qualquer restrição às ações dos humanos, privilegiados com a permissão de apropriar-se das demais espécies vivas.

Nas três décadas mais recentes da história humana, o erro da filosofia moral tradicional tem se mostrado mais evidente. Felipe defende, por conta dessa tradição influente nas culturas ao redor do planeta, que a espécie humana enfrenta um dilema moral⁹: se há valor na vida de um determinado ser, então provavelmente esse valor também está presente na vida de outros, sejam eles animais ou vegetais, não apenas nos seres pertencentes à espécie humana. Se o valor é da vida, então a configuração biológica ou de aparência não deve contar moralmente. O corpo não é a causa da vida, mas uma configuração específica na qual a vida se expressa.

Se o valor moral é um valor invariável, e a vida é o que determina esse valor, para Felipe, seja na configuração humana, animal ou vegetal, essa vida tem valor moral. Partindo da ideia de que a ética deve servir para preservar o que tem valor, nos seres que podem ser afetados por nossas ações, continua a autora, então não há como defender critérios discriminadores para preservar o mesmo valor, somente porque a aparência ou forma de expressão na qual a vida se manifesta não é padronizada por nenhum dos critérios que elegemos tradicionalmente.¹⁰

Segundo Felipe, o que parece simples na fala, acaba por detonar a concepção do valor da vida na perspectiva hierárquico-antropocêntrica, defendida pela filosofia moral tradicional. Na contracorrente da moral vigente, há que investigar os limites da

⁸ FELIPE, Sônia T. “Da *Considerabilidade* Moral dos Seres Vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster”. *Ethic@* 5, Florianópolis, 2006b, p. 105.

⁹ Idem, p. 106.

¹⁰ Idem, p. 106.

argumentação tradicional e buscar redefinir a ética, caso se tenha o intuito de tornar coerente com um mesmo princípio moral a interação dos seres humanos uns com os outros, e desses com as demais espécies vivas.¹¹

1.1.1 Afastar a dor, buscar o prazer: um interesse universalizável

A inclusão dos animais nas discussões morais é um problema que tangencia o pensamento filosófico há muito tempo. Um dos pioneiros no discurso de defesa dos animais é Humphry Primatt, teólogo inglês, que em 1776 escreveu *The Duty of Mercy*, e influenciou todo o pensamento sobre a abolição dos maus-tratos aos animais. Felipe trouxe para o conhecimento dos filósofos brasileiros as ideias influentes desse autor que defende o dever moral de compaixão humana pela dor e sofrimento dos animais brutos, vinculando o refinamento do homem ao seu dever de não tripudiar sobre as diferenças e singularidades dos vulneráveis e indefesos.¹²

Para Primatt, “a razão pode tornar-se pervertida não apenas no trato com outros humanos, em condições vulneráveis, mas, especialmente, no trato com os outros animais,”¹³ o sujeito moral precisa escolher entre ser coerente ou perverso, não havendo inocência moral quando alguém, ciente de seu desvio, não segue o que sua razão indica como correto. A dor é, na concepção de Primatt, uma experiência intrinsecamente má, seu malefício é independente de quaisquer peculiaridades sociais, intelectuais ou de aparência, sequer depende do pensamento, razão ou linguagem, pois as diferenças entre os seres capazes de sentir, sejam elas quais forem, não aumentam nem diminuem a sensibilidade à dor.¹⁴

A tese de Primatt sobre ser a dor uma experiência intrinsecamente má é a base do princípio da igual consideração de interesses semelhantes na teoria ética de Peter Singer. Atualmente, um dos mais importantes teóricos sobre a abolição dos maus-tratos e uso de animais para fins humanos.

Para Singer, a existência de diferenças óbvias e significativas entre os humanos e os outros animais não constituem obstáculos à proposição de um princípio básico de

¹¹ FELIPE, 2006b, p. 106.

¹² *Apud.* FELIPE, “O legado de Humphry Primatt”, 2006a, p. 211-13.

¹³ *Idem*, p. 215.

¹⁴ *Idem*, p. 217.

igualdade, que exija apenas consideração igual ao interesse dos animais em afastar de si a dor que os impossibilita de buscarem sua sobrevivência.¹⁵

Buscar a ampliação do âmbito da moralidade é o principal objetivo do autor. Ser consciente da experiência de dor é o primeiro critério defensável para a consideração moral e de valor em si mesmo.

Singer propõe analisar que tipo de interesse pode ser universalizável e, conseqüentemente, considerado valioso por si mesmo, uma vez que tomar uma decisão implica pesar igualmente os interesses semelhantes daqueles que serão afetados. Para o autor uma concepção de ética deve buscar a universalidade de seus juízos. Sobre isso, Singer escreve:

A ética se fundamenta num ponto de vista universal, o que não significa que um juízo ético particular deva ser universalmente aplicável. [...] as circunstâncias alteram as causas. [...] ao emitirmos juízos éticos, extrapolamos as nossas preferências e aversões. De um ponto de vista ético, é irrelevante o fato de que sou eu o beneficiário de, digamos, uma distribuição mais eqüitativa da renda, e você o que perde com ela. A ética exige que extrapolemos o ‘eu’ e o ‘você’ e cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, do ponto de vista do espectador imparcial, ao observador ideal, ou qualquer outro nome que lhe dermos.¹⁶

O critério utilitarista clássico, baseado no resultado das melhores consequências, medido pelo saldo positivo do prazer em relação à dor, é substituído por Singer pelo exame de todas as alternativas que irão nortear a escolha da melhor decisão. O objetivo de Singer é favorecer interesses e preferências daqueles que serão afetados por essas decisões.¹⁷

Para se tomar uma decisão, primeiro é necessário definir quais interesses são semelhantes aos interesses de quem age, a ponto de serem considerados de modo igual. Para resolver essa questão, Singer apresenta uma noção de interesse que considera fundamental para tratar das questões éticas na vida prática.

¹⁵ SINGER, Peter. “The Significance of Animal Suffering” In: BAIRD, Robert M; ROSENBAUM, Stuart E. (Eds.) *Animal Experimentation: The Moral Issues*. NY: Amherst 1991, p. 57-66; *Animal Liberation*. NY: HarperCollins Publishers, 2002, p. 1-23.

¹⁶ SINGER, 1998, p. 19-20.

¹⁷ Idem, p. 22.

Em primeiro lugar, uma noção de interesse universalizável precisa, segundo Singer, satisfazer uma condição prévia que Jeremy Bentham apresenta em sua crítica à base tradicional da igualdade, marginalizadora dos animais: “a questão não é saber se são capazes de raciocinar, ou se conseguem falar, mas, sim, se são passíveis de sofrimento.”¹⁸ Singer considera imprescindível antes de se adotar qualquer curso de ação ou considerar qualquer outro interesse, prestar atenção em um *interesse fundamental*: minimizar ou eliminar a dor e o sofrimento que certos seres *preferem* afastar de si, a fim de buscarem o bem-estar e o prazer.¹⁹

Para que nossas decisões sejam universalizáveis, Singer defende primeiramente respeitar nos seres afetados a capacidade de sentir dor ou prazer, pois “a capacidade de sofrer e de desfrutar as coisas é condição para se ter quaisquer outros interesses, antes de se poder falar de interesses de um modo significativo.”²⁰

Se todos os seres dotados de sensibilidade e consciência têm preferências, então é possível adotar a posição *ética utilitarista preferencial* como uma posição mínima, segundo a qual podemos tomar decisões com base em nosso próprio interesse e preferência pelo bem-estar e o prazer, ao invés da dor. Partindo desse ponto, Singer propõe a revisão de alguns pressupostos éticos tradicionais, entre eles, aqueles que dizem respeito às considerações sobre a igualdade, no caso dos próprios seres humanos, dos animais e do meio ambiente natural.

1.1.2 O malefício da dor

Singer reconhece que o tradicional princípio, “*todos os seres humanos são iguais*”, contribuiu significativamente para inaugurar uma nova postura diante das velhas questões humanas tais quais as das diferenças raciais e sexuais. Mas, o autor defende que um outro princípio, mínimo, que leve em conta o interesse dos seres em manter afastada de si as experiências dolorosas e desagradáveis pode ser mais abrangente. Da perspectiva dos seres conscientes, deve-se considerar para o agir um princípio que leve em conta o interesse semelhante nos seres em afastar de si a dor. Um princípio básico é o *princípio da igual consideração de interesses semelhantes*.

¹⁸ BENTHAM, Jeremy. *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, Cap. 18, seção 1, nota de rodapé. *Apud.* SINGER, 1998, p. 66-7.

¹⁹ A ideia central do utilitarismo clássico é maximizar (aumentar) o prazer e minimizar (diminuir) a dor. No cálculo das consequências decorrentes de nossas ações o saldo entre dor ou sofrimento e prazer deve ser favorável ao prazer.

²⁰ SINGER, 1998, p. 67.

Qualquer outro argumento que tente defender maior relevância para os interesses humanos é arbitrário, fundamentado unicamente num preconceito *especista*²¹ humano com relação às outras espécies. Para Singer:

A essência do princípio de igual consideração significa que, em nossas deliberações morais, atribuímos o mesmo peso aos interesses semelhantes de todos os que são atingidos por nossos atos. Isso significa que, se apenas X e Y viessem a ser atingidos por um possível ato, e que, se X estiver mais sujeito a perdas e Y mais sujeito a vantagens, melhor será deixar de praticar o ato. Se aceitarmos o princípio da igual consideração de interesses, não poderemos dizer que é melhor praticar o ato, a despeito dos fatos descritos, porque estamos mais preocupados com Y do que com X. Eis a que o princípio realmente equivale: um interesse é um interesse, seja lá de quem for esse interesse.²²

Admitindo *a igual consideração de interesse* como princípio básico para a igualdade, Singer não admite mantê-lo restrito ao âmbito das relações humanas. O autor defende a necessidade de ampliar as considerações morais a outros seres. Assim como Primatt, o autor entende que os animais, analogamente aos humanos, possuem sensações de dor e são conscientes delas. Até onde se pode fazer comparações entre o comportamento humano e o dos animais, nas situações que provocam dor e sofrimento, eles também *preferem* o bem-estar e buscam afastar de si qualquer coisa que lhes cause desconforto.

O princípio de igual consideração de interesses oferece uma base sólida para orientar as relações entre os seres humanos; aceitá-lo implica igualmente no dever de aplicá-lo às relações com os seres que não pertencem à espécie humana, mas também são capazes de sofrer. Singer entende que essa visão estabelece uma nova linha divisória para o âmbito das considerações morais.

²¹ Por “especistas” Singer entende “todos aqueles que atribuem maior peso aos interesses de membros de sua própria espécie quando há um choque entre os seus interesses e os interesses dos que pertencem a outras espécies. Os especistas humanos não admitem que a dor é tão má quando sentida por porcos ou ratos como quando são os seres humanos que a sentem”. SINGER, 1998, p. 68. O termo especismo é uma contribuição de Richard Ryder para definir o preconceito sofrido pelos animais, simplesmente por pertencerem a outras espécies. Ryder dedica toda uma seção para tratar desse tipo de preconceito em *Victims of Science. the use of animals in reserch [1975]*. Revised edition 1983. London: Centaur Press; National Anti-Vivisection Society Limited, 1983, p. 1-14. Texto traduzido para o português por Sônia T. Felipe. In: *Pensata Animal* nº 16 - ano II. Outubro de 2008. Disponível em: www.sentiens.net. Acessado em: 10/11/2008.

²² SINGER, 1998, p. 30.

Para aqueles que ainda têm alguma dúvida quanto a essa possibilidade, os estudos da biologia e psicologia demonstraram ao longo da história que diferenças entre seres humanos e outras espécies não são tão profundas quanto se fazia crer. Singer enfatiza que as novas descobertas da ciência sobre a estrutura genética dos seres vivos ajudaram a sepultar velhos paradigmas da humanidade. Atualmente, nada justifica infringir dor a um ser não-humano, cujo comportamento, semelhante ao dos humanos, demonstra que ele busca desesperadamente evitá-la. Para Singer, o princípio da igual consideração equivale à ideia de que “um interesse é um interesse, não importa de quem seja”.²³ Considerando um interesse mais específico, o alívio da dor, por exemplo, então: uma dor é uma dor não importa quem a sofre. Sobre isso Singer escreve:

[...] a razão moral fundamental para o alívio da dor é simplesmente a indesejabilidade da dor enquanto tal, e não a indesejabilidade da dor de X, que pode ser diferente da indesejabilidade da dor de Y. [...] (M) esmo onde as dores são iguais, outros fatores podem ser relevantes, sobretudo se outros forem afetados. Se houvesse um terremoto, talvez concedêssemos prioridade ao alívio da dor de um médico, de modo que ele pudesse cuidar das outras vítimas. Mas, em si, a dor do médico só conta uma vez, sem ter um peso maior. O princípio da igual consideração de interesse atua como uma balança, pesando imparcialmente os interesses.²⁴

Dessa perspectiva, as questões relativas à raça, sexo e espécie à qual certo indivíduo pertence, sua configuração biológica, e outras formas de distinção arbitrárias tornam-se irrelevantes para a consideração de interesses. Para Singer, o que conta são os interesses, em si mesmos, pelo alívio da dor e do desconforto que possibilita a busca por experiências prazerosas.

²³ SINGER, 1998, p. 30.

²⁴ Idem, p. 30-1

1.1.3 O valor da vida consciente

A razão mais óbvia, segundo Singer, para valorizar a vida de um ser capaz de sentir prazer, ou dor, é o prazer que pode experimentar. Se valorizamos nossos próprios prazeres, então o aspecto universal dos juízos éticos exige que a avaliação positiva dessas experiências também seja ampliada para as experiências semelhantes de todos aqueles que são capazes de experimentá-las²⁵. Para o autor a morte é o fim de todas as experiências agradáveis que um ser poderia ter. Consequentemente, o prazer que poderia experimentar no futuro caracteriza-se como forte razão para defender o erro de matar tais seres.²⁶

Uma questão importante surge dessa discussão: saber se a vida de um ser consciente tem menos valor que a vida de um ser autoconsciente. Para Singer a questão principal é saber se podemos aceitar uma hierarquização do valor de vidas diferentes. Numa perspectiva menos antropocentrista e especista de alguns críticos, a questão é admitir que o valor de cada vida tem igual peso, a partir do ponto de vista dos próprios seres.²⁷ Singer discorda dessa perspectiva, somente admite defender tal raciocínio com base em um fundamento neutro, a partir de um ponto de vista imparcial.²⁸

Apesar da dificuldade prática de se encontrar um fundamento neutro, Singer não considera que esse seja um problema insolúvel. Seria suficiente, caso fôssemos capazes de viver cada tipo de vida e fazer a comparação entre o valor de uma e outra.

Na verdade, Singer considera que essa possibilidade providencia um sentido para a ideia de que a vida de certo tipo de animal tem mais valor do que a vida de outro. O autor não considera possível defender que a vida de qualquer ser seja importantíssima para ele, visto que numa situação de comparação pode-se assumir uma postura mais objetiva, ou intersubjetiva.

Mas a capacidade de viver cada tipo de vida e depois poder escolher entre uma e outra não corresponde a uma posição neutra. Isso fragiliza a tese de que todos os seres vivos têm valor igual.

²⁵ SINGER, 1998, p. 111.

²⁶ Ibidem

²⁷ A teoria do valor igual de cada coisa viva a partir de sua própria perspectiva é defendida por Paul Taylor em, *Respect for Nature*, teoria central desse trabalho para a discussão de uma proposta ética que amplie as considerações morais e de valor para uma gama significativa de seres vivos.

²⁸ Idem, p. 115.

Singer discorda das críticas sobre ser especista a ideia de classificar o valor de vidas diferentes, conforme alguma ordenação hierárquica.²⁹ Contudo, admite não ter ideia de como resolver essa questão, reconhecendo que algumas comparações são muito difíceis de realizar. Não fazemos ideia, por exemplo, se a existência de um peixe seria melhor que a de uma cobra. Pois, dificilmente, reconhece Singer, nos deparamos com a situação de sermos forçados a escolher entre matar uma cobra, ou um peixe.³⁰

Singer, entretanto, insiste que, quanto mais intenso o grau de autoconsciência e de racionalidade, e mais ampla a gama de experiências possíveis, maior parece ser a preferência por esse tipo de vida.

O autor, entretanto, constata que talvez não seja possível para o utilitarismo defender tal tese, mesmo diante da tentativa de John Stuart Mill:

Poucas criaturas humanas consentiriam em ser transformadas em qualquer um dos animais inferiores, caso lhes fosse feita à promessa de viverem plenamente todos os prazeres de um animal; nenhum ser humano inteligente consentiria em tornar-se um idiota, nenhuma pessoa instruída aceitaria ser transformada num ignorante, nenhuma pessoa sensível e consciente gostaria de tornar-se egoísta e vil, ainda que se conseguisse convencê-las de que o idiota, o ignorante ou o tratante vivem mais satisfeitos com a sua sorte do que elas com as suas... É melhor ser um ser humano insatisfeito do que um porco satisfeito; melhor ser Sócrates insatisfeito do que um idiota satisfeito. E, se o idiota ou o porco têm uma opinião diferente, é porque só conhecem o seu lado da questão. A outra parte da comparação conhece os dois lados.³¹

Além de reconhecer que o argumento de Mill é fraco, visto que preferir a vida de um ser humano à vida de um animal corresponde justamente a preferir a vida de um ser humano inteligente à vida de um idiota, Singer também considera difícil conciliar esse argumento com o utilitarismo clássico, pois não lhe parece verdadeiro que ser inteligente implica em maior capacidade de ser feliz.³²

²⁹ Louis G. Lombardi em, “Inherent Worth, Respect, and Rights”, defende uma proposta de hierarquização do valor da vida. Ao mesmo tempo em que critica alguns pontos da teoria de Paul Taylor, Lombardi se apropria de algumas ideias de seu colega para fundamentar uma gradação de valor conforme o tipo de vida. A proposta desse autor será apresentada no capítulo final desse trabalho.

³⁰ SINGER, 1998, p. 117.

³¹ MILL, John Stuart. *Utilitarianism*. Londres: M. Dent [1863] 1960, p. 8-9. *Apud*. Ibidem

³² Idem, p. 118.

Da perspectiva do utilitarismo preferencial, defender o argumento de Mill dependeria do modo como comparamos as diferentes preferências de acordo com diferentes graus de consciência e autoconsciência. Para o autor, não parece difícil encontrar maneiras de classificar preferências distintas, mas reconhece que a questão permanece em aberto.³³

1.1.4 O valor instrumental da natureza

Singer acredita que as discussões em torno de uma concepção de ética para o meio ambiente não conseguem avançar para além dos limites tradicionais, sobretudo quando estão em questão os critérios apresentados para fundamentar uma concepção de valor.

O autor é cético acerca de incluir na comunidade moral, seres não sencientes, de quem não se pode afirmar terem interesses que possam ser considerados e valorizados por si mesmos, de um modo significativo.

Para defender sua posição sobre a possibilidade de desenvolver uma ética ambiental, Singer analisa algumas das principais correntes ambientalistas e enumera o que considera serem as principais falhas dessas concepções quanto aos critérios adotados para conceber valor na natureza de uma forma direta, sem que essa avaliação dependa do interesse ou necessidade de alguém.³⁴

O discurso em defesa de seres que não satisfazem certos pré-requisitos para serem incluídos na comunidade moral enfrenta muitas dificuldades. Encontrar um critério que possibilite ampliar o âmbito da comunidade moral, incluindo os animais não-humanos, revela-se ainda difícil e problemático. A dificuldade é ainda maior quando o objetivo é encontrar um critério que inclua nessa comunidade objetos naturais, ou a natureza como um todo.

A proliferação dos seres humanos, aliada aos subprodutos do crescimento econômico é a nova ameaça de sobrevivência que Singer considera capaz de “varrer” do planeta todas as formas de vida.³⁵ Mas nenhuma ética capaz de enfrentar iminente ameaça foi ainda desenvolvida, lamenta o autor.

Partindo desse ponto de vista, Singer considera fácil estabelecer os contornos de uma ética verdadeiramente ambiental. Essa ética consideraria duvidosa e errada toda

³³ SINGER, 1998, p. 118.

³⁴ Idem, p. 279-304.

³⁵ Idem, p. 300.

ação desnecessariamente prejudicial ao meio-ambiente. Em linhas gerais o autor descreve assim os contornos de sua proposta:

Em seu nível mais fundamental, essa ética incentiva a consideração dos interesses de todas as criaturas sencientes, inclusive das gerações que habitarão o planeta num futuro remoto. Acompanha-a uma estética da apreciação dos lugares naturais não devastados pelo homem. Num nível mais pormenorizado, aplicável às vidas dos que vivem nas grandes e pequenas cidades, essa ética desestimula a existência de grandes famílias. [...] Uma ética ambiental rejeita os ideais de uma sociedade materialista na qual o sucesso é medido pelo número de bens de consumo que alguém é capaz de acumular. Em vez disso, ele avalia o sucesso em termos do desenvolvimento das aptidões individuais e da verdadeira conquista da satisfação e da realização. Incentiva a frugalidade, na medida em que esta se faz necessária para a diminuição da poluição e para a certeza de que todas as coisas passíveis de reutilização serão reutilizadas. Jogar fora, negligentemente, os materiais que podem ser reciclados não passa de uma forma de vandalismo, ou de roubo de nossa propriedade comum em termos dos recursos mundiais.³⁶

O povo ocidental é herdeiro de uma tradição antropocêntrica, originária de gregos e hebreus. Segundo essa tradição, lembra Singer, o ser humano é o centro do universo moral e o único a possuir as características para ocupar esse espaço.³⁷ No desenvolvimento de uma ética ambiental, a tradição contribui com fortes argumentos contra quaisquer ações que possam oferecer prejuízos à vida humana.

Contrariamente ao que defendeu na questão dos animais, com respeito às discussões que envolvem a preservação da natureza, os efeitos de ações prejudiciais e suas consequências para as futuras gerações, a importância de considerar o tipo de valor

³⁶ SINGER, 1998, p. 301-02.

³⁷ O autor faz referência aos hebreus que nos legaram através da Bíblia o relato de que o homem detém o domínio sobre a Terra e todas as suas criaturas, uma espécie de licença para fazer o que quiser com os outros seres que nela vivem. Esses relatos não consideram errado provocar medo, terror e morte às criaturas da Terra, já que o próprio Deus dispôs desses recursos para demonstrar seu poder aos humanos e mantê-los sob seu controle. Desse modo, como humanos que somos, feitos, “à imagem e semelhança de Deus”, agimos de acordo com o que Ele determina, segundo Seu próprio exemplo. Durante o império romano, o cristianismo incorporou e propagou elementos da cultura grega. Um exemplo é a visão de natureza hierárquica, segundo a qual seres que possuem menos capacidades, existem como bens para aqueles que são mais capazes racionalmente. Propagada por Aristóteles, tal ideia foi revisitada e reforçada por Tomás de Aquino durante a Idade Média. Idem, p. 280-82.

que se deve atribuir ao meio ambiente, para o autor, são bastante significativas se analisadas do ponto de vista da tradição.

Contudo, no âmbito das considerações sobre a preservação da natureza, não só os interesses humanos devem ser considerados. Também os interesses semelhantes de todos os seres sencientes, de suas gerações presentes e futuras. Singer entende que uma concepção ética que estabeleça como linha divisória à distinção moral entre seres sencientes e não sencientes é mais sólida do que uma estabelecendo a distinção entre coisas vivas e coisas inanimadas.

Mas as semelhanças entre o pensamento de Singer e a tradição moral se resumem à consideração de interesses. É preciso ter em mente que o centro de seu universo moral, até então ocupado exclusivamente pelos *seres humanos*, é substituído pelos *seres sencientes*, proporcionando a inclusão, não só de todos os seres humanos antes selecionados pelos critérios da racionalidade e linguagem, como também um número significativo de animais não-humanos no âmbito das considerações morais.

Em conformidade com o princípio de igual consideração, Singer afirma que os contornos para uma ética verdadeiramente ambiental podem ser traçados com base na consideração e valorização dos interesses dos seres sencientes, incluindo suas gerações futuras.

Na avaliação de nossas ações com relação ao ambiente natural, alguns pontos são considerados importantes pelo autor: 1) a preservação de lugares ainda não tocados pela mão humana, para a apreciação dos que vivem nas cidades; 2) controle da natalidade pelas próprias famílias, estimulando que permaneçam pequenas, evitando a superpopulação, uma das principais causas da degradação da natureza decorrente da produção desenfreada de bens de consumo; 3) desenvolvimento das aptidões, ao invés da busca pelo sucesso através do acúmulo de bens, algo no sentido da valorização do ser ao invés do ter; 4) mudança de postura quanto às extravagâncias, que levam a práticas pouco aceitáveis do ponto de vista preservacionista.³⁸

A concepção de ética ambiental defendida por Singer tem como base a ideia de uma vida frugal, sem extravagâncias, na qual não tem valor o prazer que provém da prática de esportes que poluem ou agredem a natureza, a falta de cuidado com o lixo

³⁸ Central nessa proposta é o reexame da concepção de extravagância. Vivemos em um mundo sob pressão e, portanto, esta concepção não pode estar atrelada simplesmente à ideia de limusines ou champanhes caríssimos. O autor salienta que as coisas as quais consideraríamos banais, poucos anos atrás, podem ser vistas como extravagantes nos dias de hoje, tais como o uso de madeira proveniente de florestas tropicais, produtos de papel descartável, passeios desnecessários de automóveis que contribuem para o efeito estufa com a queima do combustível fóssil. SINGER, 1998, p. 302.

produzido e, principalmente, o consumo predatório. Essa frugalidade é um dos principais critérios que Singer considera importante levar em conta para resolver, em parte, o problema da degradação do meio ambiente natural. Ações eficazes de preservação da natureza devem estar centradas no valor do ser humano como sujeito moral, principal interessado em não ser ele próprio prejudicado, atribuindo à natureza outro tipo de valor.

Para Singer, a igual consideração de interesses é um princípio capaz de oferecer uma solução eficaz para as questões que envolvem o desenvolvimento de uma ética ambiental, levando-se em conta não apenas os interesses humanos, mas de modo igual os interesses semelhantes de todos os seres sencientes que habitam a Terra. Nessa conta estão incluídas as considerações em relação às gerações futuras e a responsabilidade que cabe aos humanos, agentes morais, de preservar a natureza.

Singer classifica em diretos e indiretos os deveres com respeito à natureza:

- 1) *Direto*, entende-se o dever com respeito aos seres nos quais é possível observar alguma capacidade de sentir dor e prazer, repelir o que é doloroso, buscar o que é prazeroso; a quem se agrega um valor por si mesmo, intrínseco;
- 2) *Indireto*, o dever com respeito aos recursos naturais, necessários à satisfação de interesses fundamentais dos seres sencientes, frente a quem temos um dever direto, e dos quais depende totalmente sua sobrevivência, atribuindo-se a esses um valor instrumental.

Muitas são as dificuldades de se reconhecer que há em plantas e pedras algum tipo de *interesse*. Em comparação a um animal capaz de ter certas experiências, Singer considera que a ausência dessas características torna difícil atribuir a plantas e pedras qualquer valor diretamente:

Uma pedra não tem interesses, pois não é capaz de sofrer. Nada que venhamos a fazer-lhe poderá significar uma diferença para o seu bem-estar. Por outro lado, um rato tem, inegavelmente, um interesse em não ser atormentado, pois os ratos sofrerão se receberem esse tratamento.³⁹

O interesse em preservar o meio ambiente agrega o que Singer chama de *valor instrumental*, vinculado à ideia de natureza como meio para se obter os necessários recursos no interesse fundamental da sobrevivência. As concepções de ética ambiental

³⁹ SINGER, 1998, p. 67.

que insistem em atribuir valor intrínseco à natureza são criticadas por Singer que considera essencial, antes de qualquer coisa, estabelecer claramente a distinção entre dois tipos de valores:⁴⁰

- 1) valor intrínseco: quando algo é bom ou desejável por si mesmo;
- 2) valor instrumental: quando algo é valioso como meio para a obtenção de algum fim.

Quando o assunto envolve a consideração de valor intrínseco, Singer duvida da possibilidade de se transpor à fronteira da senciência.⁴¹

Alguns autores defendem a vida como valiosa em si mesma. Entre eles, Albert Schweitzer e a concepção de “reverência à vida”, em que o autor defende que a vida tem um desejo de viver, existindo em meio à vida que quer viver. Concepção seguida em parte por Paul Taylor, para quem toda coisa viva busca o seu próprio bem. Para Singer, ambos os autores defendem algo como o anseio e a vontade de viver contra o terror diante do aniquilamento.⁴²

Algumas explicações apresentadas pela física para processos vitais que regem certos tipos de vida podem oferecer argumentos significativos contra as ideias defendidas pelos teóricos da reverência à vida, segundo Singer:

[...] no caso das plantas, dos rios e dos mísseis teleguiados é possível oferecer uma explicação exclusivamente física daquilo que acontece; e na ausência de consciência, não existe um bom motivo pelo qual devemos ter maior respeito pelos processos físicos que regem o crescimento e a decadência das coisas vivas do que temos pelos que regem as coisas inanimadas. [...] no mínimo não é óbvio por que devemos ter mais respeito por uma árvore do que por uma estalactite, por um organismo unicelular do que por uma montanha.⁴³

Desse ponto de vista é problemático defender a vida como valiosa. Singer considera que a ausência de um critério objetivo ao se falar de vida, quando os processos que a regem assemelham-se aos de objetos sem “vida”, torna essa concepção de respeito carente de argumentos suficientemente sólidos para justificar considerações morais em relação à natureza.

⁴⁰ SINGER, 1998, p. 290-91.

⁴¹ Idem, p. 289-92

⁴² Idem, p. 293-94.

⁴³ Idem, p. 295.

Da mesma forma, visões como a de ecologia profunda que defende a ideia de um todo interligado, no qual todos os organismos e entidades da ecoesfera têm igual valor intrínseco, são problemáticas no entender de Singer. Nessa proposta de igualdade biocêntrica o autor questiona particularmente a possibilidade de se determinar o valor intrínseco de cada uma de suas partes.⁴⁴

Uma alternativa seria determinar qual “papel” cada coisa viva desempenha junto ao seu ecossistema, que possa implicitamente sugerir a ideia de necessidade. Mas Singer identifica outro problema: até que ponto um organismo é intrinsecamente necessário para a sobrevivência de um ecossistema? Mesmo reconhecendo que todos os organismos pertencem a um todo inter-relacionado, não há nada sugerindo que: 1) todas as partes possuem valor intrínseco; ou, 2) que esse valor seja igual para todos. Para a ecologia profunda implica estar atribuindo valor intrínseco às partes enquanto necessárias à sustentabilidade do sistema, levando a crer que perderiam esse valor caso não fossem mais necessárias.⁴⁵ A tentativa de transpor a fronteira da consideração de interesses das criaturas humanas e não-humanas nas concepções de respeito pela vida e de ecologia profunda apresentam, no entender de Singer, problemas de justificativa.

No que se refere à proposta de respeito pela vida, o problema da teoria surge ao se tentar determinar um interesse moralmente significativo quando se pergunta o que representa para uma entidade afetada não ter seu interesse satisfeito. Na concepção de ecologia profunda, a ideia de auto-realização se depara com o problema de perguntar o que significa para um dado sistema permanecer não realizado. Em ambas as concepções, Singer considera que tais perguntas estariam satisfatória e significativamente respondidas, se feitas para seres sencientes; do contrário, ficam sem sentido.⁴⁶

O esforço de Singer para defender a senciência como um novo critério delimitador da consideração moral e sua forma polêmica de apresentar os fatos promoveu grandes transformações no pensamento ético. Seus méritos são inegáveis, mas sua proposta de substituição dos critérios de racionalidade e linguagem, que mantinham o ser humano no centro do universo moral, pela senciência, ampliou muito pouco o âmbito dos seres moralmente consideráveis. Seus argumentos, apesar de plausíveis, não suportam uma análise mais profunda.

⁴⁴ SINGER, 1998, p. 295-98.

⁴⁵ Ibidem

⁴⁶ Idem, p. 299.

À primeira vista, recorrer à sensibilidade à dor, apelando para nossa empatia com respeito àqueles seres que percebemos a semelhança entre a nossa sensação de desconforto e a deles, parece plausível. Mas, considerações sobre a dor e o valor vinculado ao interesse pelas experiências prazerosas, não são critérios suficientemente fortes para justificar a ampliação da comunidade moral.

Na era dos analgésicos e anestésicos, a tese de Singer torna-se frágil. Tais recursos da ciência médica possibilitam causar grande dano a um ser, sem que ele sofra qualquer experiência dolorosa ou de desconforto. As cobaias utilizadas nas pesquisas que lançam mão da analgesia são exemplos reais dos danos que se pode causar à vida de um ser, sem submetê-lo a nenhuma dor.

Para se atribuir valor e admitir consideração moral aos animais, e do mesmo modo a outras formas de vida, a capacidade de sentir dor e ser consciente do que sente, não parecem ser critérios suficientemente sólidos e significativos para ampliar a fronteira da moralidade. Apesar de romper com os velhos paradigmas restritos a espécie humana, Singer continua limitando a esfera moral a uns poucos seres.

Da mesma forma, associar a necessidade de preservação da natureza aos interesses dos seres sencientes, com ênfase nos interesses humanos parece, à primeira vista, ser o caminho mais rápido e razoável para minimizar sua degradação. Visto que compete exclusivamente aos seres humanos, principais agentes causadores dos danos ao meio ambiente, o dever de reparar e promover transformações na maneira como interagem com o meio em que vivem, agindo em conformidade com o princípio de igual consideração de interesses das gerações de seres sencientes, presente e futura.

Uma ética ambiental, baseada nos interesses humanos, no valor de sua preferência em manter o ambiente natural preservado e saudável a sua sobrevivência, pode parecer bastante razoável. Para Singer, essa perspectiva ética promoveria transformações significativas na relação dos humanos com a natureza. Mas, dispensar à natureza um valor apenas como meio para satisfação de interesses, mesmo que sejam os mais básicos, não parece ser um critério suficientemente forte para limitar as ações danosas dos seres humanos frente ao ambiente natural.

A natureza é muito mais que um mero recurso. É a própria espontaneidade de tudo que existe. Apesar de detentores do conceito de valor, os seres humanos são apenas uma peça de sua trama intrincada, e não podem pretender deter para si toda a importância no processo de desenvolvimento da vida.

A natureza é a própria vida. Partindo dessa perspectiva, ambientalistas defendem que a natureza possui um tipo de valor, que não pode nem deve ser vinculado a interesses de qualquer tipo. É preciso reconhecer que, apesar de ser um conceito humano, o valor ultrapassa a própria existência humana. Mesmo que dependa da concepção humana não se limita a sua forma de expressão.

No intuito de defender o valor próprio da natureza, muitos teóricos da ética têm apresentado distintas e divergentes concepções de valor, com o objetivo de fundamentar uma ética genuína para as relações humanas com a natureza.

1.2 Concepção de direitos e valor para sujeitos-de-uma-vida

Diferentemente de Singer, Tom Regan apresenta uma proposta de ética para o fim dos maus-tratos e uso de animais pelos humanos, pela via dos direitos, teoria fundamentada numa concepção de valor que o distancia das correntes utilitarista e contratualista da ética, incluindo o utilitarismo preferencial inaugurado por Singer.

Regan defende a ideia de *direitos para os animais* com base na assertiva de que *se humanos têm algum direito, também os têm os animais*.⁴⁷ O autor apresenta o conceito de *valor inerente* como uma concepção independente de qualquer avaliação, cálculo ou utilidade que o objeto do valor possa ter para os humanos (ou qualquer outro ser)⁴⁸. São dignos desse valor os seres sujeitos-de-uma-vida, capazes de consciência, de desfrutar um bem-estar próprio importante para eles.

1.2.1 Mais que meramente vivo

A “reverência à vida”, tese defendida por Albert Schweitzer e criticada por Singer, é retomada por Regan quando trata de uma importante questão: estar vivo é uma condição suficiente para que um indivíduo tenha valor inerente? Existem sérias dificuldades em aceitar que temos certas obrigações morais com respeito à vida das células cancerígenas, por exemplo.

⁴⁷ REGAN, Tom. “The Case for Animal Rights”. In: BAIRD, Robert M; ROSENBAUM, Stuart E. (Eds.) *Animal Experimentation: The Moral Issues*. Amherst: NY, 1991, p. 77-88. Artigo traduzido para o português por Sônia T. Felipe. In: *Pensata Animal* nº 15 - ano II. Setembro de 2008. Disponível em: Sentiens Defesa Animal: www.sentiens.net. Acessado em: 10/11/2008.

⁴⁸ REGAN, 1991, p. 84

No lugar de estar-vivo simplesmente, Regan propõe um critério alternativo. O critério de ser sujeito-de-*uma*-vida pode tornar mais clara e aceitável atribuir valor inerente aos indivíduos:

Ser sujeito-de-*uma*-vida, no sentido em que essa expressão será usada, envolve mais que estar meramente vivo e ser consciente. [...] Indivíduos são sujeitos-de-*uma*-vida se eles têm crenças e desejos, percepção, memória, e um sentido de futuro, incluindo seu próprio futuro, uma vida emocional junto com sentimentos de prazer e dor; preferências e interesse no bem-estar, a habilidade de iniciar ações em busca de seus desejos e metas; uma identidade psicofísica sobre o tempo; e um bem-estar individual no sentido de que sua experiência de vida é melhor ou pior para ele, logicamente independente de sua utilidade para outros e logicamente independente de ser objeto do interesse de mais alguém.⁴⁹

Para Regan, aqueles que satisfazem o critério de ser sujeito-de-*uma*-vida possuem um tipo de valor distinto, não podem ser vistos ou tratados como meros receptáculos de prazeres ou dores.⁵⁰ A base do autor para a defesa dos animais na concepção de direitos morais está concentrada no conceito de *valor inerente*, cujo requisito é estar vivo de um modo significativo, consciente de suas experiências no mundo.

Felipe lembra que não é o fato de estar vivo que leva os filósofos a questionarem, com respeito a um indivíduo, a expansão do respeito ao mesmo princípio ético empregado no tratamento humano. Para a autora, a vida é condição natural de todo ser dotado de um organismo, seja qual for a espécie, não podendo haver distinções.

Para a questão ética, continua Felipe, a distinção aparece quando o ser vivo possui uma percepção de si como algo contínuo, uma memória em presença de um ambiente natural e social que o ampara e desafia na sua forma específica de viver, memória de experiências passadas, retenção do aprendizado, desejo de manter-se vivo. O valor inerente somente se atribui a um indivíduo que se caracteriza por essas capacidades, não sendo possível atribuí-lo a seres que não se constituem como indivíduos.⁵¹

⁴⁹ REGAN, Tom. *The Case for Animal Rights*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, 2004, p. 243.

⁵⁰ Ibidem

⁵¹ FELIPE, Sônia T. “Valor inerente e vulnerabilidade”. *Ethic@* 5, Florianópolis: 2006c, p. 133.

1.2.2 O valor como fim

Na teoria de Regan, o valor inerente é a condição necessária e suficiente para que seja possível afirmar direitos morais básicos a um sujeito. Ao vincular a concepção de *valor inerente* ao conceito de sujeito-de-*uma-vida*, Regan procura um fundamento para os dois princípios que regem as propostas éticas em defesa dos animais concorrentes com a sua: o princípio utilitarista-hedonista da sensibilidade e o princípio da preferência, do utilitarismo preferencial, corrente inaugurada por Singer.

É conclusivo para o autor que uma teoria, pretensamente coerente, precisa ao mesmo tempo, fundamentar racionalmente direitos para os seres humanos não-paradigmáticos, e defender direitos para os animais sujeitos-de-*uma-vida*. Sobre isso, Regan escreve:

... temos fortes razões empíricas para crer que membros de muitas outras espécies não são apenas vivos, eles têm vida; que eles não são meras coisas (objetos), mas, sujeitos de uma vida, e de uma vida que é pior ou melhor para eles, independentemente do valor que lhes é atribuído por qualquer outro ser (por exemplo, pelo ser humano); assim como nós, eles são valiosos, independentemente do quanto valham; assim como nós, eles têm valor inerente, não apenas instrumental; assim como nós, então, eles têm o direito moral de serem tratados de modo consistente com esse tipo de valor, um direito que é violado no seu caso, como no nosso, caso sejam tratados meramente como meios.⁵²

Para afirmar de um indivíduo que ele não está apenas vivo, mas é capaz de conduzir e ser sujeito de sua vida, distinguindo as coisas boas das coisas más, as experiências que fomentam ou dificultam seu desenvolvimento, é necessário reconhecer que o sujeito-de-*uma-vida* é um ser capaz de sensibilidade e consciência, sem as quais não poderia fazer tais distinções.

Felipe sustenta que, para Regan, o valor inerente torna-se condição necessária e suficiente para afirmar direitos morais básicos de um sujeito. Além disso, se o bem-estar do sujeito-de-*uma-vida* só é possível se sua vida for vivida sem dor, privação, dano ou

⁵² REGAN, Tom. *All that Dwell Therein: Essays on animal Rights and Environmental Ethics*. Berkeley: University of California Press, 1982, P. 72. *Apud*. FELIPE, 2006c, p. 132.

sofrimento, é razoável afirmar que esse indivíduo possui interesses que devem ser respeitados.⁵³

Contudo, diferente e não redutível à concepção de valor intrínseco, o valor inerente não pode ser determinado pela totalidade das experiências prazerosas dos indivíduos. Tampouco aqueles que têm uma vida mais feliz ou prazerosa têm maior valor inerente que aqueles cujas vidas são menos prazerosas e felizes. Regan defende essa distinção com o exemplo da xícara:

Suponhamos pensar os agentes e pacientes morais como xícaras dentro das quais escorrêssemos líquidos doces (prazeres) ou infusões amargas (dores). Em algum tempo, cada xícara terá certo sabor hedonista: o líquido que ela contém será mais ou menos doce ou amargo. Agora, o que devemos ter por objetivo promover, de acordo com o utilitarismo hedonista, não é o melhor sabor do líquido para esse ou aquele indivíduo em particular; antes, devemos ter por objetivo realizar o melhor equilíbrio agregado de doce e amargo entre todos aqueles afetados pelo que fazemos; o *melhor equilíbrio total* do doce sobre o amargo que temos por objetivo realizar.⁵⁴

Nesse exemplo Regan demonstra que para a visão utilitarista de receptáculo o valor é atribuído ao *que está dentro da xícara* (prazeres, satisfação de preferências...); a xícara (indivíduo) em si mesma não tem qualquer valor.

Há uma mudança de foco na concepção de valor inerente. Regan reconhece que na xícara (o indivíduo) são depositados líquidos (prazeres, preferências...) valiosos, mas o valor da xícara não se reduz ao seu conteúdo.

O postulado do valor inerente assegura para os indivíduos morais agentes, em si mesmos, um tipo de valor distinto da concepção utilitarista de meros receptáculos. Para Regan, “é a xícara que tem valor, não o que está dentro dela”.⁵⁵

Em detrimento das doutrinas perfeccionistas de justiça cujo valor pode variar em graus, a igualdade do valor inerente é preferível. A gradação do valor, teoricamente, reivindica uma referência de medida, promovendo o retorno de exigências quanto a pertencer à determinada raça ou sexo, conclui Regan.⁵⁶

⁵³ FELIPE, 2006c, p. 133.

⁵⁴ REGAN, 2004, p. 205-06.

⁵⁵ Idem, p. 236.

⁵⁶ Idem, p. 237.

Se for possível afirmar que agentes morais têm valor inerente, considerado igual para todos, o que se aplica a um corresponde a todos os outros, independentemente de o agente pertencer a certa raça, sexo, fazer uso da fala, ou possuir outra característica factual qualquer. Assim, escreve Regan: “A moralidade não irá tolerar o uso de dois padrões quando os casos são relevantemente similares”.⁵⁷

Da mesma forma, para Regan, se postulamos valor inerente no caso dos agentes morais e devemos reconhecer que o possuem de modo igual, somos racionalmente obrigados a reconhecer a mesma situação para o caso dos pacientes morais: “todos que têm valor inerente, possuem-no igualmente, sejam agentes ou pacientes morais”.⁵⁸

Regan classifica o valor inerente como um conceito categórico, uma vez que não admite meio-termo ou qualquer tipo de gradação. Seja na condição de agente ou paciente moral, é um tipo de valor que se tem, ou não se tem.

Ao contrário do que defende Albert Schweitzer, por exemplo, com a concepção de reverência à vida, e os partidários da ecologia profunda, nem todas as coisas vivas têm valor inerente, uma vez que nem todos são sujeitos-de-*uma-vida*, visto que “estar-vivo, na situação de células, por exemplo, não é uma condição necessária para que algo tenha valor inerente”, escreve Regan.⁵⁹

Assim como Singer, Regan concebe a capacidade para a sensibilidade e consciência como o limite defensável para a atribuição de valor e consideração moral de um ser vivo. Diferentemente do que defendem os ambientalistas da corrente de “reverência à vida”, o autor considera que não basta estar meramente vivo para que se possa reconhecer nesses seres valor inerente. É preciso que satisfaça o critério de ser sujeito-de-*uma-vida*.

Mas, comparando as exigências de Regan e as de Singer para incluir animais não-humanos na comunidade moral, a posição defendida por Singer, cuja exigência para a consideração moral e de valor é o reconhecimento, por parte dos agentes morais, do sofrimento provocado pela dor nos seres capazes de sentiência e seu interesse em afastá-la de si, parece satisfazer mais significativamente o objetivo de ampliar a fronteira da moralidade, incluindo os animais não-humanos. A dor é uma experiência intrinsecamente má que impede o ser senciente de buscar as experiências prazerosas e a satisfação dos interesses básicos de sobrevivência.

⁵⁷ REGAN, 2004, p. 240.

⁵⁸ Ibidem

⁵⁹ Idem, p. 242.

Regan, na sua tentativa de não limitar a consideração moral e de valor as experiências de dor, não é muito feliz com o critério que propõe em substituição. O critério de sujeito-de-*uma*-vida tem uma definição que restringe significativamente o tipo de ser considerável do ponto de vista moral. O autor acaba acarretando o mesmo efeito que os critérios de racionalidade e linguagem provocaram na filosofia moral tradicional. Habilidades como crenças e desejos, percepção, memória, senso de futuro, entre outras que o autor enumera, ao invés de incluir, excluem novamente muitos humanos que carecem dessas habilidades e praticamente todos os animais não-humanos.

As pesquisas científicas que buscam descobrir semelhanças entre os humanos e os outros animais contribuem significativamente para o entendimento dessa proximidade biológica entre as formas de vida. Mas é importante reconhecer que cada forma de vida tem habilidades e características próprias. A busca por semelhanças, comparando habilidades entre as formas de vida, pode não ser uma boa estratégia para encontrar um critério capaz de fundamentar um conceito de valor para a ética ambiental. Um critério que seja fundamentado na singularidade e não nas semelhanças de cada forma de vida, apresenta-se mais defensável para o desenvolvimento de uma ética ambiental genuína.

1.2.3 Considerações sobre a natureza de uma ética ambiental

Ambientalistas e pensadores da ética ambiental não são os únicos a apresentar objeções a concepções como a de Singer para o desenvolvimento de uma ética ambiental. Seu colega, Tom Regan, apesar de não ser propriamente um crítico, também não concorda com a ideia de restringir aos interesses de terceiros, considerações morais com relação ao ambiente natural, sejam quais forem esses interesses.

Para Regan, a ética ambiental é uma área ainda em expansão e não há um entendimento de qual a sua natureza e de como ela deve ser.⁶⁰ Por esse motivo, o autor defende a necessidade de discutir, mesmo que superficialmente, uma concepção particular de ética que satisfaça duas condições principais: 1º) reconhecer a existência de seres não-humanos com estatuto moral; 2º) assegurar que a classe de seres com

⁶⁰ REGAN, Tom. "The Nature and Possibility of an Environmental Ethics." *Environmental Ethics* 3 (1981), p. 19. Júlia Aschermann Mendes de Almeida em, "A ética ambiental de Tom Regan: crítica, conceitos, argumentos e propostas", reconstitui os principais argumentos, conceitos, propostas e críticas apresentadas pelo autor nesse artigo. Sônia T. Felipe apresenta os conceitos de valor inerente e vulnerabilidade como critérios também válidos para uma ética ambiental em, "Valor inerente e vulnerabilidade: critérios éticos não-especistas na perspectiva de Tom Regan". *Ethic@* 5, Florianópolis: 2006, p.147-151 e 125-146, respectivamente.

estatuto moral é mais ampla que a classe dos seres sencientes.⁶¹ Uma ética ambiental para ser verdadeira ou razoável deve satisfazer, segundo Regan, pelo menos a segunda condição. Quanto à primeira, Regan reconhece não ser essa uma condição eficiente quando se faz necessária à distinção entre uma ética *para o uso* do meio ambiente e uma ética *para a preservação e defesa* do meio ambiente. Uma ética *para o uso* consideraria importante somente o interesse dos seres humanos, possibilitando o desenvolvimento de uma ética *antropocêntrica* que beneficiaria somente a qualidade da vida humana e de suas futuras gerações. Essa concepção poderia restringir o valor somente a vida e interesses dos seres humanos, enquanto uma ética *para o ambiente* exigiria o reconhecimento de estatuto moral aos seres não-humanos.⁶²

De acordo com essas duas concepções, Regan considera possível distinguir claramente dois tipos de teoria: 1) a *do gerenciamento* da natureza que defende preservar a vida silvestre, se ela for do interesse dessa e das futuras gerações de humanos, na qual os animais silvestres por si mesmos não têm nenhum interesse ou valor que possa ser considerado; 2) a *do parentesco*, na qual os animais silvestres figuram na aritmética moral por seu próprio direito. Essa teoria tem origem na ideia de que seres semelhantes aos humanos, fundamentalmente no modo de ser consciente, possuem estatuto moral.⁶³

Não é objetivo de Regan minimizar as dificuldades que acompanham o desenvolvimento de uma ética ambiental. Ele pretende apenas esclarecer se há razões suficientemente plausíveis que possam limitar o estatuto moral a seres sencientes, e, conseqüentemente, impor restrições à possibilidade ou à necessidade de uma ética ambiental. Regan enumera três argumentos abordados com frequência para justificar a impossibilidade de se estabelecer uma ética ambiental: 1) do interesse; 2) da senciência; 3) da bondade.⁶⁴

No argumento do interesse, enumera Regan, (1) os únicos seres dignos do estatuto moral são aqueles que podem ter interesse; (2) os únicos seres que podem ter algum interesse são aqueles capazes de consciência; portanto, (3) os únicos seres com estatuto moral são aqueles que têm a capacidade de consciência. Enquanto, no argumento da senciência, (1) os únicos seres que podem ter estatuto moral são os sencientes; (2) os

⁶¹ REGAN, 1981, p. 19-20.

⁶² Idem, p. 20.

⁶³ Ibidem

⁶⁴ Idem, p. 21.

únicos seres sencientes são aqueles capazes de consciência, e (3) somente podem ter estatuto moral os seres que têm a capacidade para a consciência.

Os defensores de ambos os argumentos enumeram três razões que os tornam defensáveis, segundo Regan: 1) somente seres sencientes têm interesses; 2) não faz sentido pensar que seres destituídos da capacidade de consciência possam ter estatuto moral; 3) somente têm estatuto moral aqueles seres que têm valor por seu próprio direito, sendo que somente faz sentido afirmar esse tipo de valor para seres sencientes.⁶⁵

Regan considera frágeis e contestáveis ambas as razões para defender os argumentos. No argumento do interesse a aparente plausibilidade, apóia-se na exploração da ambigüidade do conceito sobre alguma coisa ter um interesse. Diz o autor:

Falar do interesse de A em *x*, pode significar tanto que (a) A está interessado (quer, deseja, espera por...) em *x*, quanto (b) *x* está entre os interesses de A, ou seja, que *x*, de algum modo, contribui para o bem ou bem-estar de A, obviamente, se afirmarmos que somente seres que podem ter estatuto moral são aqueles que podem ter interesses em coisas, então somente seres conscientes podem ter estatuto moral.⁶⁶

Do ponto de vista literal, Regan concorda que parece ininteligível a ideia de que seres não-conscientes possam expressar desejos ou interesses. Por outro lado, considera possível promover benefícios ou acarretar prejuízos a esses seres. O autor ainda duvida da possibilidade de a classe de seres com estatuto moral ser co-extensiva com a classe de seres capazes de consciência. Seres incapazes de consciência podem ter um bem ou valor que pode ser promovido ou impedido, dependendo do que é feito a eles. Nesse caso, o argumento do interesse não apresenta qualquer solução para o problema, tampouco razões para sustentar a impossibilidade de se desenvolver uma ética ambiental.⁶⁷

Uma terceira razão para defender o argumento da senciência tem como base as premissas do argumento da bondade: (1) somente podem ter estatuto moral aqueles seres que têm um bem próprio; (2) podem ter um bem próprio somente os seres capazes de consciência; assim, (3) somente podem ter estatuto moral, seres capazes de

⁶⁵ REGAN, 1981, p. 21-2.

⁶⁶ Idem, p. 22.

⁶⁷ Ibidem

consciência. Para Regan, somente a primeira premissa é verdadeira, mas admite não haver nada de auto-evidente em ambas, permanecendo a necessidade de uma defesa racional, que o argumento da senciência não providencia.⁶⁸

Em que fundamentos é possível sustentar a obrigação de preservar a existência de algum *x*? Essa é uma pressuposição imprescindível para o desenvolvimento de uma ética ambiental que Regan identifica no argumento da bondade.

Duas respostas são possíveis: 1) preservar *x* é necessário para ocasionar o bem ou evitar o futuro mal para os seres, exceto *x*, sendo que sua existência nessa conta tem valor instrumental; 2) a obrigação para com *x* seria, em si mesma, independente de seu valor instrumental, pois *x* tem um valor próprio, por seu direito.⁶⁹ Para Regan, entretanto, ficando claras as condições para uma ética ambiental, nem tudo reconhecidamente valioso na natureza não-consciente pode ter apenas valor instrumental.

A primeira premissa do argumento da bondade oferece uma pressuposição necessária para uma ética ambiental, mas Regan considera difícil atribuir, de modo inteligível, bem inerente ou valor a seres não-conscientes.⁷⁰ Na segunda premissa, o argumento se baseia na tese da consciência como condição logicamente necessária para que alguém tenha certo tipo de bem próprio: a *felicidade*. Regan não considera problemático eleger a felicidade como um critério de bem, próprio dos seres sencientes. Mas pode ser questionável supor que seja esse tipo de bem, ou valor, o único a que certo *x* pode ter direito. Para Regan, condicionar o bem inerente à felicidade torna o argumento da bondade tão insuficiente quanto os outros para restringir estatuto moral aos seres capazes de consciência.⁷¹

Quatro “verdades” resultam da tentativa de demonstrar a impossibilidade de uma ética ambiental, segundo Regan:⁷²

- 1) Uma ética ambiental deve reconhecer que a classe dos seres que possuem estatuto moral é mais ampla que a classe dos seres sencientes;
- 2) Uma ética ambiental deve apoiar-se na ideia de que seres não-conscientes podem ter um bem, ou valor por seu próprio direito;
- 3) O bem, ou valor não está restrito ao sentimento de felicidade;

⁶⁸ REGAN, 1981, p. 23.

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Ibidem

⁷¹ Idem, p. 24.

⁷² Ibidem

- 4) Os argumentos falham em demonstrar que seres não-conscientes não podem ter estatuto moral.

Para Regan é conclusivo que as objeções apresentadas para a formulação de uma ética ambiental não foram capazes de demonstrar essa impossibilidade.

Mas há quem resista às objeções e, apesar de reconhecer a existência de um valor ou bem próprio nos seres não-conscientes, negue a existência de boas razões para a formulação de uma ética ambiental.

Aqueles que se opõem acreditam, segundo Regan, oferecer formas alternativas, dentro de uma perspectiva antropocentrista, para explicar a dimensão moral de nossas relações com o meio ambiente, sem a necessidade de postular nele valor inerente. Regan trata de quatro argumentos principais: 1º) da corrupção do caráter; 2º) da ofensa contra um ideal de humanidade; 3º) utilitária; 4º) da representação dos valores culturais.⁷³

No argumento da corrupção do caráter certos modos de tratar a natureza não-consciente são vistos como errados. Segundo Regan, inspirados na ideia de Kant sobre o perigo da crueldade humana para com os animais tornar-se um hábito e voltar-se contra os próprios humanos, seus defensores argumentam que ações destrutivas contra o meio ambiente analogamente poderão desenvolver hábitos destrutivos nos seres humanos.⁷⁴

Regan não acredita na existência de razões suficientemente fortes para dar suporte a essa hipótese. A tentativa de apoiar-se na comparação dos percentuais de crimes cometidos por profissionais como contadores e mineiros não parece ser um bom exemplo para dar credibilidade e solidez ao argumento.

Diferentemente do argumento do caráter, o da ofensa contra um ideal de humanidade não busca apoiar-se em dados empíricos. Fundamenta-se na ideia de que um *ser humano ideal* não destruirá a natureza gratuitamente, ou sem pensar, pois o ato de saquear o ambiente violaria esse ideal humano.

Regan não acredita num ideal que ordena agir de certo modo para com *x*, ao mesmo tempo em que nega a esse *x* qualquer valor. Para o autor semelhante ideal é ininteligível ou simplesmente inútil. Ao invés do argumento oferecer uma alternativa a ideia de valor inerente para objetos não-conscientes, acaba pressupondo a existência desse valor:

⁷³ REGAN, 1981, p. 24

⁷⁴ Idem, p. 24-5.

Ideais, em resumo, envolvem reconhecer valor naqueles que são objetos de nossas ações. Ao sermos informados que tratar o ambiente de certa maneira é uma ofensa contra um ideal de conduta humana, não estamos fornecendo uma posição alternativa para, ou inconsistente com, a visão de que objetos não-conscientes têm um valor próprio.⁷⁵

Já no argumento da representação dos valores culturais, a defesa do ambiente, ou partes dele, se apóia no fato de a natureza simbolizar certos valores de nossa cultura. Regan lembra o que diz Sagoff sobre a sociedade se servir da natureza com paradigmas dos conceitos de liberdade, integridade, poder...etc. Nesse argumento, preservar a natureza é um dever para que junto com ela se preservem as expressões naturais de valores culturais acalentados pela sociedade.

O argumento da representação dos valores culturais não requer, segundo Regan, uma análise do custo-benefício. Sua obrigação para preservar a natureza diz respeito apenas aos valores culturais personificados por ela.⁷⁶

Em comum com os outros argumentos, o da representação dos valores culturais não atribui aos objetos naturais um valor por seu próprio direito, mas traz pressuposições objetivas que deixam dúvidas quanto à sua semelhança com os outros argumentos, uma vez que reconhece no ambiente natural certas qualidades objetivas como o poder, a maestria, a liberdade. Tais qualidades estão na natureza, tanto quanto nos cromossomos, no entanto, seu valor não é algo independente do interesse dominante de uma certa cultura ou herança cultural. Segundo Regan, as qualidades que um objeto natural expressa são objetivas, mas o valor de um objeto natural não é algo que ele possui objetivamente por seu próprio direito, representa apenas qualidades valorizadas pela cultura.⁷⁷

Regan considera que o argumento da representação dos valores culturais oferece uma base poderosa para um argumento político em favor da preservação. Uma vez demonstrada a expressão de valores como liberdade, integridade, poder na natureza, não é apropriado destruí-la.

Entretanto, Regan enumera dois problemas que enfraquecem o argumento: 1º) estabelecer quais são os valores culturais, sem ser elitista; 2º) valores culturais podem ser relativos entre diferentes culturas e, mesmo, dentro da própria cultura, em tempos

⁷⁵ REGAN, 1981, p. 25-6.

⁷⁶ Idem, p. 28.

⁷⁷ Idem, p. 28-9.

distintos. A fraqueza do argumento, segundo Regan, refere-se principalmente ao fato de permitir que um ambiente de plástico, por exemplo, possa ser tão bom, ou melhor, que um ambiente natural, caso o valor dominante de determinada cultura seja valorizar coisas de plástico.⁷⁸

Mas é no argumento utilitarista que Regan concentra sua crítica. Principalmente a concepção hedonista, para a qual uma ação é certa, se nenhuma ação alternativa produz melhor equilíbrio entre prazer e dor para todos os afetados.

O utilitarismo hedonista pode estar no caminho certo para a formulação de uma ética ambiental, se, de acordo com Regan, satisfizer a segunda condição. Pois, segundo essa concepção, afirma o autor, um ambiente manejado pode dar origem a prazeres iguais em valor àqueles que têm origem no ambiente natural, assim teremos mais ou menos razões para preservar o meio ambiente natural e explorar o ambiente manejado.

Contudo, prazeres que florescem de ambientes manejados, caso fossem maiores do que os advindos de ambientes naturais proporcionariam maiores razões para ampliar o mundo com árvores de plástico e reduzir as árvores vivas.⁷⁹

Mesmo diante de todas essas considerações, não é objetivo de Regan investigar se objetos naturais têm um bem, ou valor, independente de interesses humanos. O objetivo central do autor é mostrar que os principais argumentos contra a possibilidade e/ou a necessidade de se atribuir valor aos objetos naturais não-conscientes, independentemente dos interesses humanos, falham nesse propósito, como também falham em avançar o pensamento para a possibilidade de apresentar uma explicação razoável para nossos deveres com respeito ao meio ambiente, sem ter que lhe postular valor próprio.⁸⁰

O problema que está na base do conflito entre as diferentes perspectivas para a formulação de uma ética ambiental, no entender de Regan, é a definição do que é o bem das coisas vivas. Para tentar esclarecer alguns pontos, o autor se propõe a fazer algumas observações sobre a natureza do conceito de bem inerente (*inherent goodness*), levando em conta sua incompletude e relativismo. Regan se concentra principalmente em torno de cinco ideias distintas e, ao mesmo tempo, relacionadas de bem inerente:

⁷⁸ REGAN, 1981, p. 29.

⁷⁹ Idem, p. 27.

⁸⁰ Idem, p. 30.

1. *A presença do valor inerente em um objeto natural é independente de qualquer consciência, interesse ou apreciação por parte de qualquer ser consciente.*⁸¹

Apesar de não subsumir o valor inerente a interesses, essa ideia de bem não diz nada sobre que objetos são, e por que são, inerentemente bons. Afirma apenas que, se um objeto é inerentemente bom, então o valor está nele mesmo.

2. *A presença do valor inerente em um objeto natural é consequência de possuir certas propriedades únicas.*⁸²

Semelhante à ideia anterior, essa afirma apenas que o bem de um objeto depende de suas propriedades. Características que dependem do reconhecimento por parte de um ser consciente.

3. *O valor inerente de um objeto depende de alguma propriedade objetiva nele.*

⁸³

A expressão de liberdade percebida em um rio serve como exemplo de propriedade objetiva. Mas, ser inerentemente bom é um fato sobre o rio, a exemplo da primeira ideia, não diz nada do porque ele é inerentemente bom.

4. *O valor inerente de um objeto natural é tal que para ele a única atitude adequada é a do respeito.*⁸⁴

Essa ideia revela a conveniência de considerar o que é valioso inerentemente, conectando um ideal de natureza humana ao que é inerentemente valioso na natureza.

O ideal de natureza humana, em parte, nos convida a apreciar a natureza, não como meros recursos a serem utilizados em nome do interesse humano, mas segundo seu próprio valor. Além disso, também nos convida a considerar o que é inerentemente valioso com admiração e respeito. A carência de respeito torna insuficiente, frente ao ideal, tanto qualquer atitude gratuitamente destrutiva de algo com valor inerente, quanto considerar que algo tem valor somente em virtude de algum interesse por ele.

Regan considera de vital importância lembrar que ter ideais não nega nem diminui o que se exige para além de qualquer ideal: postular valor inerente na natureza, independentemente de quaisquer ideais.⁸⁵

5. *A respeitosa admiração do que é inerentemente valioso na natureza leva à adoção do princípio de preservação.*

⁸¹ REGAN, 1981, p. 30.

⁸² Idem, p. 31.

⁸³ Idem, p. 31.

⁸⁴ Idem, p. 31.

⁸⁵ Idem, p. 31.

O princípio de preservação deve ser entendido como um princípio que implica em três deveres negativos: não-destruição, não-interferência, não-intervenção, considerado por Regan um imperativo moral para as relações com o meio ambiente. Mas falta definir se o princípio de preservação é absoluto ou *prima-facie*. Não está claro de que modo esse princípio pode ser absoluto. Pois, no caso de *deixar ser* o que é inerentemente bom na natureza, muitas vezes isso pode levar à diminuição ou perda de valor no futuro. Sendo *prima-facie* o princípio de preservação pode ceder à necessidade de intervenção na natureza para preservar ou ampliar o que é valioso inerentemente.

Seja como for, em um ponto Regan está de acordo com os preservacionistas: é preciso rejeitar o princípio do interesse humano. Pois o bem inerente das coisas naturais é incomensurável com o tipo de bem que constituem os interesses humanos, entre eles o econômico.⁸⁶

Sobre a ideia de bem, Regan reconhece não ter respondido a duas questões principais: a) o que torna alguma coisa inerentemente boa; e b) como é possível saber que coisas são inerentemente boas. Existem duas possibilidades para tentar responder à primeira questão, segundo Regan:⁸⁷

- 1) Um objeto *x* é inerentemente bom, se é bom a seu *próprio modo*.
- 2) A vida torna alguma coisa inerentemente boa.

Quanto a isso, Regan admite não ter muita coisa a dizer, mas considera não ser possível encontrar o que é inerentemente bom, simplesmente por adequar o que é bom ao que é digno de respeitosa admiração.⁸⁸ Se estiver certo em suas observações, Regan considera que o desenvolvimento de uma ética ambiental, apesar de todas as dificuldades de concebê-la, exige postular valor inerente na própria natureza.⁸⁹

Regan e Singer têm concepções bem distintas em relação às considerações sobre uma concepção de ética ambiental. Ambos consideram difícil transpor a barreira da sciência. Enquanto Singer propõe uma ética utilitarista com valor instrumental para o meio ambiente e as coisas vivas que não satisfazem ao critério da sciência, Regan, entretanto, considera que uma ética genuinamente ambiental, precisa buscar um critério que justifique atribuir valor inerente às outras coisas vivas, até mesmo a objetos naturais não vivos.

⁸⁶ Esse princípio, segundo o autor, postula desconsiderar o princípio da preservação sempre que for possível obter mais benefícios. REGAN, 1981, p. 32.

⁸⁷ Idem, p. 33.

⁸⁸ Ibidem

⁸⁹ Idem, p. 34.

O conceito de valor inerente e o critério de sujeito-de-*uma*-vida são aplicáveis a seres que têm um tipo de interesse do qual não precisam necessariamente ser conscientes. Apesar de suas dúvidas quanto à possibilidade de se transpor o limite da capacidade de consciência para que algo tenha valor por si mesmo, o pensamento de Regan vem ao encontro das concepções de muitos ambientalistas que defendem a ideia de valor da natureza independentemente de qualquer avaliação vinculada a interesses.

Entre os autores que propõem valorizar a natureza por ela mesma, Holmes Rolston III critica qualquer proposta de ética ambiental que tenha por objetivo vincular o valor da natureza a interesses, sejam eles dos humanos, nas propostas antropocêntricas, ou no bem-estar de seres sencientes, nas concepções senciocêntricas, especialmente de Singer. Para o autor, existem na natureza valores independentes de quaisquer interesses que devem ser considerados intrinsecamente.

1.3 Valores na natureza

De um ponto de vista biocêntrico, em que a vida está no centro das considerações de valor, Rolston III propõe uma ética para o meio ambiente na qual a concepção de valor subjacente não dependa de quaisquer interesses.

O autor reconhece a dificuldade de se propor um conceito de valor para a natureza, e proteção ao meio ambiente, desvinculado da noção de interesse. Mas, há outros caminhos possíveis para uma reflexão mais profunda sobre o assunto.

Para Rolston III, defender valor na natureza consiste numa espécie de “despertar” do interesse, vinculado à identificação de aspectos relevantes observados na natureza.⁹⁰

A ideia de independência do valor com relação ao interesse coloca em lados opostos Singer e Rolston III. Enquanto Singer dispensa à natureza um tratamento secundário, considerando-a apenas instrumento de bem-estar dos seres sencientes, Rolston III, por outro lado, defende a importância da natureza em si mesma, visto que o valor já está lá e não no interesse de quem avalia.

Não é a intenção de Rolston III dispensar os interesses humanos na avaliação da importância da natureza, na verdade tais interesses são necessários para a identificação de novos valores.

⁹⁰ O autor identifica dez tipos de valor que despertam o interesse humano pela natureza: valor econômico, valor como sustentáculo da vida, valor recreativo, valor científico, valor estético, valor da vida, valor como diversidade e unidade, valor como espontaneidade e estabilidade, valor dialético e valor sacramental. ROLSTON III, Holmes. “Values in Nature”. *Environmental Ethics* 3 (1981): 113-28.

A objeção principal de Rolston III com respeito a Singer consiste na afirmação de que à natureza somente é possível atribuir valor instrumental, conforme o interesse, principalmente humano, de conservar os recursos necessários à satisfação de suas necessidades e preferências.

1.3.1 O valor antecede o interesse

Está claro que a concepção de valores não deve perder de vista que esse é um conceito humano, e nesse contexto deve ser entendido. Para Rolston III, “valores aparecem somente na resposta humana para o mundo. Então, perguntar sobre valores na natureza é enganoso, pois estão somente nas pessoas, criados por suas decisões”.⁹¹ Rolston III, entretanto, considera importante não esquecer que o ser humano ao atribuir algum valor à natureza se depara com algo que já está lá, intrínseco a ela, pois “nosso interesse por maçãs não é arbitrário, depende, em parte, de algo encontrado nelas”.⁹²

A natureza não “espera” nada dos humanos, tampouco sua existência depende deles. Os seres humanos, por outro lado, dependem totalmente da natureza para sobreviver. Toda essa dependência acabou transformando a natureza em um grande e lucrativo negócio. A natureza é fonte de todos os recursos valiosos que despertam o interesse humano. Para Rolston III, não há dúvidas de que na natureza o valor antecede o interesse humano, uma vez que ele se depara com algo que já estava lá.

Há uma tendência dos seres humanos em valorizar apenas o que é economicamente viável na natureza. Mas, de um ponto de vista ecológico, seu bem-estar tem raízes muito mais profundas. Como sustentáculo da vida, o valor da natureza é incalculável, lembra Rolston III. Elementos como: atmosfera, camada de ozônio, oceanos, calotas polares, podem não ter valor comercial para aqueles cujo pensamento está focado em aspectos econômicos, mas todos concordam serem essenciais para o desenvolvimento e manutenção da vida em todas as suas manifestações.⁹³

Rolston III concorda com a perspectiva de ecologia profunda sobre ser o ecossistema da Terra um todo interligado, no qual suas espécies constituintes têm alguma participação. A humanidade, nesse cenário, é apenas uma peça recém-chegada

⁹¹ ROLSTON III, 1981, p. 114.

⁹² Idem, p. 114.

⁹³ Idem, p. 116.

ao “quebra-cabeças” da natureza. Os seres humanos são uma espécie entre tantas outras que apareceram e desaparecem todos os dias, enquanto a natureza permanece.

Nesse sentido, o cuidado com relação ao ecossistema é essencial, mas Rolston III considera que esse “cuidar” representa uma das questões mais difíceis de resolver.

A ideia de cuidado com o ecossistema não envolve apenas questões relativas aos elementos geológicos, envolve também reconhecer a importância das comunidades naturais e seus membros, considerados individualmente, que contribuem para o equilíbrio e manutenção do meio ambiente como um todo.⁹⁴

De um ponto de vista humanístico, o valor na natureza surge apenas quando há interesse humano. Num primeiro momento, isso pode soar verdadeiro, principalmente quando nos deparamos com estudos científicos, destituídos de qualquer valor comercial, inestimável para seus pesquisadores interessados apenas em descobrir o intrincado sistema natural, no qual a vida floresce e evolui orientada por um complexo processo de seleção natural, onde também se encontram as raízes da humanidade. Por outro lado, lembra Rolston III, esse processo, para ter valor por si mesmo, não depende do interesse humano em descobrir suas raízes.

Apesar de o valor e o interesse parecerem indissociáveis, no processo intrincado de seleção natural o ser humano é apenas um participante. Mesmo que alguns insistam que nada teria valor antes de sua chegada, é soberbo imaginar que a participação humana seja determinante no esquema e no valor da natureza.⁹⁵

Rolston III considera o valor da vida um dos mais importantes da natureza. Sua existência se justifica quando há o reconhecimento de que existe uma espécie de inteligibilidade ativa da vida, presente nos organismos, cujas cadeias de RNA e DNA com informações organizadas numa espécie de livro ou manual, do qual são retiradas todas as orientações necessárias para o desenvolvimento da vida de um organismo, têm papel fundamental.⁹⁶ Os mais avançados estudos da bioquímica, lembra o autor, informam que o número de informações contidas e utilizadas rotineiramente em uma célula, é muito maior do que qualquer livro feito por mãos humanas pode comportar.⁹⁷

O fenômeno da vida é um dos mais complexos da natureza. Por maiores que sejam os esforços da ciência em reproduzi-la em seus laboratórios, a manifestação da vida é um fenômeno absolutamente natural, afirma Rolston III. Isso mostra que não é

⁹⁴ ROLSTON III, 1981, p. 116.

⁹⁵ Idem, p. 117.

⁹⁶ Idem, p. 122.

⁹⁷ ROLSTON III, 1981, p. 122.

possível negar a existência na natureza de um valor inestimável, enquanto berço da vida, absolutamente independente dos interesses humanos.⁹⁸

Da mesma forma, perguntas sobre quem somos, de onde viemos, o problema da vida e da morte e porque nos conduzimos tão apropriadamente nesse ambiente, nos levam à concepção de um valor sagrado da natureza. Para Rolston III, esses pensamentos surgem após a contemplação da complexidade dos processos naturais.

A mente humana, um dos produtos mais sofisticados da natureza, questiona sua própria capacidade de observar e pensar a si mesma, encontrando-se ainda aquém de sua própria capacidade de conhecer. Na natureza, lembra o autor, o ser humano encontra campo fértil para questionamentos filosóficos, tanto quanto é um recurso científico, estético e econômico. Estamos programados para perguntar *os por quês*, e a natureza em sua expressão dialética é a origem de nossa espiritualidade, mesmo que simbolicamente seja possível aos seres humanos separar o pensamento racional, do mundo natural, na verdade a mente tem evoluído por milênios associada à natureza. Essa interação levou o ser humano a descobrir e criar símbolos através dos quais é possível o entendimento, ainda que parcial, da complexidade do mundo em que vive.⁹⁹

1.3.2 A senciência como critério último de valor próprio

Com respeito à proposta de Singer para uma ética ambiental, Rolston III avalia que seu colega, apesar da indiscutível contribuição para incluir os animais nas considerações éticas, tem-se mostrado cego diante dos esforços da ética ambiental para valorizar a vida e cuidar da biosfera terrestre.¹⁰⁰

A supervalorização da senciência acaba excluindo das considerações morais todas as formas de vida que não a possuem analogamente aos humanos. As formas mais simples de vida são valorizadas de forma instrumental, somente enquanto úteis à satisfação das necessidades dos seres dotados com a capacidade da senciência. A natureza é preservada apenas em virtude do interesse desses seres em obter dela sustentação e bem-estar para suas vidas.¹⁰¹

⁹⁸ Idem, p. 123.

⁹⁹ Idem, p. 128.

¹⁰⁰ ROLSTON III, Holmes. "Respect for Life: Counting what Singer Finds of no Account". In: *Singer and His Critics*. Edited by Dale Jamieson. Blackwell Publishers, 2000, p. 247.

¹⁰¹ ROLSTON III, 2000, p. 248.

Rolston III lembra que Singer, em uma de suas críticas, refere-se à ética da “reverência à vida” de Albert Schweitzer, para quem todo o organismo vivo tem um “desejo de viver”, e Paul Taylor, cujo objetivo de sua teoria é a consideração moral dos seres que “buscam seu próprio bem, a seu próprio modo”.

Singer defende, segundo Rolston III, que o único limite justificável para uma ética ambiental é a consideração de interesses dos seres com a capacidade de sofrer, ter experiências prazerosas, ou felicidade. Quando a consideração moral envolve aqueles organismos incapazes dessas experiências, Singer afirma que tais formas de vida são regidas por processos físico-químicos semelhantes aos processos que regem os objetos inanimados. Falar de interesse com respeito a esses organismos somente é possível em linguagem metafórica.

Rolston III concorda com a recomendação de Singer sobre o cuidado com o uso de metáforas, e com o fato de as plantas carecerem da capacidade de consciência ou intencionalidade, mas contesta o agrupamento que seu colega faz, colocando no mesmo plano de existência, plantas, rios e objetos inanimados, tais como mísseis teleguiados. Rolston III defende a existência de diferenças significativas entre eles, sendo inaceitável a forma cartesiana com a qual Singer os unifica. Essa dicotomia faz parecer que existem apenas dois níveis metafísicos: as experiências conscientes e os processos meramente físicos. Para Rolston III isso não é verdadeiro.

Uma planta não é um objeto com experiências, mas também não é um objeto como uma pedra, regido por processos geomorfológicos como um rio. Plantas estão totalmente vivas. Plantas, como todos os outros organismos, são autônomas. Plantas são entidades unificadas, do tipo botânico, embora não seja do tipo zoológico, isto é, não são organismos unitários altamente integrados com um sistema nervoso central, mas são organismos modulares, com um tronco que repetida e indefinidamente produz novos módulos vegetais, galhos e folhas novas quando há espaço e recursos adequados, tanto quanto novas mudas, frutos e sementes.¹⁰²

Isso faz crer, argumenta Rolston III, ao contrário do que pensa Singer, que há na vida de uma planta algo que não se limita às causas físico-químicas. Presente em todos os seres vivos está o DNA, identificado pela biologia como informação genética, lembra

¹⁰² ROLSTON III, 2000, p. 249-50.

Rolston III, sua existência revela que a natureza tem propósitos que não obedecem a interesses e preferências de seres sencientes.¹⁰³

O critério da senciência, utilizado como condição para que um ser seja considerado moralmente, continua Rolston III, exclui também a maior parte dos animais. Em torno de 95% de todas as criaturas no mundo são perceptivas e sencientes apenas no sentido de responderem ao seu ambiente diversamente, semelhante aos processos vitais identificados nas plantas. Não é possível determinar se essa capacidade relativa ao ambiente no qual cada ser se desenvolve, pode classificá-los como sencientes, ou autoconscientes, no sentido de terem experiências físicas de dor, sensação de desconforto, ou serem capazes de ter perspectivas quanto ao futuro.

Com respeito a Singer e a forma como o autor define a senciência, preocupando-se em condicioná-la, analogamente, a sentimentos que experimentam os seres humanos, Rolston III observa que seu colega não leva em conta o fato de a senciência corresponder a alguma capacidade de resposta que um organismo necessita para sobreviver em seu próprio meio, sem necessariamente assemelhar-se ao tipo de senciência dos humanos. Desconsiderar essa possibilidade, conclui Rolston III, pode limitar consideravelmente a preservação da natureza e de todas as suas expressões de vida.¹⁰⁴

Apesar de defender o valor da natureza, Rolston III não oferece argumentos suficientemente sólidos para o desenvolvimento de uma ética ambiental com base no valor próprio da natureza. O autor parece não conseguir desvincular-se da ideia de valor instrumental, e não deixa claro como o interesse humano é posterior ao valor atribuído à natureza.

O autor considera valores como o estético, científico e dialético mais dignos que o valor predominantemente econômico da natureza, mas não rompe com a ideia de interesse que subjaz essas concepções.

Intuitivamente, os argumentos do autor com respeito a esses valores nos levam a acreditar que são próprios da natureza, estão lá, prontos para despertar o interesse humano. Mas isso não muda a ideia de que há uma dependência que mantém a natureza “escrava” dos fins humanos. Todos os valores enumerados pelo autor existem somente vinculados às concepções humanas de beleza, contrariedade, benefícios, e outros tantos que possam dar origem a outros tipos de valor.

¹⁰³ Idem, p. 250.

¹⁰⁴ Idem, p. 257.

Sem descartar o justificável interesse humano, ou dos seres sencientes, em manter o ambiente natural saudável para sua sobrevivência, não é possível ignorar que a natureza tem um tipo de valor que ultrapassa interesses ou preferências.

O desenvolvimento de uma ética ambiental genuína requer, como prudentemente recomenda Regan, apesar de ser ainda uma questão insolúvel, que o valor subjacente seja independente de avaliações exteriores. Critérios plausíveis e argumentos suficientemente sólidos precisam ser razoáveis para que sejam aceitos e aplicáveis universalmente.

Muito já foi dito e escrito sobre o valor da natureza, mas entre tantas teorias, Paul Taylor talvez seja o autor mais consistente na formulação de uma ética ambiental. A teoria que o autor apresenta procura dar conta de todas as exigências que uma ética precisa satisfazer para ser aplicável universalmente.

II. Perspectiva biocêntrica de valor e consideração moral da natureza na constituição de uma ética ambiental

No capítulo anterior foram apresentadas algumas das principais ideias que norteiam o pensamento ambiental atual, mostrando que a elaboração de uma ética para as relações humanas com a natureza não é um fácil empreendimento. Entre esses empreendedores do pensamento ético-ambiental, Peter Singer sugere que nem mesmo uma ética ambiental que proteja os interesses humanos foi ainda elaborada. Sua proposta inclui tanto estes, quanto o interesse de todos os seres sencientes em viver num ambiente saudável. Rolston III aparece com a concepção de que valores encontrados na natureza despertam o interesse humano. Assim como, Tom Regan e a perspectiva de uma ética ambiental que postule o valor próprio da natureza, mesmo duvidando da possibilidade de se transpor os limites impostos pelos critérios de sensibilidade e consciência para que se possa afirmar que algo tem valor inerente.

Para Regan, algumas condições imprescindíveis devem ser observadas na elaboração de uma teoria ética ambiental. O autor procurou principalmente enfatizar que a negação antropocentrismo quanto à possibilidade e, mesmo, a necessidade de uma ética ambiental fundamentada em um valor próprio da natureza, não tem argumentos suficientemente sólidos para se sustentar.

Neste capítulo, a natureza ganha *status* moral na perspectiva ética ambiental biocêntrica, de Paul Taylor. O autor constrói sua teoria com base em alguns elementos que considera essenciais: o paralelo entre as éticas humana e ambiental, o sistema de crenças segundo uma perspectiva biocêntrica da natureza, a atitude de respeito pela natureza, os princípios prioritários e a prioridade desses na resolução dos conflitos de interesses entre seres humanos e não-humanos.

Em cada um desses elementos, Taylor apresenta aspectos importantes a considerar para que uma proposta de ética ambiental seja universalmente aceitável.

Obviamente, numa breve exposição não é possível apresentar toda a dimensão e alcance de uma teoria ética. Contudo, é possível conhecer as ideias que norteiam o pensamento e a proposta ética de Taylor, principalmente aquela cuja vida, moralmente considerável tem um tipo de bem que é próprio do seu modo de vida em particular, essa

característica agrega um tipo de valor que costumeiramente só é atribuído a seres conscientes: valor inerente.¹⁰⁵

Na proposta de Taylor, a ética antropocêntrica deve dar lugar a uma ética ambiental¹⁰⁶ biocêntrica, organizada em um sistema de princípios morais que devem ser seguidos no relacionamento entre humanos e *ecossistemas naturais* com suas *comunidades de vida silvestre*.¹⁰⁷

Em 1982, Taylor lança em, “The Ethics of Respect for Nature”, a primeira versão das ideias centrais que norteiam seu pensamento. Anos mais tarde, em 1986, a versão completa de sua teoria ética ambiental é apresentada em, *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethics*.

Não é objetivo de Taylor em sua ética reverenciar a vida em sua plenitude. O autor escreve uma ética para a consideração da vida, que em sua expressão natural¹⁰⁸, não sofreu interferências nem intervenções humanas diretamente; considerando aspectos importantes com respeito às peculiaridades dessa vida, submetida apenas aos processos de evolução e seleção naturais.

Antes de avançar nas particularidades da teoria de Taylor é importante ter clara a concepção de natureza subjacente em sua proposta. Para o autor, no sentido que pretende usar, “natural” significa que fatores ambientais e biológicos determinantes na estrutura de relações mantidas entre suas espécies constituintes têm lugar sem a interferência ou intervenção humana. Para o autor, a ordem das coisas vivas em um ecossistema natural pode ser explicada como resultante de certos processos

¹⁰⁵ Taylor admite que esse conceito é essencialmente idêntico ao que Regan apresenta em *The Case for Animal Rights* (Los Angeles: University of California Press, 1983). TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature. A Theory of Environmental Ethics*. New Jersey: Princeton University Press, 1989, p. 75, nota.

¹⁰⁶ “Por ética ambiental define-se as relações morais estabelecidas entre os humanos e o mundo natural. Os princípios éticos que governam essas relações determinam nossos deveres, obrigações e responsabilidades com o ambiente natural da Terra e todos os animais e plantas que nela habitam”. Idem, p.3.

¹⁰⁷ “O termo ‘mundo natural’ é usado em referência a todo o conjunto de ecossistemas naturais em nosso planeta, junto com as populações de animais e plantas que constituem a comunidade biótica desses ecossistemas. A ideia de ecossistema natural deve ser entendida nesse livro como qualquer conjunto de coisas vivas ecologicamente interrelacionadas que, sem a interferência ou controle humano, mantêm sua existência como espécies através do tempo. Cada população ocupando seu próprio espaço natural e cada um adaptado de acordo com os processos evolutivos de variação genética e de seleção natural”. Ibidem

¹⁰⁸ Por “natural” Taylor refere-se aos fatores ambientais e biológicos determinantes na estrutura de relações que se mantêm entre as espécies constituintes dos ecossistemas sem a interferência humana. O autor faz distinção entre dois tipos de ecossistemas naturais: 1) ecossistemas que nunca foram explorados por mãos humanas, nem sofreram mudanças com os efeitos de sua cultura e tecnologia; 2) ecossistemas que em algum tempo foram cultivadas pelos humanos (agricultura, criação, mineração), sofrendo certas modificações ocasionadas por essa interferência, mas retornaram a sua condição natural após longo período de tempo sozinho, sem qualquer intervenção submetidos novamente apenas aos processos evolutivos e seleção natural. Idem, p. 3-4.

evolucionários e condições ambientais, sem qualquer referência a propósitos humanos ou efeito de suas ações.¹⁰⁹

2.1 Estrutura paralela das éticas humana e ambiental

Um dos aspectos mais importantes da proposta de Taylor, adotado como ponto de referência pelo autor, é a concepção de paciente moral (*subject*). Mas antes de falar de pacientes morais, é importante ter claras as concepções de agente moral e paciente moral comparadas a outras propostas éticas.

Taylor afirma que não há qualquer divergência entre as éticas quanto à concepção de agente moral. Todas concebem o agente moral como aquele ser capaz de certas habilidades com as quais ele pode agir de forma moral ou imoral, ter deveres e responsabilidade e ser responsabilizado pelo que faz.¹¹⁰ Quanto à concepção do que ou quem são os pacientes morais, Taylor observa que há uma única coisa certa sobre eles: a possibilidade de serem beneficiados ou prejudicados pelos agentes morais.¹¹¹

2.1.1 A simultaneidade da condição agente-paciente moral

É costume associar a humanos somente a capacidade de ser agente moral. Mas Taylor chama a atenção para o fato de que “seres humanos, que são agentes morais, podem, ao mesmo tempo, ser pacientes morais”.¹¹² No papel de agentes morais, os seres humanos podem agir em relação a outros humanos de maneira certa ou errada. Na condição de pacientes morais tais humanos podem ser tratados da mesma forma por outros humanos na condição de agentes morais.

Diante dessa perspectiva, Taylor muda em sua ética o objeto da consideração moral e de valor. Para melhor compreender como essa simultaneidade acontece, é importante esclarecer antes o que significa ser um agente moral. Para o autor, está claro que:

Um agente moral para ambos os tipos de ética [antropocêntrica e biocêntrica] é qualquer ser que possui aquelas capacidades, em virtude das quais pode agir

¹⁰⁹ TAYLOR, 1989, p. 04.

¹¹⁰ Idem, p. 14.

¹¹¹ Idem, p. 17.

¹¹² Idem, p. 16.

moralmente ou não, pode ter deveres e responsabilidades, e pode ser responsabilizado pelo que faz. Entre essas capacidades, a mais importante é a habilidade de fazer julgamentos sobre o certo e o errado; a habilidade de engajar-se em deliberações morais, isto é, considerar e pesar razões morais em favor e contra, vários cursos de conduta abertos à escolha; a habilidade de tomar decisões com base naquelas razões; a habilidade de exercer a necessária determinação e força de vontade na realização daquelas decisões; e a capacidade de responder pelo seu fracasso em realizá-las.¹¹³

Importante lembrar, com respeito às características que definem um agente moral, que Taylor não concorda com a ideia corrente de que essas são exclusivamente humanas, mostrando que tal pensamento é enganoso por duas razões: 1) nem todos os humanos são agentes morais, e 2) podem existir agentes morais que não são humanos.¹¹⁴

Muitos seres humanos carecem permanente ou temporariamente das capacidades que caracterizam um agente moral. Os bebês recém-nascidos, os anencéfalos, os loucos incuráveis, os mental ou emocionalmente doentes num grau extremo, entre outros, são exemplos de seres humanos, no sentido biológico, que, segundo Taylor, não satisfazem as exigências para serem considerados agentes morais.

Outro ponto importante refere-se aos casos de seres não-humanos que satisfazem tais exigências. Peter Singer, por exemplo, defende que aos primatas se pode ousar chamá-los de pessoas, no sentido que o termo é empregado para os humanos, ou seja, dotados da capacidade de ser racional e autoconsciente. Para Singer, esses animais apresentam muitos dos comportamentos, analogamente observados nos seres humanos, que expressam ações e atitudes, correspondentes àquelas que na filosofia moral tradicional são dignas de consideração moral.¹¹⁵

¹¹³ TAYLOR, 1989, p. 14.

¹¹⁴ Idem, p. 14.

¹¹⁵ As afirmações de Singer são influenciadas principalmente pelos estudos de Frans de Waal e Jane Goodall. Numa dessas observações Singer revela que De Waal constatou, de modo inequívoco, a existência tanto de consciência de si quanto a percepção da consciência do outro: “Os chimpanzés vivem em grupos, nos quais um macho vai ser a figura dominante, atacando outros machos que queiram acasalar-se com as fêmeas receptivas. Apesar disso, uma intensa atividade sexual acontece quando o macho dominante não está vigilante. Em geral, os chimpanzés machos procuram despertar o interesse sexual das fêmeas sentando-se com as pernas abertas e o pênis ereto. (Os homens que se expõem do mesmo modo estão dando continuidade a uma forma de comportamento dos chimpanzés que se tornou socialmente inadequada). Numa dessas ocasiões, um jovem macho estava seduzindo assim uma fêmea quando apareceu o macho dominante. O jovem macho cobriu o pênis com as mãos, para que o macho dominante não o visse. SINGER, 1998, p. 124-25.

Diferentemente dos agentes morais, a categoria dos pacientes morais é mais ampla, uma vez que abrange a ambas. Isso se deve, segundo Taylor, ao fato de que um paciente moral carece, ou pode ter perdido temporária, ou permanentemente, as capacidades para ser um agente moral. Contudo, tais seres mantêm um *status* que impõe aos agentes certos deveres:

Podemos definir um paciente (*subject*) moral como qualquer ser que pode ser tratado corretamente ou erroneamente e para quem os agentes morais podem ter deveres e responsabilidades. Deve ser possível para tais seres que suas condições de existência sejam melhoradas ou pioradas pelas ações dos agentes morais. Deve fazer sentido tratá-los bem ou mal.¹¹⁶

É importante ressaltar que não faz sentido afirmar deveres de um agente moral para com algo que não pode ser tratado bem ou mal. Tampouco um agente moral tem responsabilidades quanto a não causar prejuízos, ou proteger algo, se isso não fizer qualquer sentido. Para Taylor: “pacientes morais são entidades que podem ser prejudicadas ou beneficiadas”.¹¹⁷ O autor ainda chama atenção para o fato relevante de que “todos os agentes morais são pacientes morais, mas nem todos os pacientes morais podem ser agentes morais”.¹¹⁸ Esse *status* do paciente moral promove uma mudança na perspectiva da consideração moral, limitando o poder dos agentes morais. Essa sem dúvida é uma das teses centrais da teoria de Taylor, visto que a perspectiva do paciente moral propõe uma mudança fundamental no ponto de vista dos julgamentos morais. Diz o autor:

Talvez o fato eticamente significativo sobre os pacientes [*subject*] morais seja que sempre é possível para um agente moral *colocar-se na perspectiva do paciente moral e fazer julgamentos desse ponto de vista, sobre como deve ser tratado*. O padrão implícito nesses julgamentos é a ampliação, ou preservação, do bem-estar do objeto [da ação], não de quem está julgando.¹¹⁹

¹¹⁶ TAYLOR, 1989, p. 17.

¹¹⁷ Idem, p. 17.

¹¹⁸ Idem, p. 16-17.

¹¹⁹ TAYLOR, 1989, p. 17.

A perspectiva dos pacientes morais amplia a linha divisória entre os não-consideráveis e os consideráveis moralmente. Nessa categoria Taylor classifica todas as entidades vivas de quem se pode afirmar, e faz sentido dizer, que têm um bem que pode ser beneficiado ou prejudicado, não sendo possível afirmar o mesmo com relação aos objetos inanimados. Sobre isso, Taylor é enfático:

...objetos inanimados não são objetos morais, as condições puramente físicas de um ambiente natural devem, de um ponto de vista moral, ser cuidadosamente separados dos animais e plantas que dependem daquelas condições para sua sobrevivência.¹²⁰

Diretamente, nada obriga os agentes morais terem deveres para com um rio. Mas certamente há deveres para com os peixes e organismos que necessitam das condições físicas adequadas para o desenvolvimento de suas vidas. Mesmo que um rio não seja um paciente moral, agentes morais têm o dever de não poluí-lo para cumprir certos deveres para com os pacientes morais, dependentes dele para sobreviver.

Do ponto de vista moral é significativo, para Taylor, o fato de que, no meio ambiente natural, objetos inanimados podem ser modificados, destruídos, ou preservados por agentes morais. Mas a importância dessa preservação se limita ao bem ou mal-estar proporcionados aos pacientes morais.¹²¹

2.1.2 Condições para a validade dos princípios éticos

A proposta ética de Taylor não difere do formato da ética humana, com respeito às condições que um princípio ou regra deve satisfazer para ser considerado válido, dentro de um sistema ético normativo: impor exigências morais aos agentes morais¹²². O autor constrói sua ética segundo as mesmas condições que constituem o sistema ético dos humanos.

2.1.2.1 Condições formais

Um princípio ou regra, tanto no modelo de ética ambiental quanto no humano, segundo Taylor, deve satisfazer algumas condições:

¹²⁰ Idem, p. 18.

¹²¹ Idem, p. 18.

¹²² Idem, p. 25.

- a) *Ser geral na forma*. Não deve conter qualquer referência a pessoas ou ações em particular, mencionando somente *tipos* de coisas em termos de suas propriedades.¹²³
- b) *Ser aplicável universalmente por todos os agentes morais*. Regras que não podem ser aplicáveis universalmente não são morais.¹²⁴
- c) *Ser aplicada imparcialmente, de forma desinteressada*. Tais padrões e regras devem servir como “imperativo categórico”, como um princípio que deve ser seguido por todos os agentes, independentemente de seus fins ou interesses particulares.¹²⁵
- d) *Ser defendida como um princípio normativo de caráter público, adotado por todos*. Essa condição reafirma a exigência de generalidade, universalidade e imparcialidade. Um padrão ou regra moral será válido, somente se todos o adotam como seu guia normativo, cujos padrões e regras devem ser desejados como lei universal para todos os seres racionais.¹²⁶
- e) *Ser adotada acima de todas as normas não-morais*. Uma consideração moral válida precede todas as considerações não-morais, visto que, razões não-morais para o agir são carentes de alguma, ou de todas, as condições listadas anteriormente.

Uma norma ou regra somente pode ser considerada válida, se obedecer a essas condições formais, seja na ética humana ou na ambiental.

2.1.2.2 Condições materiais

Satisfeitas as condições formais, o segundo passo para tornar um princípio, ou regra, válido consiste em levar em conta as condições materiais. Na ética humana, Taylor lembra que a condição material (conteúdo) de regras e padrões válidos, corresponde à concepção de seres humanos como pessoas.

Para distinguir os dois conceitos, Taylor apresenta uma importante distinção a ser considerada: 1) ser humano deve ser entendido como mamífero da espécie *Homo sapiens*, enquanto 2) pessoa consiste basicamente em ser um centro de escolha e de juízo de valor, autônomo. Diz Taylor: “*pessoas são seres que direcionam suas vidas*

¹²³ TAYLOR, 1989, p. 27.

¹²⁴ Idem, p. 28.

¹²⁵ Idem, p. 29.

¹²⁶ Idem, p. 31.

com base em seus próprios valores”;¹²⁷ têm diferentes sistemas de valor que implicam em variações na suas considerações do que seja uma vida verdadeiramente boa, ou o tipo de vida que julgam mais valiosa. Mas o autor não concorda com a ideia de pensar o sistema-valor das pessoas como um conjunto de meras preferências particulares, tampouco como uma desestruturada série de gostos e dissabores, desejos e aversões, respostas positivas e negativas para o mundo a sua volta.¹²⁸

Para fazer julgamentos e ter preferências, se pressupõe que pessoas têm um senso de sua própria identidade, sejam capazes de acreditar que no futuro serão as mesmas pessoas de hoje, mesmo que as circunstâncias externas mudem. Para Taylor, somente seres com esse tipo de autoconsciência podem ser pessoas.¹²⁹

Apesar de reconhecer a possibilidade do desenvolvimento de algum grau de personalidade em macacos, gorilas, chimpanzés e outros primatas, o autor prefere deixar em aberto, e não se detém em sua teoria, sobre a inquietante questão de saber, se somente humanos podem ser pessoas.

Cada indivíduo, para defender certas regras e padrões precisa ter em mente que ao adotá-las universalmente está agindo como um agente moral, não podendo defendê-la conforme um sistema de valor particular. Segundo Taylor, para serem aceitas por todos, regras e padrões devem possibilitar a cada pessoa a realização de seu próprio sistema de valores, desde que compatível com o desejo de todos.¹³⁰

Para o autor é conclusivo que pessoas autônomas e racionais, agindo como agentes morais, somente serão unânimes em adotar padrões e regras que estejam de acordo com as cinco condições formais, se tais regras e padrões representam o princípio que respeita a autonomia de cada pessoa em viver de acordo com o sistema-valor escolhido. Portanto, escreve Taylor: “um sistema humano de ética válido é um conjunto de regras e padrões morais que representam o princípio de respeito por todas as pessoas como pessoas”.¹³¹ Três componentes principais constituem a ética humana: 1) sistema de crenças; 2) atitude de respeito pelas pessoas; 2) sistema de regras e padrões válidos que atendam as cinco condições formais.¹³²

¹²⁷ TAYLOR, 1989, p. 34.

¹²⁸ Idem, p. 34.

¹²⁹ Idem, p. 35.

¹³⁰ Idem, p. 38.

¹³¹ Idem, p. 38.

¹³² TAYLOR, 1989, p. 41-2.

Subsumindo o conteúdo normativo, diferentes nas concepções éticas humana e ambiental, com respeito aos principais componentes de seu sistema interno, Taylor defende a existência de paralelos significativos entre ambas.

2.2 A perspectiva biocêntrica

A maneira de ver o mundo e o estatuto de relacionamento para com as coisas vivas do ambiente natural constitui um sistema de crenças. Diz Taylor: “o que o mundo natural tem de moral significância para nós, depende da forma como olhamos para o sistema da natureza como um todo e o nosso papel nele”.¹³³ Dessa perspectiva, ter a atitude de respeito frente à natureza significa compartilhar as crenças que formam um núcleo biocêntrico, a saber:¹³⁴

1. Os humanos são membros da Comunidade de Vida da Terra no mesmo sentido, e nos mesmos termos, em que outras coisas vivas são membros dessa comunidade;
2. A espécie humana, com todas as outras, é parte essencial num sistema de interdependência, em que a sobrevivência de cada coisa viva, e suas chances de viver bem ou mal são determinadas, tanto pelas condições físicas do meio ambiente quanto pelas relações com as outras coisas vivas;
3. Todos os organismos vivos são *centros teleológicos de vida*, no sentido que cada um é um indivíduo singular, buscando seu bem próprio à sua maneira;
4. Seres humanos não são inerentemente superiores às outras coisas vivas.

Para o autor, aceitar essas crenças significa ter uma visão coerente do mundo natural, e do lugar dos seres humanos nele; compreender como característica fundamental de sua existência que são uma espécie biológica entre as outras. Além da consciência de compartilharem com outras formas de vida, em comum, a origem e as condições ambientais que circundam a todos.

2.2.1 Seres humanos como membros da Comunidade de Vida da Terra

¹³³ Idem, p. 99.

¹³⁴ Idem, p. 99-100.

O reconhecimento da humana condição de membro da Comunidade de Vida da Terra, segundo Taylor, fundamenta-se em cinco realidades:

- a.** *Seres humanos, tanto quanto os outros organismos, devem encarar certas exigências físicas e biológicas para sua sobrevivência e bem-estar*¹³⁵.

A constante necessidade de ajustar-se ao ambiente em transformação e às atividades de outros organismos ao seu redor é uma das condições que se impõe indistintamente, tanto aos humanos quanto a qualquer outro animal ou planta, para preservar sua existência como organismos. Todos devem ser constantemente capazes de manter certas relações com os membros de outras espécies. Para Taylor, a aclamada diferença entre humanos e outras formas de vida, se constitui unicamente no livre desejo e autonomia para decidir o que fazer de sua vida, seja para a realização de valores, ou para fins autodestrutivos, característica que não está presente nas outras espécies.

- b.** *Todas as formas de vida compartilham o fato de pertencerem à comunidade de vida da Terra*¹³⁶.

No entender de Taylor, esse fato inclui humanos e não-humanos no escopo do conceito de entidade-com-um-bem-próprio, característica presente em toda coisa viva, pela qual pode ser beneficiado ou prejudicado.

- c.** *Ideia de liberdade*¹³⁷ *que iguala humanos e não-humanos.*¹³⁸

Segundo Taylor, ser livre, nesse sentido, é ser capaz de preservar a existência e promover seu bem, enquanto, estar preso é estar impedido ou ser incapaz de fazer certas coisas, condição importante para qualquer coisa viva na batalha para a realização de seu bem.

- d.** *Origem comum dos humanos e as outras coisas vivas.*¹³⁹

Com respeito à natureza humana e às circunstâncias do seu aparecimento, do ponto de vista da teoria da evolução, o autor defende que algumas considerações devem ser feitas:¹⁴⁰ 1) a ordem dos processos evolucionários com as mesmas leis da seleção natural e transmissão de genes culminou na origem da existência humana e de todas as

¹³⁵ TAYLOR, 1989, p. 102-03.

¹³⁶ Idem, p. 104.

¹³⁷ Liberdade cujo sentido equivale à *ausência de restrições*. Quatro tipos de restrições podem ser combinadas: 1) Externa positiva – portas fechadas, cercas, tortura... 2) Interna positiva – pensamentos e sentimentos obsessivos, desejos compulsivos e incontroláveis, necessidades físicas extremas... 3) Externa negativa – ausência de dinheiro, comida, água, serviços médicos... 4) Interna negativa – ausência de conhecimento, habilidades, saúde, deficiência física e mental. Idem, p. 106.

¹³⁸ Idem, p. 105-06.

¹³⁹ Idem, p. 111.

¹⁴⁰ TAYLOR, 1989, p. 111-12.

outras espécies, emergindo fundamentalmente da mesma maneira pelo efeito das mesmas causas básicas; 2) a aparição da espécie *Homo sapiens*, da perspectiva evolucionária, é o mais recente evento na história da vida na Terra. Comparada com algumas espécies de animais e plantas, a existência humana representa um instante no espectro do tempo; 3) muito antes da aparição dos humanos na Terra, um sistema de relações entre as espécies já havia se estabelecido, culminando na mútua adaptação e interdependência, nas mudanças e transmissão genética de acordo com as leis da seleção natural.

Somente a vaidade, enfatiza Taylor, explica a convicção de que a evolução segue na direção das formas mais altas de vida, tendo a humana como a expressão de existência superior.¹⁴¹

e. *De um ponto de vista biológico, humanos são absolutamente dependentes da solidez e boa saúde da biosfera da Terra.*¹⁴²

Além de recém-chegados, lembra Taylor, os humanos são incapazes de manter-se sem o auxílio dos demais integrantes da ordem natural da vida. Da integridade de todo o reino de vida, os humanos dependem absolutamente. Comprometer essa ordem, também compromete sua existência.

O contrário, entretanto, não é verdadeiro, afirma Taylor. O desaparecimento total e absoluto da espécie *Homo sapiens* não comprometeria a existência da Comunidade de Vida da Terra, sua presença não é necessária, sua extinção poderia até mesmo ser benéfica às outras formas de vida, visto que junto com ela desapareceria a destruição dos *habitats* naturais, empreendidos para dar lugar aos complexos industriais, aeroportos, entre outros projetos em grande escala, produtos da cultura humana.¹⁴³

¹⁴¹ Idem, p. 113.

¹⁴² Idem, p. 113-14.

¹⁴³ Idem, p. 114.

2.2.2 O mundo natural: um sistema de interdependência

Quando alguém aceita a perspectiva biocêntrica da natureza significa que entende o reino da vida como um complexo de relações de interdependência amplo, similar ao que se encontra em cada ecossistema. Diz o autor:

Nenhuma comunidade de vida associada a um sistema ecológico particular é uma unidade isolada. Ela está diretamente, ou indiretamente, conectada com outras comunidades de vida. As conexões entre elas são similares às aquelas mantidas entre as populações dentro do ecossistema. O que acontece para um acarretará consequências para os outros.¹⁴⁴

A perspectiva biocêntrica oferece a base para o entendimento do lugar da vida humana no sistema natural. Mas não se pode confundir tal perspectiva com uma visão organicista, ou holística, de ética ambiental.

Taylor critica no organicismo a ausência de preocupação com o bem dos organismos individuais. O bem individual é considerado apenas quando contribui para o bem-estar do sistema. O autor particularmente questiona a razoabilidade de considerar moralmente o bem-estar da Terra como um organismo, ao mesmo tempo em que é negado semelhante tratamento ao bem de cada organismo.

Com a recusa de uma ética centrada no ser humano, a consideração com o mundo natural torna-se relevante justamente por referir-se à vida particular dos seres, cujas ações humanas podem tornar melhor ou pior.¹⁴⁵

2.2.3 Centros teleológicos de vida

Organismos como centros teleológicos de vida não devem ser entendidos dentro de uma concepção antropomórfica. Segundo Taylor, o conceito não permite, principalmente, conceber os organismos analogamente às características humanas.

No que se refere particularmente à concepção que se tem quanto ao que seja a mente, o autor lembra que árvores, protozoários, entre outros organismos, na medida

¹⁴⁴ TAYLOR, 1989, p. 117.

¹⁴⁵ Idem, p. 118.

que podemos afirmar, não são conscientes do mundo a sua volta, não têm pensamentos ou sentimentos, nem expressam interesses frente ao que lhes acontece.¹⁴⁶

Cada coisa viva, concebida como um centro teleológico de vida, tem um ponto de vista único e singular, determinado pelo modo particular desse organismo responder ao seu ambiente, ao mesmo tempo em que interage com outros organismos, além de transformações regulares e reguladas pelas quais passam no seu ciclo de vida.

Para o autor, certos aspectos estabelecem critérios para a distinção entre coisas vivas e objetos inanimados. Diz Taylor:

...o que nossa consciência concebe ser uma pedra difere fundamentalmente de nossa consciência sobre o que seja uma planta ou animal. A pedra não é um centro teleológico de vida, enquanto um animal ou planta é. Uma pedra não tem um bem próprio. Não podemos beneficiá-la promovendo seu bem-estar ou prejudicá-la por agir contrariamente ao seu bem-estar, já que esse conceito de bem-estar simplesmente não se aplica a ela.¹⁴⁷

Compreender e aceitar que coisas vivas são centros teleológicos de vida implica incluir todos numa situação de igualdade na comunidade de vida da Terra.

2.2.4 O mito da superioridade humana

O elemento mais importante na proposta de ética ambiental biocentrista de Taylor consiste na atitude de respeito pela natureza. Contudo, decidir adotar essa atitude significa, para os humanos, abandonar a crença em sua superioridade frente às outras formas de vida.

A crença de que a razão e o livre-arbítrio são capacidades que colocam os humanos numa condição de superioridade, segundo Taylor, perde o sentido em contraste com certas capacidades observadas somente em outras espécies. O vôo dos pássaros, a velocidade da pantera, a agilidade dos macacos no topo das árvores são capacidades valiosas para eles, da mesma forma como são, para os humanos, a razão e o livre-arbítrio.

¹⁴⁶ TAYLOR, 1989, p. 122.

¹⁴⁷ Idem, p. 123.

Para Taylor, somente o ponto de vista particular dos seres humanos é capaz de fundamentar a crença em sua superioridade. Mas a superioridade pode ser pensada do ponto de vista da capacidade humana para refletir sobre si mesmo, e a semelhante condição biológica à qual está submetido com as outras formas de vida. Semelhante reflexão somente seria possível, defende o autor, se os seres humanos, num exercício de imaginação, concebessem os valores e as capacidades das outras formas de vida, a partir de seus próprios pontos de vista, percebendo as condições semelhantes de sobrevivência que cercam todos os organismos.¹⁴⁸ Obviamente, os seres humanos são os únicos seres capazes de fazer julgamentos de valor significativos sobre o que é bom, excelente ou belo, de acordo com seus padrões e méritos que não se aplicam as outras formas de vida.

Contudo, algumas ideias são subjacentes à concepção de superioridade humana e, segundo Taylor, estão sujeitas a objeções:

- 1) “Humanos são moralmente superiores porque possuem as capacidades exigidas para ser agente moral”.¹⁴⁹

Nessa ideia, capacidades humanas tais quais, livre-arbítrio, responsabilidade, deliberação e razão prática, ausentes em outras espécies, são consideradas nobres e dignas, pelo fato de pertencerem somente a seres responsáveis moralmente.

No entender de Taylor uma confusão está presente nesse pensamento. O que caracteriza um agente moral é a possibilidade de qualificá-lo como bom ou mau. Somente seres com a capacidade de ser agente moral podem ser assim considerados. Julgamentos quanto à superioridade moral estão baseados em méritos e deficiências comparativas, determinadas por padrões morais, nas entidades julgadas.¹⁵⁰

Seres humanos não podem ser considerados superiores aos outros animais e plantas, pois a esses não se aplicam padrões morais. Taylor considera sem sentido falar de animais e plantas como moralmente bons ou maus, da mesma forma que não faz sentido considerá-los moralmente inferiores aos humanos.¹⁵¹

- 2) “A superioridade humana deve ser entendida simplesmente em virtude de sua humanidade, tendo um valor inerente maior com respeito a animais e plantas”.¹⁵²

¹⁴⁸ TAYLOR, 1989, p. 130.

¹⁴⁹ Idem, p. 131.

¹⁵⁰ Idem, p. 132.

¹⁵¹ Idem, p. 131-32.

¹⁵² Idem, p. 133.

Se qualquer gradação do valor inerente for considerada, tendo o ser humano como a expressão mais alta desse valor, qualquer conflito que porventura possa surgir entre o bem-estar desses e dos outros organismos, humanos terão seus interesses considerados prioritariamente. Embora ambos mereçam consideração moral, Taylor acredita que isso não aconteceria de forma igual. O bem-estar de um humano, exatamente por ser humano, estaria sempre acima do bem-estar de um animal, ou planta.

Entretanto, Taylor considera que a negação da superioridade humana é o resultado lógico de dois passos: 1) mostrar que *não há* boas razões para aceitar a superioridade humana visto ser uma doutrina totalmente sem fundamento; 2) mostrar que *há* boas razões para rejeitá-la como uma doutrina frágil ou inaceitável

Ao longo da história, alguns argumentos ofereceram suporte para sustentar a doutrina da superioridade humana. Numa análise mais detalhada, contudo, Taylor afirma que tais argumentos não se sustentam. Principalmente três fizeram história:

- 1) A definição grega clássica de humanos como seres racionais, capacidade essa essencial e única para distingui-lo dos outros animais, agregando-lhes um valor especial, ausente nas outras formas de vida.¹⁵³

Taylor considera essa visão fraca, no sentido de oferecer alguma justificativa que possibilite defender a superioridade humana. Visto que a racionalidade deve ser entendida como uma capacidade, entre outras, que permite aos humanos realizar seu próprio bem.

- 2) O conceito da grande cadeia de seres coloca os seres humanos no topo, como seres inerentemente superiores a todos os outros.¹⁵⁴

Fundamentalmente, essa ideia baseia-se num padrão de crenças em que juntos, Deus¹⁵⁵ e o mundo, formam a totalidade da existência, numa grande hierarquia que compreende desde as mais baixas, até as mais altas formas de vida. A proposição de diferentes graus de valor inerente às coisas vivas está relacionada a sua posição ao longo da cadeia de seres.

Segundo Taylor, essa ideia de superioridade humana, na perspectiva antropocêntrica, deve ser entendida num contexto entre anjos¹⁵⁶ e bestas, numa dupla

¹⁵³ TAYLOR, 1989, p. 135.

¹⁵⁴ Idem, p. 139.

¹⁵⁵ Para o propósito dessa argumentação, Taylor recomenda que a existência de Deus, como ideia de um ser necessário, não deve ser questionada. Idem, p. 140.

¹⁵⁶ Anjos concebidos como seres espirituais (não-materiais, sem corpos) e imortais. Os seres mais próximos de Deus na hierarquia. Tão perfeitos quanto finitos e contingentes uma entidade pode ser. De acordo com a teologia, servem como mensageiros entre Deus e os homens. Ibidem

existência que compartilha da natureza de ambos. Nessa perspectiva, assim como os anjos, os humanos têm alma imortal, ao mesmo tempo em que têm corpos como as bestas. Como seres espirituais estão submetidos às leis de Deus, feitos a sua imagem e semelhança.

Apesar da contingente existência que coloca os seres humanos numa posição inferior a dos seres divinos, ainda permanecem numa posição superior em relação a todas as outras criaturas de Deus. Pois, lembra Taylor, na concepção tradicional, Deus teria concedido aos seres humanos um *status* superior na Terra, na posição de senhores e mestres de todas as outras criaturas vivas.¹⁵⁷

Taylor considera esse argumento particularmente antropocêntrico e, conseqüentemente, inadequado para justificar a afirmação de que seres humanos têm valor inerente maior que outras formas de vida. Se o ponto de vista dos animais e plantas fosse adotado, afirma o autor, Deus não poderia ser considerado amoroso, piedoso, ou justo, quando concede aos seres humanos domínio total sobre todas as criaturas, ao mesmo tempo em que concede a essas um *status* inferior. Essa gradação, continua Taylor, coloca em dúvida a própria crença na perfeição absoluta do amor de Deus por todas as suas criaturas.¹⁵⁸

3) A ideia da inerente superioridade humana é reforçada pelo dualismo metafísico inaugurado por Descartes.¹⁵⁹

Na visão clássica, os humanos são seres superiores porque têm uma alma, ou mente, e um corpo, enquanto animais e plantas possuem apenas corpos. A combinação mente-corpo capacita os humanos à razão e ao livre-arbítrio, enquanto os animais e plantas são autômatos, apenas máquinas físicas.

Para Taylor, essa ideia apresenta três problemas:¹⁶⁰ 1) seres humanos concebidos como uma dupla substância; 2) a demonstração cartesiana da distinção entre seres humanos e outros animais; 3) a reivindicação de que humanos têm maior valor inerente que os outros animais porque possuem mente e corpo.

No primeiro problema, Taylor questiona a possibilidade de a mente e o corpo de uma pessoa serem duas substâncias distintas, com propriedades diferentes. Se a mente é uma substância não-espacial, e o corpo um objeto tridimensional sólido, carente das propriedades do pensamento e consciência, como afirma Descartes, conceber uma

¹⁵⁷ TAYLOR, 1989, p. 140.

¹⁵⁸ Idem, p. 142.

¹⁵⁹ Idem, p. 143.

¹⁶⁰ Idem, p. 144-45.

pessoa nesses termos confronta-nos com o problema insondável de saber como essas duas substâncias se conectam para formar tal indivíduo.

Da mesma forma, se Descartes afirma que a mente não pode ser localizada no espaço, isso torna incompreensível a tese da conexão mente e corpo, que exige a ocorrência de transformações químicas no cérebro como resultado direto da intervenção de algo que não tem qualquer propriedade química. Segundo Taylor, isso acarreta a rejeição do conceito cartesiano de pessoa pela filosofia contemporânea.¹⁶¹

Quanto ao segundo problema, o fato dos humanos serem entidades físicas e mentais, enquanto os animais são apenas físicos, torna-os entidades completamente diferentes. Segundo Taylor, as descobertas da biologia há muito enfraqueceram a tese cartesiana. Principalmente os mamíferos são exemplos da evidente capacidade de sentir dor e prazer, expressa por seu comportamento e inferida pela estrutura interna de seu cérebro e sistema nervoso, os quais possibilitam experimentar uma variedade ampla de emoções, além das capacidades para a inteligência e pensamento.

Para Taylor, existem mais semelhanças do que diferenças entre os seres humanos e os outros animais. Embora elas existam, tais diferenças parecem ser mais de grau do que de tipo.¹⁶²

Já o terceiro problema surge da reivindicação de que humanos têm maior valor inerente que os animais, porque são seres de mente e corpo, enquanto os animais são apenas corpóreos. Para Taylor, possuir uma mente torna os seres humanos capazes de buscar seu bem-próprio, mas não lhe agrega qualquer valor superior em relação às outras espécies. Ao contrário, a racionalidade não é uma capacidade que os outros seres careçam, ou necessitem, para a realização de seu bem-próprio. Taylor reforça que animais e plantas, mesmo carentes de uma mente, realizam seu bem-próprio e vivem o que se pode afirmar uma vida boa, a seu modo. Somente a parcialidade antropocêntrica, continua o autor, exige atribuir valor inerente superior para os seres humanos, em virtude de possuírem algo que os outros organismos não têm.¹⁶³

Além dos três históricos argumentos que defendem a superioridade humana, uma versão contemporânea é defendida por Louis G. Lombardi. Segundo Taylor, os pontos centrais da tese do autor são:¹⁶⁴ 1) animais, plantas e humanos são coisas vivas de tipos diferentes; 2) o que distingue os tipos de vida é a variedade de capacidades; 3) quanto

¹⁶¹ TAYLOR, 1989, p. 144-45.

¹⁶² Idem, p. 145.

¹⁶³ Idem, p. 146.

¹⁶⁴ Idem, p. 147.

maior a variedade de capacidades de uma entidade, mais alto seu valor inerente; e 4) humanos são os seres com maior variedade de capacidades, isso os torna superiores em valor aos animais e plantas que apresentam menor variedade.

Fundamentalmente o critério de Lombardi para estabelecer graus de valor está no conceito de *variedade de capacidades*. Para Taylor, entretanto, a questão principal é saber por que a ampla variedade de capacidade seria um critério válido para fundamentar a gradação do valor inerente. Nenhuma conclusão a favor da superioridade humana pode ser obtida meramente a partir do fato de os humanos terem capacidades adicionais, não encontradas em outras espécies.¹⁶⁵

Segundo Taylor, Lombardi ignora o fato de que, se as coisas vivas têm valor inerente, o fundamento desse valor não está na consideração de suas capacidades por si mesmas, mas na maneira como estão organizadas e inter-relacionadas funcionalmente para a realização de seu bem.

O valor de um organismo não está em suas capacidades, mas na concepção do que é bom ou mau, do que o beneficia ou prejudica, na realização desse bem, e na maneira como busca realizá-lo.¹⁶⁶

Assim, não existindo boas razões para defender a superioridade humana, Taylor considera qualquer tentativa arbitrária. O modo de resolver esse impasse, continua o autor, está relacionado à aceitação da perspectiva biocêntrica da natureza: a concepção de que os humanos são membros da comunidade de vida da Terra, a visão da natureza como um sistema de interdependência e a concepção de que os organismos são centros teleológicos de vida.¹⁶⁷

A justificativa de Taylor para defender a negação da superioridade humana fundamenta-se na adoção da maneira biocêntrica de ver o reino da natureza e da vida. Diz o autor:

Se virmos o reino da natureza e da vida pela perspectiva dos elementos do panorama biocêntrico, veremos a nós mesmos como tendo um profundo parentesco com todas as coisas vivas, compartilhando com elas muitas características em comum e, de forma semelhante, sendo parte integrante de um grande todo que engloba a ordem natural da vida em nosso planeta.¹⁶⁸

¹⁶⁵ TAYLOR, 1989, p. 148.

¹⁶⁶ Idem, p. 148.

¹⁶⁷ Idem, p. 153.

¹⁶⁸ TAYLOR, 1989, p. 154.

Além disso, a rejeição, tanto da ideia de superioridade humana quanto a de algumas espécies em relação a outras, significa agir de acordo com o princípio de imparcialidade, segundo o qual todas as coisas vivas, independentemente de pertencer a uma outra espécie, merecem igual respeito e consideração da parte dos agentes morais.

Para Taylor, o elo entre o panorama biocêntrico e o respeito pela natureza está na negação da superioridade humana, ou de qualquer outra espécie, e na afirmação do princípio de imparcialidade.¹⁶⁹

A perspectiva biocêntrica, com seus quatro elementos constitutivos, adequados internamente de um modo coerente, forma uma visão compreensiva do reino da natureza e da vida em nosso planeta. No entender de Taylor, uma espécie de mapa do mundo natural que possibilita aos humanos verem de que modo se enquadram no esquema total das coisas; além de apresentar o reino da natureza e da vida como cenário da existência humana.¹⁷⁰

Da mesma forma, a perspectiva biocêntrica, defende Taylor, proporciona aos humanos conscientizar-se de sua condição biológica que impõe certas exigências e restrições na sua conduta em relação ao ambiente físico e as coisas vivas da Terra, uma vez que todas as coisas vivas, numa relação de interdependência, constituem a ordem natural do mundo.¹⁷¹

Taylor busca mostrar que o panorama biocêntrico satisfaz os critérios históricos para qualificá-lo como visão filosófica de mundo. Na história da filosofia, quatro critérios são tradicionalmente exigidos:

1. Abrangência e completude: a perspectiva biocêntrica oferece uma visão ampla e completa da vida e da natureza na Terra, sem deixar brechas em nosso entendimento.¹⁷²
2. Ordenação sistemática, coerência e consistência interna: a perspectiva se constitui num sistema de crença, um conjunto bem ordenado de conceitos e proposições.¹⁷³
3. Liberdade frente à obscuridade, confusão conceitual e vagueza semântica: o conteúdo da perspectiva biocêntrica orienta-se pela ciência e sua importante

¹⁶⁹ Idem, p. 155.

¹⁷⁰ Idem, p. 156.

¹⁷¹ Idem, p. 156-57.

¹⁷² Idem, p. 159.

¹⁷³ TAYLOR, 1989, p. 160.

contribuição para o conhecimento de certos processos da natureza, principalmente a física e a biologia.¹⁷⁴

4. Consistência com verdades empíricas conhecidas: sempre que descobertas científicas tornam-se públicas, elas provocam mudanças na perspectiva biocêntrica da natureza. Tais descobertas são de fundamental importância para a compreensão do sistema da natureza.

Mas a aceitação da perspectiva biocêntrica como uma filosófica visão de mundo depende de certas condições ideais. Quando aceitas, essas condições, segundo Taylor, se convertem em testes para os agentes morais, colocando-os na melhor posição para escolher uma visão, ao invés de outra, além da maneira própria de compreender o domínio da realidade na qual atuam como agentes.

Essas condições, continua Taylor, definem traços que de modo ideal tornam o agente moral um avaliador competente das diferentes visões de mundo. Ao todo, três condições capacitam o agente moral a aceitar a perspectiva biocêntrica como visão de mundo:

1. *Sensatez de pensamento e julgamento*: relacionadas às capacidades de objetividade e imparcialidade.¹⁷⁵
2. *Conhecimento factual*: estar plenamente informado, ou tanto quanto possível, de todas as evidências válidas, com respeito ao conteúdo empírico de todas as visões de mundo alternativas, entre as quais uma decisão deve ser tomada.¹⁷⁶
3. *Consciência da realidade*: no caso em questão, da realidade da vida dos organismos individuais, àqueles cujas condições de vida poderiam ser afetadas para melhor, ou pior, segundo a visão de mundo aceita pelos agentes morais.

¹⁷⁷

A perspectiva biocêntrica não é uma visão de mundo comprovada, nem poderia ser. Pois, visões de mundo não são sistemas dedutivos formais, teorias científicas, lógica pura, tampouco procedimentos de confirmação empírica. Mas, decidir sobre a adequação de uma visão de mundo significa aplicar testes de validade dedutiva e probabilidade indutiva. Segundo Taylor, tais processos podem ser aplicados à visão

¹⁷⁴ Ibidem

¹⁷⁵ Objetividade no sentido de estar disposto a considerar somente os méritos de um argumento, independentemente de quem o ofereça, e de seus motivos. Imparcialidade, a disposição de julgar de modo desinteressado, sem estar influenciado por interesses pessoais ou de outros como família, amigos, grupos sociais, raça, sexo, entre outros. Idem, p. 162.

¹⁷⁶ Idem, p. 162.

¹⁷⁷ Idem, p. 164.

biocêntrica de natureza para mostrar que existem boas razões para que seja aceita pelos agentes morais.¹⁷⁸

A visão biocêntrica é subjacente, ao mesmo tempo em que oferece suporte, à atitude de respeito pela natureza, afirma Taylor. Seus quatro elementos constituintes oferecem a clara compreensão da totalidade da biosfera da Terra, e das relações humanas. Isso implica que a atitude de respeito parece ser a mais adequada que um agente moral pode ter frente à natureza. Para o autor, uma vez que existam boas razões para um agente moral aceitar a visão biocêntrica, o mesmo vale para a atitude de respeito pela natureza.¹⁷⁹

2.3 A atitude de respeito pela natureza

A proposta de ética ambiental do respeito pela natureza é uma teoria alternativa de Taylor para substituir a visão antropocêntrica de natureza. Em sua perspectiva biocêntrica, o autor pretende atribuir *bem-inerente* (*inherent worth*) a toda coisa viva silvestre de quem se pode afirmar que possui um *bem-próprio* (*good of its own*).

Segundo o autor, esses dois conceitos são essenciais para compreender o que significa para um agente autônomo e racional tomar a atitude de respeito pela natureza como atitude moral última.

2.3.1 O conceito de bem-próprio

Para dizer que um ser pertence à classe de entidades de quem se pode afirmar que tem um bem, Taylor defende que primeiro é preciso saber se faz sentido falar que algo é bom ou mau para esse ser. Se pudermos afirmar que faz sentido falar do que é bom ou mau para esse ser, sem referência a qualquer outra entidade, então se pode dizer que ela possui um *bem que lhe é próprio*¹⁸⁰.

O bem de alguma coisa viva está conectado com o que é bom para ela, e o que lhe faz bem. Algo que é bom ou faz bem se constitui no que *promove*, ou *protege*, esse bem.¹⁸¹

¹⁷⁸ TAYLOR, 1989, p. 167.

¹⁷⁹ Idem, p. 167-68.

¹⁸⁰ Idem, p. 61-2.

¹⁸¹ “Promover o bem-próprio significa, ao mesmo tempo, encontrar um estado de bem-estar ainda não constituído na condução de seu bem, ou extirpar uma condição que reduza seu bem. Proteger o bem-próprio pode ser feito de diversas formas: evitar causar um dano, prevenir quanto a perda de algo

Conceito igualmente fundamental na teoria de Taylor é o de interesse.¹⁸² Segundo o autor, existem entidades que possuem um bem próprio, de quem, contudo, não se pode afirmar que *têm* interesse. Pode-se definir tais entidades como aquelas coisas vivas que carecem de consciência, ou, se conscientes, carecem da habilidade de fazer escolhas. Falar que essas coisas vivas têm um bem faz sentido, visto podermos igualmente afirmar a possibilidade de serem prejudicadas, ou beneficiadas, por nossas ações.

Na categoria de seres com bem próprio, segundo Taylor, estão todas as formas de vida vegetal e as mais simples formas de vida animal. Do ponto de vista desses seres, coisas podem acontecer a eles que podem ser julgadas favoráveis ou desfavoráveis. Para tanto, é necessário ter nítida a distinção entre uma *entidade tendo um interesse em algo e algo sendo do interesse de uma entidade*. Taylor escreve:

Para saber se algo é do interesse de X, não é necessário descobrir se X tem um interesse em algo. Mas, se a coisa em questão irá promover objetivamente o bem-estar total de X, sem a influência de crenças, desejos, sentimentos ou interesses conscientes que X possa ter. Seguindo essa lógica, objetos inanimados, não possuem um bem próprio, pois não satisfazem essa noção de interesse.¹⁸³

Um dos princípios fundamentais da teoria ética biocêntrica sustenta que *todos os animais, por mais diferentes que possam ser dos humanos, são seres que têm um bem próprio*¹⁸⁴. Mas, um segundo princípio fundamental afirma que *todas as plantas são igualmente seres que têm um bem-próprio*.

Para reconhecer que há um bem nas plantas, sem qualquer traço de antropomorfismo, é necessário que os seres humanos adotem o *ponto de vista* da entidade de quem se afirma ter um bem, fazendo um julgamento factualmente informado e objetivo do que é desejável ou indesejável do ponto de vista dela.¹⁸⁵ Assim, afirmar que uma entidade tem um bem-próprio é reconhecer que ela tem interesses, no

necessário a preservação de seu bem, mantendo-o salvo de perigos, evitando danos que poderiam advir. Por definição, todas essas formas de promoção e proteção do bem-próprio são benéficas para a entidade”. TAYLOR, 1989, p. 62.

¹⁸² “No sentido de ter fins e buscar os meios de realizá-lo”. Ibidem

¹⁸³ Idem, p. 63.

¹⁸⁴ Idem, p. 66.

¹⁸⁵ TAYLOR, 1989, p. 67.

sentido de ter fins e buscar meios para alcançá-los. A partir dessa atitude pode-se afirmar que tais entidades têm um *bem inerente* (*inherent worth*).¹⁸⁶

Para Taylor, é fundamental ter boa vontade para adotar o ponto de vista das coisas vivas não-humanas.¹⁸⁷ Fazer julgamentos, desse ponto de vista, é um dos elementos centrais para a ética do respeito pela natureza.

2.3.2 O conceito de bem inerente

Analogamente à ética humana, em que a atitude de respeito às pessoas requer o reconhecimento nelas de um valor inerente, na ética do respeito pela natureza, “ter a atitude de respeito pela natureza”, declara Taylor, “implica considerar plantas e animais silvestres dos ecossistemas naturais da Terra como possuidores de bem-inerente”.¹⁸⁸

Importante reforçar que no sistema de crenças, proposto pela perspectiva biocêntrica, a atitude de respeito pela natureza requer o reconhecimento de que as coisas vivas possuem um bem próprio, conseqüentemente um bem inerente. Somente a partir desse reconhecimento tal entidade pode ser considerada *digna de respeito* por parte dos agentes morais.¹⁸⁹

Outro ponto importante da teoria de Taylor é a distinção que apresenta com respeito a três concepções de valor conhecidas. Segundo o autor, para tornar claro o que significa para uma entidade possuir um bem-inerente, é importante separá-lo cuidadosamente, em nossa mente, de duas outras concepções de valor: valor intrínseco (*intrinsic value*) e valor inerente (*inherent value*)¹⁹⁰. É importante ter em mente a clara compreensão das diferenças existentes entre as três concepções:

- a. *Valor intrínseco* (*intrinsic value*): valor positivo atribuído às experiências, interesses e metas a serem satisfeitos, buscados ou alcançados, as quais são consideradas boas, ou valiosas, em virtude de sua agradabilidade.¹⁹¹

¹⁸⁶ Uma coisa viva possui um bem inerente independentemente de possuir qualquer valor instrumental ou inerente, sem referência ao bem de qualquer outro ser. Idem, p. 75.

¹⁸⁷ Nesse sentido de *coisas vivas*, estão incluídos todos aqueles que carecem de consciência ou, se conscientes, carecem da habilidade de fazer escolhas: todas as formas de plantas e formas mais simples de vida animal. Idem, p. 63.

¹⁸⁸ Idem, p. 71.

¹⁸⁹ Idem, p. 72.

¹⁹⁰ A tradução de *inherent worth* por bem-inerente foi à tradução adotada para distingui-la de valor inerente, visto que os termos *value* e *worth* possuem o mesmo significado em português. A intenção do autor, ao utilizar o termo *worth*, parece ser afirmar que esse valor é mais significativo que o termo *value* poderia oferecer. Algo que ultrapassa a simples avaliação, uma espécie de dignidade, singularidade presente nas coisas vivas.

¹⁹¹ TAYLOR, 1989, p. 73.

- b. *Valor inerente (inherent value)*: tipo de valor atribuído objetos ou lugares os quais se acredita devam ser preservados simplesmente por sua beleza, importância histórica, ou significado cultural. Qualquer prejuízo ou dano causados a esses objetos, ou lugares, é considerado errado do ponto de vista do valor inerente. Importante considerar, segundo Taylor, que “o valor inerente de algo é relativo e depende da avaliação de alguém”.¹⁹²
- c. *Bem inerente (inherent worth)*: nesses termos o valor deve ser atribuído somente às entidades que têm um bem próprio. À medida que seja verdadeiro afirmar que coisas vivas têm um bem próprio, então possuem tal valor, independentemente de qualquer valor instrumental, ou valor inerente, sem qualquer referência ao bem de algum outro ser. A possibilidade de se afirmar que uma entidade possui bem inerente origina-se de dois julgamentos morais: 1) reconhecê-la como paciente moral, merecedora de respeito e consideração; e 2) ter consciência que todos os agentes morais têm deveres *prima-facie* de promover e preservar o bem próprio de pacientes morais.¹⁹³

Uma característica importante da teoria de Taylor consiste na delimitação dos pacientes morais a quem o conceito de bem se aplica: às coisas vivas de ecossistemas em estado silvestre, ou seja, não submetidos ao manejo humano. Nessas comunidades, os fatores determinantes da vida, e sua estrutura de relações se mantém isentas de qualquer intervenção humana.¹⁹⁴

Diante de tal delimitação, a teoria de Taylor não se aplica aos entes vivos, ecossistemas ou comunidades bióticas expostas ao manejo humano, pois o bem inerente de seres manejados foi destruído no próprio processo de manejo. Uma ética para respeito desses interesses deve começar pelo princípio da justiça restitutiva, não pelo respeito “ao estado do bem” no qual se encontram.

Ao tomar a decisão de delimitar o tipo de paciente moral a quem sua teoria se aplica, Taylor demonstra cautela, expressa principalmente pela sua desconfiança ao estabelecimento de uma *ética ambiental genuína*, quando agentes morais produzem, regulam e exploram de modo sistemático, certos pacientes morais: animais e plantas, transformados em produtos de consumo.¹⁹⁵

¹⁹² Idem, p. 73-4.

¹⁹³ Apesar de afirmar que sua concepção de valor inerente seja independente daquela proposta por Tom Regan em, *The Case for Animal Rights*, Taylor admite que ambas concepções são essencialmente iguais. Idem, p. 75.

¹⁹⁴ Idem, p. 3-4.

¹⁹⁵ TAYLOR, 1989, p. 53-58.

Nesse sentido, a questão do manejo, ou não, e, conseqüentemente, a questão da delimitação dos pacientes morais no individualismo biocêntrico de Taylor, implica num dos conceitos fundamentais da ética do respeito pela natureza: o bem-inerente. A igualdade na consideração dos entes com bem-inerente não é compatível com o valor instrumental dos pacientes morais da biocultura.¹⁹⁶

A atitude de respeito pela natureza corresponde a um conjunto de disposições dos agentes morais que podem ser classificadas em quatro tipos, cada um deles constituindo um aspecto dessa atitude: dimensão valorativa (*valuational*), conativa (*conative*), prática (*practical*) e afetiva (*afetive*).

- a. A dimensão *valorativa* é a disposição para considerar todas as coisas vivas silvestres nos ecossistemas de vida da Terra como possuidoras de bem (*worth*) inerente. Para Taylor, a dimensão valorativa é o aspecto central da atitude de respeito. Todas as outras que a constituem provém dela.¹⁹⁷
- b. A dimensão *conativa* é a disposição para apontar certos fins e buscar certos propósitos. Um conjunto de querer e desejos que na atitude de respeito pela natureza significam: comprometer-se a evitar causar prejuízos, ou interferir com o *status* natural das coisas vivas silvestres, bem como preservar sua existência como parte da ordem da natureza.¹⁹⁸
- c. A dimensão *prática* para a atitude de respeito pela natureza significa estar disposto a realizar, ou abster-se de certos tipos de ações, em virtude de serem daquele tipo. Sendo que as razões para realizar, ou abster-se de, certas ações, julgadas moralmente relevantes, estão relacionadas às suas qualidades, ou consequências futuras.¹⁹⁹
- d. A dimensão *afetiva* é a disposição para ter sentimentos em resposta a certos eventos no mundo, proximamente relacionados às outras três dimensões. Ter a atitude de respeito corresponde a *sentir-se contente* com respeito a tudo que acontece para manter a existência das comunidades silvestres de vida da Terra, bem como as espécies e indivíduos que a constituem. Da mesma forma, *sentir-*

¹⁹⁶ Biocultura definida como um conjunto de práticas e instituições sociais. Aspecto de qualquer cultura humana em que os humanos criam e regulam o ambiente das coisas vivas, sendo sistematicamente explorados para benefício humano. Idem, p. 53.

¹⁹⁷ Idem, p. 81.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Idem, p. 82.

se triste com respeito a qualquer acontecimento que acarrete prejuízos às coisas vivas silvestres nos ecossistemas naturais da Terra.²⁰⁰

Para Taylor, quando agentes morais adotam a atitude de respeito escolhem comprometer-se com certos padrões de caráter e regras de conduta, adotando-as como seus próprios princípios éticos.

2.4 Regras de conduta, caráter e virtudes do sistema ético-ambiental

No sistema de ética humana são fundamentais algumas diretrizes para orientar a atitude de respeito pelas pessoas. Da mesma forma, na ética ambiental biocêntrica de Taylor, um sistema de princípios ordenados é constituído por: 1) regras de conduta, 2) padrões de bom caráter, e 3) às virtudes associadas às regras de conduta e padrões de bom caráter também subjaz a atitude de respeito pela natureza.

Na ética biocêntrica são quatro as regras fundamentais de conduta:

- 1) *Regra da Não-Maleficência*: dever de não causar dano a qualquer entidade no meio ambiente natural que possua um bem-próprio. Isso inclui, principalmente, o dever de não matar um organismo, destruir uma espécie, ou uma comunidade biótica.²⁰¹
- 2) *Regra de Não-Interferência*: dever de não impor restrições à liberdade de organismos individuais, procurando manter distância dos ecossistemas, comunidades bióticas e organismos individuais.²⁰²
- 3) *Regra da Fidelidade*: dever de não quebrar a confiança de um animal silvestre com respeito ao ambiente em que vive, ou mesmo com relação a um humano com quem tenha contato. A quebra de fidelidade com animais silvestres acontece principalmente nos subterfúgios usados para sua caça: armadilhas, iscas, disfarces, imitações...²⁰³
- 4) *Regra da Justiça Restitutiva*: dever de restaurar o equilíbrio da justiça quando pacientes morais são prejudicados por agentes morais. Aplica-se a justiça retributiva quando um paciente moral é injustiçado pela quebra de uma regra moral válida por parte de um agente moral.²⁰⁴

²⁰⁰ TAYLOR, 1989, p. 83.

²⁰¹ Idem, p. 172-73.

²⁰² Idem, p. 173-79.

²⁰³ Idem, p. 179-80.

²⁰⁴ TAYLOR, 1989, p. 186.

Com respeito aos padrões de bom caráter, Taylor afirma que a atitude de respeito pela natureza se expressa no caráter, quando o agente tem a firme disposição de acatar e expressar as quatro regras do dever. As disposições que o autor se refere são virtudes, ou traços de bom caráter, divididas em gerais e especiais.²⁰⁵

Segundo Taylor, são oito as virtudes gerais que garantem a força moral de um agente:²⁰⁶

- *Sentido de dever*: o firme desejo de fazer o que deve ser feito porque é seu dever;
- *Integridade*: consistência entre o pensamento e a conduta; agir, ou abster-se de, com base em seus julgamentos sobre o certo, e o errado;
- *Paciência*: o poder de ter calma e consistência na realização de uma difícil tarefa exigida pela lei;
- *Coragem*: a habilidade de pensar e agir de certo modo diante de circunstâncias assustadoras, perigosas, ou dolorosas;
- *Temperança ou alto-controle*: habilidade de colocar obstáculos e restrições aos interesses e desejos, quando possam violar o dever;
- *Imparcialidade*: objetividade de julgamento diante de escolhas, livre de influências e distorções de pensamento;
- *Perseverança*: capacidade de manter-se firme diante de situações desencorajadoras;
- *Firmeza de propósito*: consistência na conduta correta através do tempo, sem desviar do dever apesar dos obstáculos e dificuldades.

Cada uma dessas virtudes representa um ideal. Reunidas, constituem a força moral, padrões de excelência moral que as pessoas assumem, ou não, em graus variados.²⁰⁷ Mas as virtudes constituintes da força moral estão estruturadas segundo capacidades e disposições de responsabilidade moral.²⁰⁸ 1) benevolência, 2) compaixão, 3) simpatia e 4) cuidado.²⁰⁹

Desenvolver no próprio caráter as virtudes da benevolência e compaixão reforça e aprofunda as disposições para ter simpatia pelo outro, e cuidado com respeito a seu bem-

²⁰⁵ Idem, p. 199.

²⁰⁶ Idem, p. 201-02.

²⁰⁷ Idem, p. 202.

²⁰⁸ Conjunto dos traços de caráter que qualquer agente moral irá exemplificar quando algum sinceramente adota a atitude de respeito pela natureza. Formam o pano de fundo valorativo e emocional para todas as ações expressivas da atitude de respeito, contém a base motivacional para o comprometimento de um agente moral com o sistema ético como um todo. TAYLOR, 1989, p. 205.

²⁰⁹ Idem, p. 203.

estar, enquanto a simpatia e cuidado são sentimentos que motivam alguém a agir de modo benévolo e compassivo com os outros.²¹⁰

Além das virtudes gerais, Taylor enumera outras seis virtudes especiais, traços de caráter necessários para a aquiescência com uma, ou algumas, das regras fundamentais de conduta:

- *Altruísmo*: associada à regra de não-maleficência é a disposição para ser atencioso e preocupado com o bem-estar de outros, fundamentado no conceito mais amplo da compaixão;²¹¹
- *Respeito à liberdade*: associado à regra de não-interferência é um traço de caráter que condena qualquer interferência na liberdade, ou nas condições ambientais, e restrições artificiais ao modo de vida das coisas vivas;²¹²
- *Imparcialidade*: também associada à regra de não-interferência, é a disposição de permanecer neutro e livre de influências com respeito às diferentes espécies;²¹³
- *Confiabilidade*: associada à regra de fidelidade é a firme disposição de nunca falsear, trapacear ou trair a confiança de um animal. Alguém digno de confiança tem por objetivo estar sempre aberto, e ser honesto na presença de criaturas sencientes;²¹⁴
- *Justiça*: associada à regra de justiça restitutiva é a disposição para querer restabelecer o equilíbrio da justiça, proporcionar alguma forma de reparação ou compensação para aqueles que tenham sido tratados erroneamente;²¹⁵
- *Equidade*: também associada à regra de justiça restitutiva é a disposição que consiste em ter um sentido de proporcionalidade correspondente a reivindicações de justiça relevantemente diferentes, ser equitativo no contexto da justiça restitutiva.²¹⁶

²¹⁰ Benevolência e compaixão são constituídas por um aglomerado de três disposições: 1) ter certos sentimentos; 2) atribuir valor ou desvalor (disvalue) a certas coisas; e 3) agir de modo apropriado a tais sentimentos e valorações. As valorações positivas e negativas, conforme o caso, formam os lados positivo e negativo da simpatia e do cuidado, disposições para considerar o que é *bom para* uma entidade e o que é *bom em si mesmo*, assim como o que é *mau para* e o *mau em si mesmo*. Idem, p. 204.

²¹¹ Idem, p. 207.

²¹² Idem, p. 208.

²¹³ Idem, p. 209.

²¹⁴ Idem, p. 210.

²¹⁵ Idem, p. 211.

²¹⁶ TAYLOR, 1989, p. 211.

Todas essas virtudes são constituintes do bom caráter que o agente moral precisa desenvolver para ser capaz de seguir as regras prescritas pela ética ambiental biocêntrica do respeito pela natureza em todas as dimensões de sua vida.

2.5 Dilemas morais e princípios prioritários

Muitos são os dilemas e conflitos envolvidos no estabelecimento de regras para nossa conduta. A proposição de uma ética ambiental representa dificuldades muito maiores nesse campo.

No último capítulo de *Respect for Nature*, Taylor apresenta *princípios de prioridade* que acredita serem capazes de resolver dilemas surgidos quando valores e direitos humanos entram inevitavelmente em conflito com o bem de seres não-humanos.

Animais, plantas e seres humanos compartilham do mesmo ambiente natural e competem para sobreviver. Da perspectiva do respeito pela natureza, o dilema surge quando interesses básicos de entidades com bem inerente, humanos e não-humanos, concorrem entre si.

Para Taylor, a imposição de limites pode colocar ordem no caos provocado pelos humanos no planeta. Mas isso não significa, que para ter respeito pela natureza, valores humanos devam ser renunciados ou ignorados. Deve-se ter em mente que interesses humanos não têm maior valor ou tampouco coincidem com os interesses de animais e plantas para a resolução de dilemas.²¹⁷

A principal dificuldade, nas situações de interesses conflitantes entre os humanos e as outras coisas vivas, consiste na visão de que os humanos são os únicos detentores de direitos morais. Isso implica, para muitos, na prioridade de suas reivindicações sobre os interesses de animais e plantas.²¹⁸

Para Taylor, é equivocada a interpretação que coloca os humanos como únicos detentores de direitos morais, incluindo o direito de explorar e dominar os não-humanos para seu benefício.²¹⁹ Da mesma forma, adotar a atitude de respeito consiste considerar irrelevante o fato de animais e plantas não serem detentores de direitos morais.²²⁰

²¹⁷ Idem, p. 258-59.

²¹⁸ Idem, p. 260.

²¹⁹ TAYLOR, 1989, p. 261.

²²⁰ Idem, p. 262.

Para uma resolução justa dos conflitos, Taylor propõe cinco princípios de prioridade: *Princípio de Auto-defesa*, *Princípio da Proporcionalidade*, *Princípio do Mal-menor*, *Princípio da Justiça Distributiva* e *Princípio da Justiça Restitutiva*.

O *Princípio da Auto-defesa* declara a permissão para agentes morais protegerem-se de organismos prejudiciais ou perigosos, podendo eliminá-los. Mas o princípio está assegurado apenas quando agentes morais, mesmo sendo razoavelmente cuidadosos, não podem evitar expor-se, nem impedir tais organismos de causar sérios danos às condições ambientais que tornam possível sua existência e funcionamento como agentes morais. Além disso, o princípio não permite o uso de quaisquer meios de autoproteção, somente aqueles que causem o mínimo dano possível a tais organismos, consistente com o propósito de manter a existência e funcionamento dos agentes morais.

O Princípio de Auto-defesa absolutamente não permite ações que não estejam de acordo com a preponderância dos agentes morais preservarem a própria existência. Não são permitidas ações que destruam um organismo para apenas promover interesses ou valores que agentes morais possam ter como pessoas.

A auto-defesa, conclui Taylor, aplica-se somente à defesa contra organismos *prejudiciais* e *perigosos*, no sentido de que ofereçam ameaça à vida ou às condições básicas que as pessoas necessitam para manter o funcionamento de seus corpos para existirem como agentes morais.

Taylor, entretanto, lembra que o princípio faz referência exclusivamente aos seres na situação de agentes morais, independentemente de estarem envolvidos na situação de conflito de interesses humanos e não-humanos. Da mesma forma, a aplicação do princípio não sugere inferioridade do valor daquele de quem o agente se defende.²²¹

O *Princípio de Proporcionalidade* aplica-se às situações de conflito entre interesses *básicos*²²² de animais e plantas silvestres frente àqueles interesses²²³ humanos *não-básicos* que são intrinsecamente incompatíveis com a atitude de respeito pela natureza. Numa situação de conflito entre valores humanos e o bem de animais e plantas

²²¹ Idem, p. 264-68.

²²² Valores universais ou bens primários constituem os interesses básicos, enquanto os interesses não-básicos são os fins particulares que cada um considera digno buscar. Interesses não-básicos variam de pessoa para pessoa, enquanto os básicos são comuns a todos. Idem, p. 273.

²²³ Para determinar se interesses são básicos ou não, Taylor apresenta o contexto no qual considera ser conveniente, se por interesse consideramos aqueles eventos e condições na vida do organismo que são condutivos para a realização de seu bem enquanto fomentam, promovem ou aperfeiçoam seus interesses. Eventos e condições prejudiciais para a realização desse bem serão descritos como adversos, opostos ou desfavoráveis aos interesses. O termo interesse também será usado para referir-se a qualquer que seja o objeto ou evento que sirva para preservar ou proteger, seja qual for o grau, o bem das coisas vivas. TAYLOR, 1989, p. 270-71.

silvestres, maior peso deve ser atribuído aos interesses básicos, não importa de que espécie seja o indivíduo. O princípio proíbe qualquer sobreposição dos interesses humanos não-básicos frente aos interesses básicos das outras coisas vivas.²²⁴

O *Princípio do Mal-menor* aplica-se às situações cujos, 1) interesses básicos de animais e plantas estejam inevitavelmente competindo com interesses humanos não-básicos; 2) quando tais interesses humanos não sejam intrinsecamente incompatíveis com o respeito pela natureza; 3) diante das ações necessárias para a realização desses interesses que acarretem prejuízo aos interesses básicos de animais e plantas silvestres; e 4) quando os interesses humanos envolvidos são tão importantes que pessoas racionais e bem informadas, que adotaram para si a atitude de respeito, não podem renunciá-los, mesmo quando implicam consequências indesejáveis à vida silvestre.²²⁵ Os três principais tipos de danos aos quais o princípio do mal-menor se aplica são:

- *Destruição do habitat*: para minimizá-la, deve-se fazer uso de áreas que já tenham sido usadas para fins humanos, ao invés de invadir novas áreas que ainda encontram-se em seu estado natural. Uma espécie de reciclagem daquelas áreas manipuladas que se encontram há muito tempo abandonadas. Mas, caso isso não seja possível, e a destruição de um *habitat* seja inevitável, deve-se escolher a alternativa menos prejudicial.²²⁶
- *Poluição ambiental*: sabe-se que a poluição do ambiente não necessariamente precisa acompanhar o desenvolvimento da mais alta cultura humana. Mas, nem sempre é possível evitá-la, apesar de ser o ideal a se buscar. Para tanto, deve-se adotar ações que representem tanto o respeito pelas pessoas quanto pela natureza. A boa vontade para mudar o estilo de vida buscando tecnologias apropriadas, alternativas às atuais.²²⁷
- *Morte direta*: o Princípio do Mal-menor se aplica nos casos em que humanos intencionalmente causam a morte de animais e plantas silvestres. Exemplos desse tipo de morte são retirar plantas e animais silvestres de seu *habitat* natural para usá-los em atividades artísticas e propósitos educacionais, colecionar espécimes para estudos científicos, aspergir herbicidas e inseticidas nos *habitats* de vida silvestre, entre outros. Todas essas práticas humanas estão relacionadas a interesses não-básicos, centrais para o modo de vida da

²²⁴ Idem, p. 277-78.

²²⁵ Idem, p. 280.

²²⁶ Idem, p. 288.

²²⁷ Idem, p. 288-89.

sociedade ou sistema de valores dos indivíduos, aos quais se julga que o Princípio do Mal-menor deva ser aplicado. Mas pode ocorrer que o princípio não seja capaz de oferecer uma solução justa. Nesse caso, deve-se: 1) refletir se os valores humanos são dignos do custo imposto às outras coisas vivas; 2) examinar cuidadosamente todas as alternativas possíveis quanto a maneira de buscar tais valores e modos de vida; finalmente, 3) o respeito pela natureza deve promover o sentimento de aversão a qualquer que seja a morte provocada, reconhecendo o dever da reparação, ou alguma forma de compensação do prejuízo causado às coisas vivas no mundo natural.²²⁸

Para Taylor, o Princípio do Mal-menor oferece diretrizes para solucionar alguns problemas práticos, tais quais, a construção de obras imprescindíveis ao desenvolvimento da cultura humana: estradas, hidrelétricas, termelétricas, entre outros.

O *Princípio da Justiça Distributiva* fornece o critério para a justa distribuição dos bens que garantam a satisfação dos interesses básicos e de igual importância para todas as partes em conflito. Esse fato requer que aos interesses dos envolvidos seja atribuído o mesmo peso moral, preservado na decisão para que esta seja justa.

Na prática, o princípio da Justiça Distributiva não garante igualdade perfeita dos indivíduos envolvidos, mas deve adotar medidas de reparação e compensação semelhante aos casos submetidos ao princípio do Mal-menor.

Segundo Taylor, o Princípio da Justiça Distributiva exige dos humanos a invenção de maneiras de transformar situações de confronto, em situações de acomodação mútua, sempre que isso seja possível.²²⁹ Algumas aproximações para a igualdade no tratamento entre humanos e não-humanos são apresentadas pelo autor como possibilidades de ajustes dessas relações. Quatro métodos parecem suficientes para a realização dessa tarefa:

- 1) Alocação permanente do *habitat*: estratégia de reservar certas áreas e água da superfície da Terra para manutenção do estado selvagem. Identificada pela política de preservação de áreas silvestres (parques e áreas de proteção permanente);²³⁰

²²⁸ TAYLOR, 1989, p. 291.

²²⁹ Idem, p. 292-93.

²³⁰ TAYLOR, 1989, p. 297.

- 2) Conservação comum: os recursos são compartilhados entre humanos e não-humanos, uma prática que não deve restringir-se exclusivamente ao benefício humano;²³¹
- 3) Integração ambiental: tentativa de adequar construções e o desenvolvimento humano dentro da natureza circundante, de modo a preservar a integridade ecológica de uma região, como um todo;²³²
- 4) Rotação: distribuição dos benefícios por rotação ou *revezamento*. Segundo esse método, sempre que possível deve-se dar às espécies das comunidades bióticas silvestres a chance de receberem os benefícios por habitar um setor particular da Terra, da mesma forma que os humanos tenham se beneficiado por um período de tempo na realização de seus interesses com respeito a esse lugar. Esse método propõe uma espécie de *tempo de alocação*, em contraste com o *espaço de alocação*, característico das propostas de preservação permanente das áreas silvestres.²³³

O *Princípio da Justiça Restitutiva* sempre se aplica após os princípios do Mal-menor e Justiça Distributiva não terem conseguido impedir o dano. O princípio funciona como uma espécie de suplementação, quando danos forem causados a animais e plantas, visto que alguma forma de reparação, ou compensação, deve ser feita para que ações com respeito aos pacientes morais sejam completamente consistentes com a atitude de respeito pela natureza.²³⁴

Taylor considera que dois fatores, o da quantidade e o da qualidade da vida afetada, devem ser levados em conta para determinar que tipo de reparação ou compensação será ser a mais adequada, a saber: 1) quanto maior for o prejuízo causado, maior deve ser a reparação exigida; 2) manter a consideração focada na solidez e saúde da totalidade dos ecossistemas e suas comunidades bióticas, ao invés de no bem de indivíduos particulares.²³⁵

Para Taylor, os cinco princípios prioritários da teoria ética biocêntrica providenciam a fundação sistemática para o conceito de justiça interespecífica nas situações em que interesses de organismos pertencentes a outras espécies não possam

²³¹ Idem, p. 298.

²³² Idem, p. 299.

²³³ Idem, p. 302.

²³⁴ Idem, p. 304-05.

²³⁵ Idem, p. 305.

ser realizados. A concepção de “luta pela sobrevivência”, nesse caso, é substituída por restrições de ordem moral, definidas por princípios racionais de justiça.²³⁶

Embora acredite na abrangência desses princípios, nos principais modos de julgamento imparcial entre reivindicações conflitantes, surgidas do choque entre os deveres da ética humana e aqueles da ética ambiental, Taylor adverte que eles não fornecem uma solução pronta para todas as possíveis situações de conflito. O uso dos princípios não evita os casos complexos. Nessas situações, o autor recomenda apelar para o que denomina *ideal ético*: o melhor mundo possível, segundo um ideal de harmonia entre natureza e civilização humana.²³⁷

A perspectiva biocêntrica é uma maneira racional e cientificamente esclarecida de conceber o lugar dos seres humanos no mundo natural, mas Taylor adverte que sua aceitação pelas culturas não deve limitar-se à realização do ideal ético de harmonia entre a natureza e civilização humana. A harmonia, nesse sentido, significa preservar o equilíbrio entre valores humanos e o bem-estar de animais e plantas no ecossistema natural.²³⁸

Nesse ideal ético, lembra Taylor, os agentes morais têm o papel de dirigir e controlar sua conduta com respeito aos animais e plantas na natureza, acatando as quatro regras básicas da ética ambiental: *Não-maleficência*, *Não-interferência*, *Fidelidade* e *Justiça Restitutiva*.²³⁹ Para o autor, o ideal ético tem uma função normativa:

A principal função do ideal ético é providenciar um foco para as metas práticas. Pois, especifica um tipo de ordem do mundo cuja realização gradual é o propósito moral permanente, de longo alcance por detrás do exercício de racionalidade instrumental dos agentes morais.²⁴⁰

Com essa proposta de ética ambiental, Taylor não tem por metas mudanças políticas, legais ou econômicas da cultura. Colocar em prática o respeito pela natureza, numa perspectiva biocêntrica de natureza, requer dos humanos uma mudança interna das crenças, valores, compromissos morais e modo de vida. Para o autor, esse é o primeiro passo fundamental, psicologicamente possível para os agentes morais

²³⁶ TAYLOR, 1989, p. 306-07

²³⁷ Idem, p. 264.

²³⁸ Idem, p. 309.

²³⁹ Idem, p. 309-10.

²⁴⁰ Idem, p. 310.

humanos, no processo de mudança da perspectiva antropocêntrica para uma visão biocêntrica de natureza.²⁴¹

O autor reconhece que os humanos precisam empenhar grandes esforços para se emanciparem com respeito ao modo instituído de ver animais não-humanos e plantas. Contudo, conclui Taylor, não há nada que impeça o exercício dos poderes para autonomia e racionalidade humanas, no que se refere a aproximar gradualmente o mundo atual ao que ele deveria ser.²⁴²

A filosofia moral tradicional duvida da possibilidade de se transpor a barreira da racionalidade e linguagem, enquanto filósofos morais contemporâneos, como Regan e Singer duvidam da possibilidade de se transpor o limite da senciência quando o assunto envolve valor inerente e sua extensão as formas de vida que não satisfazem tais características.

A teoria de Taylor não é abrangente no sentido de abarcar todas as situações envolvendo a relação entre os humanos e as outras coisas vivas da natureza. O autor não se envolve, por exemplo, com as questões polêmicas da biocultura. Mas sua ética é bastante consistente em relação às exigências de generalidade, universalidade e imparcialidade de uma teoria.

A ética do respeito pela natureza se preocupa particularmente com as coisas vivas silvestres, cuja vida permanece livre da interferência humana, e o bem-inerente (*inherent worth*) refere-se à singularidade subjacente de cada forma de vida em seu modo particular de viver e buscar seu bem próprio.

²⁴¹ TAYLOR, 1989, p. 312.

²⁴² Idem, p. 313.

III. Críticas, objeções e outras perspectivas para a Ética do Respeito pela Natureza

A tarefa de traçar os contornos de uma teoria ética, cujo objetivo seja abranger formas de vida diferentes da espécie humana é um desafio para aqueles que estejam dispostos a abandonar velhos paradigmas, procurando principalmente mudar a sua forma de ver o mundo e relacionar-se com ele.

Semelhante ao que acontece nas éticas que orientam as relações entre humanos existem divergências entre pontos de vista na discussão de uma ética ambiental. Suas questões são significativamente mais polêmicas. A adoção de um critério cujas exigências de universalidade, generalidade e imparcialidade capazes de colocar no mesmo patamar de importância o âmbito das relações humanas e os desdobramentos dessas ações junto ao meio ambiente natural, ainda está longe de consenso.

De acordo com Regan, muitos autores da tradição antropocêntrica não consideram possível, nem mesmo necessário, o desenvolvimento de uma ética ambiental. Num incansável esforço, os teóricos dessa tradição e, também os senciocêntricos, tentam desqualificar o empenho dos éticos ambientalistas em transpor a fronteira tradicional da ética para além das considerações de interesses ou metas, seja dos humanos somente ou de todas as formas de vida sencientes.

A ética ambiental de Paul Taylor não é, segundo o próprio autor, uma teoria conclusiva, tampouco ele tem essa pretensão. Sua teoria ética preocupa-se principalmente com um tipo de vida em especial: as coisas vivas silvestres. O autor defende consideração moral por essas formas de vida que ainda não sofreram a direta interferência humana, ou há muito tempo deixaram de ser manipuladas pela sua cultura.

Apesar da preocupação, o autor não trata das questões envolvendo plantas, e principalmente, animais, sub-produtos do que denomina biocultura.

Taylor desenvolve sua teoria buscando satisfazer as exigências formais e de conteúdo, estabelecidas para o desenvolvimento de uma ética aceitável. Entretanto, as críticas são inevitáveis. No caso de Taylor, os críticos o auxiliam a aprimorar argumentos, e nos auxiliam na melhor compreensão de sua proposta.

Nesse capítulo serão apresentados três autores, com perspectivas distintas em relação e essa proposta de ética ambiental. O primeiro deles, Nicholas Agar²⁴³, não é

²⁴³ Em 1995, o autor fazia parte do grupo de pós-doutorado da *Victoria University of Wellington, Kelburn – New Zealand*. Tem interesses na área de ética ambiental, filosofia da biologia e filosofia da mente.

propriamente um crítico, pois filia-se a algumas ideias da ética do respeito pela natureza para propor uma alternativa à concepção individualista, implícita no conceito de bem próprio.

Gene Spitler,²⁴⁴ por outro lado, faz observações importantes sobre alguns pontos fundamentais da teoria de Taylor. O autor se dedica especialmente à ideia de interdependência entre os membros constituintes dos ecossistemas, um dos principais elementos da perspectiva biocêntrica de natureza. Spitler considera existir uma inconsistência na maneira como Taylor apresenta essa ideia. Segundo o autor, Taylor defende a importância da preservação de cada ecossistema e seus membros constituintes para o bem-estar de todos, ao mesmo tempo em que considera dispensável, sem qualquer prejuízo para os outros ecossistemas, a presença da espécie humana.

Por fim, Louis G. Lombardi²⁴⁵ critica em Taylor a negação da superioridade humana. A partir de um ponto de vista antropocêntrico, o autor se apropria do conceito de bem inerente e defende que a espécie humana o possui num grau superior, em comparação às outras formas de vida. O autor baseia-se na ideia de grau de complexidade. Numa escala ascendente, a espécie humana ocuparia o lugar mais alto.

Todas essas considerações auxiliam a melhor compreensão e julgamento da proposta de ética ambiental de Taylor e contribuem no aperfeiçoamento de sua capacidade para superar a resistência antropocêntrica em aceitar que a forma de vida humana é mais uma entre as outras.

3.1 Individualismo alternativo

Nicholas Agar defende uma proposta de ética ambiental que explora a conexão entre a perspectiva de ética não-antropocêntrica para a preservação de espécies, e as reivindicações sobre o *status* moral de organismos individuais. O autor considera que uma ética fundamentada no respeito pelas espécies, oferece uma explicação mais bem fundamentada para o valor dos organismos individuais.²⁴⁶

²⁴⁴ Vice-Presidente de Pesquisa Diversificada em, *Chevron Research Company*. Anteriormente, Diretor do Planejamento Ambiental da *Chevron U.S.A.*. Interessa-se pelos aspectos filosóficos do movimento ambiental. Também é autor de “Sensible Environmental Principles for the Future” *Environmental Ethics* 2 (1980): 339-52.

²⁴⁵ Membro do Departamento de Filosofia do *Lake Forest College* em *Lake Forest*. Suas áreas de interesse incluem filosofia política e assuntos da moral contemporânea.

²⁴⁶ Agar recorre ao conceito de espécie biológica de Ernest Mayr sobre a ideia de isolamento reprodutivo. “A espécie é uma coleção de organismos que internamente se reproduzem, de fato ou potencialmente”. MAYR, Ernest. *Animal Species and Evolution*. Cambridge: Harvard University Press, 1963 and MAYR, E. & ASHLOCK, P. *Principles in Systematic Zoology*. New York: McGraw Hill, 1991. Apud. AGAR,

Agar considera que uma ética não-antropocêntrica aceitável para a preservação de espécies tem origem num certo tipo de consideração pelos organismos individuais: a capacidade de *representar*.²⁴⁷

Da mesma forma que os antropocentristas acreditam que os seres humanos são valiosos intrinsecamente porque possuem propriedades, tais quais a autoconsciência, a capacidade de crer e desejar, os não-antropocentristas procuram propriedades capazes de fundamentar o valor intrínseco na natureza.

Enquanto as teorias individualistas se constituem em torno de propriedades que um organismo possui, independentemente de ser membro de um grupo, Agar lembra que os teóricos da preservação de espécies atribuem maior ou menor importância a um organismo, dependendo do grupo ao qual ele pertence.²⁴⁸

3.1.1 Interesse considerável moralmente

A consideração do valor da natureza é uma das questões centrais na teoria de Agar. Filiado a uma perspectiva de ética não-antropocêntrica que leva em conta especialmente o valor das espécies, o autor defende a importância de certa tendência observável nas espécies para manter sua estrutura, frente a uma série de ameaças externas, interesse que considera moralmente relevante.

As principais teorias individualistas, às quais Agar criticamente se refere, são as de Paul Taylor, Peter Singer e Tom Regan. Em relação às concepções de Singer e Regan, o autor questiona principalmente o fato de ambos considerarem dignas de respeito e valor nos animais aquelas propriedades que eles possuem analogamente aos humanos: consciência, autoconsciência e sensibilidade.²⁴⁹ Ao se deslocar o valor do indivíduo para as espécies, percebe-se que um número significativamente grande delas não atende às exigências feitas por essas propostas éticas para a consideração e respeito moral. Para Agar, aquelas características abrangem uma fração muito pequena dos seres vivos.

Nicholas. "Valuing Species and Valuing Individuals". In: *Environmental Ethics*, 4 (1995), p. 414.

²⁴⁷ Para Agar existem dois modos conhecidos pelos filósofos para atribuir valor a natureza: a antropocêntrica em que as razões para valorizar a natureza estão focadas no interesse dos seres humanos; e a não-antropocêntrica em que as espécies são intrinsecamente valiosas, ou valiosas apesar de qualquer utilidade ou benefício que possam proporcionar aos seres humanos. AGAR, 1995, p. 397

²⁴⁸ Idem, p. 402.

²⁴⁹ Singer exige que os agentes morais ampliem suas considerações para além dos humanos, incorporando todos os seres capazes de consciência ou autoconsciência. Regan vai além, e sugere considerar os animais autoconscientes, com a capacidade de crer e desejar e metas com respeito ao futuro, os quais qualifica como *sujeitos-de-uma-vida*. AGAR, 1995, p. 398.

Com respeito à teoria ética ambiental biocêntrica de Taylor, Agar afirma que a proposta do autor amplia a variedade de indivíduos na classe dos moralmente consideráveis, até então excluídos pelos limites da senciência ou autoconsciência. Em contrapartida, Agar considera que a ética do respeito de Taylor é apenas um paliativo para tentar amenizar esse problema nas concepções de Singer e Regan.

A teoria de Taylor defende o bem inerente²⁵⁰ em todas as coisas vivas silvestres em virtude de elas possuírem um bem próprio.²⁵¹ Essa característica da vida é apresentada como o critério que distingue as coisas moralmente consideráveis das não-consideráveis, a saber, as coisas vivas, das coisas não-vivas. Para Agar, Taylor apenas desloca dos seres sencientes a posição de objetos da consideração moral, para colocar em seu lugar a vida como critério delimitador.

Agar adverte, entretanto, que as considerações em relação às propostas individualistas de ética ambiental não devem ser entendidas como algo que implique na negação do valor dos indivíduos, por parte dos defensores da preservação de espécies. Ao contrário, afirma que os adeptos da preservação de espécies reconhecem ser a dor ou o dano sofridos pelo indivíduo, independentes da espécie à qual pertence.²⁵²

Mas, centralizar a consideração moral nas propriedades que indivíduos possuem, obriga-nos a seguir numa direção contrária, em relação àquelas propriedades que os indivíduos possuem somente em virtude de pertencerem a uma espécie. Para Agar, “teorias individualistas são declaradas em termos das propriedades que um organismo possui, independentemente de pertencer a qualquer grupo. Para os teóricos da preservação de espécies, um organismo é mais ou menos importante, dependendo da espécie à qual pertence”.²⁵³

Na perspectiva da preservação de espécies, muitos organismos são intrinsecamente valiosos porque *representam* o mundo e produzem comportamento apropriado que exterioriza essas representações. Na proposta de Agar, o conceito de *meta representacional* é central.²⁵⁴ Um organismo cujos interesses se identificam com a satisfação de metas representacionais é intrinsecamente valioso, pois seu comportamento

²⁵⁰ Uma coisa viva possui um bem inerente independentemente de possuir qualquer valor instrumental, sem referência ao bem de qualquer outro ser. TAYLOR, 1989, p. 75.

²⁵¹ Dizer que algo tem um bem próprio é afirmar que faz sentido falar que alguma coisa o beneficia ou prejudica, quando julgadas do seu próprio ponto de vista como favoráveis ou desfavoráveis. TAYLOR, 1989, p. 63.

²⁵² AGAR, 1995, p. 403.

²⁵³ Idem, p. 402.

²⁵⁴ “Uma representação se designa por produzir certo comportamento, em resposta a certos estímulos. Metas representacionais ou preferências são comportamentos selecionados que tendem a mudar o ambiente do organismo de certo modo”. AGAR, 1995, p. 406.

está direcionado para sua satisfação. Dois fatores pesam na consideração de uma meta representacional, segundo Agar: 1) sua importância para aquele que a possui; 2) sua sofisticação representacional.²⁵⁵ Quanto menor for a influência do ambiente no indivíduo, maior será a independência e sofisticação de seu comportamento.²⁵⁶

A sofisticação das metas representacionais e sua importância podem ser observadas, segundo Agar, nos casos de altruísmo biológico. Um exemplo pode ser observado no comportamento de certas aves. Quando sentem que seu ninho está ameaçado elas exibem um comportamento perigoso: fingem estar com a asa quebrada para chamar a atenção do predador, colocando-se em perigo para proteger os filhotes.²⁵⁷ Semelhante altruísmo também pode ser observado nas abelhas. Para proteger a colméia invadida, elas colocam-se na frente do invasor para dificultar seu avanço.²⁵⁸

Outra meta representacional igualmente importante, segundo Agar, pode ser observada nos organismos que se reproduzem sexualmente. A significância dessa meta pode ser observada no interesse premente dos indivíduos para encontrar parceiros com quem se acasalar, produzir filhotes e passar adiante seus genes. Essa meta é globalmente a mais importante expressa por esses organismos. Não satisfazê-la, segundo Agar, significa a pior coisa que poderia lhes acontecer.²⁵⁹ Tais metas representacionais, evidentes nos organismos são, para Agar, as mais dignas de consideração e respeito moral, tanto pela sua sofisticação quanto pela importância para quem a possui.

3.1.2 Preservação e respeito pelas espécies

²⁵⁵ AGAR, 1995, p. 409.

²⁵⁶ A ideia de sofisticação representacional na teoria de Agar tem como principal referência a concepção liberal de representação e comportamento desenvolvida por Fred Dretske, que apresenta uma distinção entre “comportamento representado-dirigido e mero movimento ambiente-dirigido” A complexidade estrutural interna especializada tem um papel central para o organismo, pois o torna capaz de selecionar movimentos apropriados para certos ambientes. Idem, p. 404.

²⁵⁷ Ave esbelta e graciosa, a *pied stilts* ou *poaka* (*Himantopus himantopus*), uma dessas aves que apresentam comportamento altruísta, pode ser vista em seus milhares nos principais estuários e lagos da Austrália, durante o outono e inverno, antes do seu período de reprodução, que acontece entre o final do inverno e início da primavera. Caracteriza-se pela cor negra sobre a copa, nuca, costas e asas, e pela cor branca em outros pontos do corpo. Pesam aproximadamente 190 gramas e medem 35 centímetros. “Teara: The Encyclopedia of New Zealand”. www.teara.gov.nz. Disponível em: 19/11/2007.

²⁵⁸ AGAR, 1995, p. 412.

²⁵⁹ Essa ideia é evidenciada na cena dos pássaros canoros de Bachman, descrita por E. O. Wilson e apresentada pelo autor, que chama a atenção para a “frustração” de um macho em perfeitas condições de se reproduzir que, por duas primaveras seguidas voltou ao mesmo lugar e durante duas horas cantou para atrair uma fêmea com quem pudesse se acasalar. Seu chamado foi em vão. Nenhuma fêmea apareceu e o pássaro não conseguiu satisfazer sua meta. Ibidem

A proposta ética da preservação, segundo Agar, busca proteger os interesses das espécies, segundo dois critérios: 1) respeitar um organismo é respeitar sua meta representacional; 2) a meta representacional de um organismo é digna de respeito, de acordo com sua importância ou grau de evidência causal e nível de sofisticação.²⁶⁰

A proposta alternativa de individualismo considera digna de respeito o interesse de preservar e dar continuidade à espécie, tendo o altruísmo biológico de certos organismos como seu principal critério. Este, em muitas espécies, observado na determinação dos indivíduos para proteger parceiros e filhotes de predadores. Da mesma forma, o interesse premente naqueles que se reproduzem sexualmente deve ser levado em conta.

Ao afirmar que tais metas representacionais são evidentes nos organismos, Agar propõe proteger as espécies biológicas como concepção alternativa ao individualismo subjacente nas teorias de Singer, Regan e Taylor, defendendo a partir desse ponto de vista uma ética de preservação das espécies.²⁶¹

A proposta de Agar não se constitui necessariamente em uma crítica à teoria de Taylor. Na verdade, o autor retoma a ideia de bem-próprio, com o nome de meta-representacional, tentando justificar que essa meta reflete um interesse da espécie em preservar-se, numa tentativa de apresentar outra perspectiva para o bem próprio, contrária àquela apresentada por Taylor, segundo o que entende por bem da espécie.

3.1.3 O bem da espécie: um conceito estatístico

Em relação à proposta de Taylor, Agar não apresenta novidades para o desenvolvimento de uma ética ambiental universalmente aceitável. Sua teoria de respeito pela meta representacional evidente num organismo está presente na concepção de respeito ao bem próprio na teoria de Taylor, sem a necessidade de desenvolver outra concepção de ética para tratar dos interesses da espécie.

O conceito de meta representacional se justifica como a expressão de um interesse do organismo, em virtude de pertencer a uma espécie. Mas Taylor chama a atenção para um fato que não deve ser esquecido: espécie é apenas uma classificação arbitrária, utilizada para agrupar indivíduos com capacidades e características semelhantes.

Agar insiste que não preservar a espécie pode representar um grande dano para aqueles organismos que se reproduzem sexualmente. Pois, inexistindo machos ou fêmeas

²⁶⁰ AGAR, 1995, p. 409.

²⁶¹ Idem, p. 414.

que possam formar pares para o acasalamento, seja isso um bem-próprio ou meta representacional evidente, acarreta a frustração da satisfação desse interesse. Da mesma forma, a proteção da prole ou de seus pares, representada pelo altruísmo biológico, evidencia uma meta ou bem que o indivíduo tem como valioso.

Por outro lado, a exigência de Agar para que a meta representacional de um organismo seja a mais evidente, limita a consideração de respeito somente àqueles seres capazes de desempenhar certo tipo de comportamento. Nesse sentido, retornamos ao problema da ampliação da fronteira da moralidade, cujo critério apresentado tem efeito contrário e acaba restringindo ainda mais a participação de muitas formas de vida incapazes de satisfazer as exigências.

Taylor, ao contrário, não exige nenhum tipo de demonstração objetiva do interesse de realizar seu bem próprio, para incluir indivíduos no âmbito da consideração moral e de valor. Basta a boa vontade do agente em adotar o ponto de vista deles, reconhecendo neles um bem inerente, independentemente do interesse de terceiros ou de sua utilidade para alguém. O agente moral está especialmente munido de boas razões para adotar a atitude de respeito, pois é suficiente considerar que faz sentido falar do bem de uma entidade, a partir do ponto de vista próprio do seu modo de vida.

Os autores não discordam radicalmente sobre quem é digno de consideração e respeito, se o indivíduo ou a espécie. Enquanto Taylor considera que o bem da espécie é o reflexo do bem do indivíduo, Agar reivindica que o bem da espécie e sua preservação são metas importantes para o indivíduo e devem ser consideradas moralmente.

Taylor nega a existência de um bem próprio da espécie e não compartilha da concepção holista de equilíbrio da natureza:

[...] se organismos individuais têm um bem que pode ser promovido, então falar de promover o bem de toda uma espécie é inteligível *estatisticamente*. A espécie não tem um bem-próprio independente de seus membros. Além disso, promover ou proteger o bem das espécies não significa que o bem de cada um de seus membros também seja promovido ou protegido. O nível de bem de uma espécie é determinado pelo ponto médio de distribuição do bem de seus membros individuais.²⁶²

²⁶² TAYLOR, 1989, p. 69

A ideia de espécie, segundo Taylor, se resume a um conceito, um termo para referir-se a indivíduos que pertencem a certo grupo característico. Em si mesma, a espécie não tem qualquer bem que possa ser promovido ou protegido.

Considerando a proposta de Agar, ela não apresenta nada de novo para o desenvolvimento de uma ética ambiental, em comparação com a teoria de Taylor. Pelo contrário, a proposta de respeitar a meta-representacional evidente de um organismo apenas reforça a concepção de que o bem-próprio de organismos individuais deve ser protegido e promovido, sem necessidade de considerar sua classificação em espécies.

Agar limita sua ética de preservação das espécies à exigência de respeito e consideração pela meta representacional mais evidente de um organismo, restringindo-a àqueles seres capazes de desempenhar certo tipo de comportamento como o altruísmo biológico ou a reprodução sexuada.

Diferentemente, Taylor não exige nenhum tipo de demonstração comportamental ou de interesse num organismo para que ele tenha valor e seja considerado digno de consideração moral. Para a atitude de respeito é suficiente considerar o bem estar da perspectiva do próprio organismo, cujo bem inerente deve ser promovido e protegido, independentemente de sua utilidade ou interesse para terceiros. Para Taylor, é suficiente considerar que faz sentido falar do bem da coisa viva do seu ponto de vista, como algo que lhe é singular, próprio do seu modo de vida.

Apesar da tentativa de apresentar uma perspectiva alternativa ao individualismo, baseado no interesse de preservar-se que a espécie exterioriza nos indivíduos, Agar acaba reforçando a importância de considerar o bem do indivíduo a partir de sua própria perspectiva. Os exemplos de metas-representacionais apresentados por Agar reiteram a ideia de que organismos possuem um bem próprio que corresponde singularmente à sua forma de vida. A singularidade das formas de vida e o que significa para elas ter seu bem próprio protegido ou promovido torna-se um critério mais digno de consideração moral que a expressão de um comportamento, cujo reconhecimento de valor depende de manifestações observáveis.

3.2 O problema da justificação na Ética do respeito pela natureza

Importante crítico da ética biocêntrica de Taylor, Gene Spitler aponta inconsistências nos quatro elementos constituintes dessa perspectiva, principalmente aquelas que dizem respeito à: 1) possibilidade de os humanos abandonarem a perspectiva

antropocêntrica, adotando a biocêntrica como sua visão de mundo; 2) adoção do princípio ecológico da interdependência entre espécies, em que a ideia de superioridade humana precisa ser abandonada definitivamente.²⁶³

Antes, de avançar no exame crítico da concepção ética biocêntrica de Taylor, Spitler considera importante esclarecer qual concepção antropocêntrica é alvo de sua crítica. O autor recorre ao dicionário Webster e apresenta de três maneiras de definir “antropocêntrico”:

Centrado no homem, 1) considerando ser o homem o fato mais central ou significativo do universo; 2) assumindo que o homem é a medida de todas as coisas, e 3) interpretando ou considerando o mundo em termos de valores e experiências humanas.²⁶⁴

Spitler concorda parcialmente com a primeira afirmação, considerando que no presente momento, o homem é o fato mais significativo do planeta Terra. Contudo, considera um pouco forçado extrapolar essa significância em termos de universo. O autor defende que Taylor refere-se à segunda definição de antropocentrismo em sua crítica.

Quanto à terceira definição, Spitler considera difícil evitar esse ponto de vista, e inerentemente impossível interpretar o mundo em termos distintos das experiências e valores humanos. Com base nessa definição, Spitler assume não ser capaz de abandonar a visão antropocêntrica como sua visão humana de mundo.²⁶⁵

²⁶³ SPITLER, Gene. “Justifying a Respect for Nature” In: *Environmental Ethics* 4 (1982): 255-60.

²⁶⁴ Idem, p. 256.

²⁶⁵ Ibidem.

3.2.1 Perspectiva antropocêntrico-biocêntrica

É inevitável pensar, argumenta Spitler, que Taylor é um humano discutindo uma questão ética séria com outros seres humanos, cujo propósito é convence-los a *escolher* um sistema de crenças cuja adoção implica num maior respeito pela natureza. Mas Taylor parece não ter percebido que talvez seja impossível escapar do antropocentrismo, uma vez que seus argumentos baseiam-se em interpretações e experiências humanas. Para Spitler, o mais perto que os seres humanos podem chegar de uma visão biocêntrica corresponde à interpretação humana. Uma visão inevitavelmente construída, reunindo inevitavelmente necessidades e desejos humanos.²⁶⁶

Nesses termos, acredita Spitler, uma distinção entre a visão antropocêntrica e a biocêntrica pode tornar-se menos clara. Não significa, entretanto, que o autor tenha a intenção de sugerir a inexistência de diferenças entre ambas. Sua intenção é mostrar que há limites reais na possibilidade de qualquer ser humano adotar a perspectiva biocêntrica em detrimento da antropocêntrica.

Para Spitler, é preciso encarar tanto as possibilidades quanto as limitações no desenvolvimento de uma ética ambiental.²⁶⁷

Taylor concorda com a afirmação de Spliter, se o autor entende por antropocêntrica a maneira de ver o mundo simplesmente porque essa é a sua maneira de vê-lo. De fato essa é uma verdade, pois todas as crenças, atitudes, perspectivas e valores adotados o são a partir da visão humana, mas considera precipitado pensar que a perspectiva biocêntrica proposta aos humanos, de algum modo, não é genuína e corresponde a uma variação da visão antropocêntrica.²⁶⁸

Spliter pode até ver as coisas dessa perspectiva, admite Taylor, mas considera que tal inferência não pode ser obtida validamente. Há uma tendência de confundir três pontos importantes: 1) o conteúdo da perspectiva biocêntrica; 2) a implicação prática para os humanos, ao adotarem essa perspectiva como sua própria maneira de ver o mundo; 3) a explicação psicológica para entender porque alguém pode aceitar a perspectiva biocêntrica, agir de acordo com ela, adotar a atitude de respeito e, conseqüentemente, seguir o sistema ético que a personifica.²⁶⁹

²⁶⁶ SPITLER, 1982, p. 256.

²⁶⁷ SPITLER, 1982, p. 256.

²⁶⁸ TAYLOR, Paul. "In Defense of Biocentrism". In: *Environmental Ethics* 5 (1983), p. 239.

²⁶⁹ TAYLOR, 1983, p. 240.

Em relação àqueles que questionam a possibilidade de os humanos adotarem a atitude de respeito pela natureza, Taylor argumenta que seria necessário recorrer à consideração de fatores psicológicos relativos aos desejos e necessidades humanas. Qualquer crença ou atitude humana, em última análise, é para satisfazer essas necessidades e desejos.²⁷⁰

Embora a explicação psicológica se refira às necessidades e desejos humanos, isso não implica que seja impossível para os seres humanos aceitarem uma perspectiva com conteúdo ético genuinamente biocêntrico em relação à natureza, ou adotarem o compromisso moral de obedecerem a certas regras e padrões de respeito pelas coisas vivas silvestres, quando vistas à luz dessa perspectiva.

Taylor enfatiza que aceitar a perspectiva biocêntrica significa compreender o lugar dos humanos no reino de vida da Terra, fundamentalmente igual ao dos outros membros do reino animal. Essa igualdade se estende a todas as formas de vida nos ecossistemas naturais do planeta. O compromisso moral dos seres humanos, associado à perspectiva biocêntrica, corresponde à disposição de atribuir a animais e plantas o mesmo bem inerente que se atribui aos colegas humanos, considerando-os merecedores de igual consideração moral.²⁷¹

Taylor concorda com Splitter sobre ser o sistema de crenças, que constitui a perspectiva biocêntrica, um conjunto de crenças humanas. Porém, essas crenças não representam um conjunto de fatos relacionados à vida humana somente. Tampouco, adotar a perspectiva biocêntrica, na prática, promove interesses e fins humanos.

A aceitação do sistema de crenças da perspectiva biocêntrica, conclui Taylor, implica aceitar uma interpretação humana do reino da vida e da natureza na Terra. Isso não significa necessariamente que os seres humanos estejam inevitavelmente comprometidos com a visão antropocêntrica. Essa visão não oferece considerações exclusivas ou primárias sobre os interesses humanos estarem acima do bem de outras espécies.

Segundo Taylor, da mesma forma que é possível para os humanos serem imparciais entre si, eles o podem ser em relação a outras formas de vida quanto à consideração do seu bem-estar. Apesar de a imparcialidade, em si, ser uma instância moral que somente os humanos são capazes de entender e respeitar, o compromisso

²⁷⁰ TAYLOR, 1983, p. 241.

²⁷¹ TAYLOR, 1983, p. 240.

envolvido exige dos humanos tratar as outras criaturas de um modo que não existe parcialidade em favor dos humanos, simplesmente por serem humanos.²⁷²

3.2.2 A rede de interdependência

Taylor defende que humanos e não-humanos pertencem à comunidade de vida da Terra em termos semelhantes. Para Spitler, parte dessa afirmação corresponde a fatos conhecidos, visto que todas as formas de vida são dependentes das condições terrenas. Mas o autor coloca em dúvida se a dependência das formas de vida em relação às condições terrenas acontece nos *mesmos termos*, conforme o afirma Taylor. O poder de manipular as condições de vida da Terra coloca os seres humanos numa situação diferente em relação às outras formas de vida. Para melhor ou pior, transformações podem ser impostas pelos humanos ao ambiente da Terra. Isso implica considerar responsabilidades especiais com respeito ao seu próprio bem, e ao bem da mais ampla comunidade de vida. Do contrário não haveria necessidade de desenvolvimento de uma ética ambiental.²⁷³

Em outro ponto importante de sua ética, afirma Spitler, Taylor declara que “os ecossistemas naturais da Terra, em sua totalidade, são vistos como uma rede complexa de elementos interconectados, cujo sólido funcionamento biológico de um depende do sólido funcionamento biológico de outros”.²⁷⁴ Para Spitler, Taylor não se esforça muito para fundamentar essa posição, uma vez que acredita ser esse um “aspecto factual da realidade biológica”.²⁷⁵

Se cada ecossistema da Terra deve ser preservado para manter a integridade do todo, então o princípio da interdependência de Taylor apresenta uma grave inconsistência. O autor, segundo Spitler, declara que “cada último homem, mulher ou criança poderiam desaparecer da face da Terra, sem acarretar qualquer prejuízo ao bem de animais e plantas silvestres.”²⁷⁶ Qualquer um que esteja inclinado a concordar com Taylor, alerta Spitler, precisa ficar atento. Se, os seres humanos são absolutamente dispensáveis ao bem-estar da vida silvestre, e se o seu desaparecimento não oferece

²⁷² TAYLOR, 1983, p. 240-241.

²⁷³ SPITLER, 1982, p. 257.

²⁷⁴ TAYLOR, Paul W. “The Ethics of Respect for Nature”. *Environmental Ethics* 3 (1981), p. 206. *Apud*. SPITLER, 1982, p. 257.

²⁷⁵ Idem, p. 209. *Ibidem*.

²⁷⁶ TAYLOR, 1989, p. 208. *Ibidem*.

qualquer influência na intrincada rede da vida, podendo ser extintos sem qualquer prejuízo sério para o bem de outras espécies, o que Taylor de fato quer preservar?

Taylor concorda com as objeções de Spitler, mas se defende afirmando que de acordo com as ideias básicas de ecologia, os aspectos gerais da biosfera da Terra podem assegurar a verdade do princípio de interdependência.²⁷⁷ O princípio não defende que para o funcionamento saudável do sistema como um todo, seja essencial a participação de cada sistema em particular. Tampouco a vida de cada organismo, necessária para manter sua integridade. Mas, lembra Taylor, se cada animal ou planta deve realizar seu bem, do seu próprio modo, ele deve adequar-se ao sistema do qual faz parte e manter certas relações com outros organismos e seu ambiente físico, situação semelhante no caso dos humanos como entidades biológicas.

A menos que os humanos sejam capazes de manter sólidas relações ecológicas com outras formas de vida e seu ambiente físico, não conseguirão sobreviver. Se não forem capazes de sobreviver como seres biológicos, declara Taylor, os seres humanos também não serão capazes de existir como agentes morais, intelectuais, estéticos, políticos ou religiosos.²⁷⁸

Na perspectiva biocêntrica, o princípio de interdependência não deve ser mal interpretado. Não se deve entender que o sistema todo entrará em colapso caso qualquer ecossistema em particular, ou espécie, seja completamente destruído. Com relação à objeção de Splitter à ideia de interdependência, Taylor admite exageros e lembra que a realidade e universalidade das condições de interdependência ecológica, no reino de vida da Terra, unem humanos e não-humanos em um único sistema de relações, constituindo-se num componente básico da perspectiva biocêntrica.²⁷⁹

3.2.3 Organismos buscam seu próprio bem

O terceiro componente fundamental da ética biocêntrica de Taylor consiste em afirmar que cada organismo é um centro teleológico de vida que busca seu próprio bem a seu próprio modo. Spitler considera que Taylor simplifica as descobertas científicas sobre a grande variedade das formas de vida existentes no planeta. Observações mostram que muitos organismos parecem apresentar tendências de comportamento altruísta.

²⁷⁷ TAYLOR, Paul. "In Defense of Biocentrism". In: *Environmental Ethics* 5 (1983), p. 238.

²⁷⁸ TAYLOR, 1983, p. 238-39.

²⁷⁹ TAYLOR, 1983, p. 239.

Assim como Agar, Spitler considera muito mais plausível acreditar que indivíduos possuem instintivas características comportamentais que ajudam a preservar a espécie, mesmo que isso aconteça às custas do indivíduo.

Talvez cada organismo nem sempre esteja buscando seu próprio bem a seu próprio modo, visto que as espécies de plantas e animais que existem atualmente na Terra evoluíram seus mecanismos de sobrevivência. Spitler acredita que o comportamento altruísta de algum modo seja preservado no gene de alguns membros da espécie.²⁸⁰

Outro ponto que Spitler considera problemático nesse componente da ética de Taylor corresponde à negligência dele em considerar as diferenças de grau no cuidado que os organismos dispensam ao seu bem. Para fundamentar sua objeção, Spitler recorre à tese de Southwood, para quem a energia disponível em um organismo capaz de reprodução pode ser usada de três modos: 1) sobrevivência e crescimento desse organismo, 2) produção de filhotes ou 3) uma combinação dos dois. Diferenças de mecanismos de sobrevivência podem ser exemplificadas, segundo Southwood, nos chamados *r-strategists* e *K-strategists*.²⁸¹

Os *r-strategists* dedicam muito da sua energia disponível para a reprodução. Os organismos vivem uma existência com baixas repentinas em suas populações, com altos índices de mortalidade, podendo chegar à extinção. Mesmo assim, em geral, as espécies se recuperam. No outro extremo, os *K-strategist* com uma forma de vida longa têm populações relativamente estáveis, com baixas taxas de reprodução; organismos que desenvolveram um forte mecanismo de defesa.

Em resumo, os *K-strategist* lutarão por sua vida com muito mais vigor que um *r-strategist*. Talvez Taylor precise reformular o terceiro componente. Um organismo pode buscar o bem de sua espécie a seu modo, ao invés do seu bem-próprio.²⁸²

Pela perspectiva biocêntrica, seres humanos também são organismos que buscam seu bem. Se o terceiro componente se aplica a eles, questiona Spitler, como poderiam adotar um ponto de vista que exige deles igual consideração pelo bem de indivíduos de outras espécies? É o caso de pensar se o terceiro componente seja mais contrário do que favorável à adoção da perspectiva biocêntrica, conclui Spitler.²⁸³

²⁸⁰ SPITLER, 1982, p.258.

²⁸¹ SOUTHWOOD, T. R. E. "Bionomic Strategies and Population Parameters," *Theoretical Ecology*. Philadelphia: W. B Saunders, 1976, p. 34. *Apud*. SPITLER, 1982, p.258.

²⁸² SPITLER, 1982, p.259.

²⁸³ *Ibidem*

Em resposta, Taylor reforça que o conceito de organismo que busca seu próprio bem não corresponde a um conceito particular sobre o que é o bem.²⁸⁴

Nas sociedades de formigas e abelhas que dedicam sua vida pelo bem do grupo, elas precisam primariamente sobreviver como indivíduos antes de poderem desempenhar seus papéis na comunidade. Formigas e abelhas somente podem executar bem sua função, se estiverem com as suas capacidades específicas, plenamente desenvolvidas.

Quando uma abelha ou formiga está enferma ou ferida, ela não é um bom instrumento para a manutenção saudável da comunidade. Para Taylor, o fato de alguns animais e plantas não dispensarem tanta energia para manter individualmente suas vidas, não pode ser considerado um indicativo de que não possuam um bem próprio. Mesmo que esse bem signifique simplesmente contribuir com sua parte para o bom funcionamento de sua sociedade.²⁸⁵

No que diz respeito aos humanos, a busca pelo próprio bem se agrega ao fato de serem sujeitos morais agentes, capazes de agir por princípio. Para Taylor isso não difere humanos de outros seres. Relevante é o fato de que humanos e não-humanos compartilham uma característica fundamental: cada um a seu modo tem um bem próprio e sua realização pode ser fomentada ou impedida de algum modo, característica considerada eticamente significativa pelo autor.

A adoção da perspectiva biocêntrica possibilita aos seres humanos julgar, a partir do ponto de vista dos próprios organismos afetados, o quanto podem ser tratados bem ou mal pelos agentes morais.²⁸⁶

3.2.4 A difícil aceitação da igualdade biocêntrica

A perspectiva biocêntrica defende o mesmo valor para todas as coisas vivas: plantas, animais e seres humanos. Nenhuma espécie é superior ou inferior a qualquer outra. Para Taylor, certas características ou méritos não tornam os seres humanos superiores às outras formas de vida.

Splitter, entretanto, coloca em dúvida a possibilidade de se conceder tal igualdade ao que é atribuído às diferentes formas de vida. Para o autor, é inaceitável pensar que pisar uma flor ou esmagar com a mão um inseto, seja tão repreensível quanto matar

²⁸⁴ TAYLOR, 1983, p. 237.

²⁸⁵ TAYLOR, 1983, p. 238.

²⁸⁶ Ibidem.

seres humanos.²⁸⁷ O autor também questiona Taylor, um membro da espécie *Homo sapiens*, por adotar essa posição quando a maioria dos outros a considera totalmente inaceitável.²⁸⁸ Spitler talvez não tenha percebido que Taylor não adota a perspectiva da vida que é destruída, mas daquela vida que busca a realização do seu bem próprio.

Para Spitler, existem dúvidas quanto à capacidade humana de ver a vida de outra perspectiva, senão de sua própria. Isso não implica negar a preciosidade da vida. Mesmo motivados por razões de bem-estar, os humanos podem e devem reconhecer a preciosidade de outras formas de vida, sem precisar declará-la nos mesmos termos da humana.²⁸⁹

Para Taylor, a dúvida de Spliter expressa o principal obstáculo a transpor, mesmo por aquelas pessoas eticamente sensíveis, na teoria do respeito pela natureza: aceitar a concepção de igualdade biocêntrica.

Quase todos os filósofos morais consideram errado, a não ser em casos excepcionais, matar seres humanos. Taylor lembra que existem exceções justificáveis para a regra de não matar. Uma delas é agir em autodefesa, que justifica matar para proteger a própria vida a de familiares, ou a de alguém próximo, frequentemente admitido como um caso de legítima exceção à regra.

O ato de matar em autodefesa, contudo, não implica que o agente agressor tenha menos bem inerente. Significa, segundo Taylor, que o agressor tem menos mérito moral, talvez nem isso possa ser considerado quando o agressor é louco, por exemplo. Nesse caso, ele é visto como moralmente inocente.²⁹⁰

Também pode ser o caso, quando duas pessoas entram em conflito com respeito a seus direitos, podendo ser necessário infringir justificadamente os direitos de uma para impedir uma injustificada violação dos direitos da outra. Um exemplo seria restringir a liberdade de expressão de alguém para evitar um tumulto. Isso não implica, justifica Taylor, que exista uma desigualdade de valor entre as pessoas envolvidas no conflito. Seja qual for o ato, ele é errado, na medida em que seja prejudicial ao bem de outro.²⁹¹ Ações desse tipo devem ser evitadas, a menos que existam razões justificáveis para agir em contrário.

Com respeito às coisas vivas não-humanas, Taylor insiste que se aceitamos a perspectiva biocêntrica e consideramos que tais coisas possuem bem inerente, então será

²⁸⁷ SPITLER, 1982, p.260.

²⁸⁸ Ibidem

²⁸⁹ Ibidem

²⁹⁰ TAYLOR, 1983, p. 241.

²⁹¹ Idem, p. 242.

errado, exceto em casos excepcionais, matar ou prejudicar qualquer uma delas, tão errado quanto matar ou prejudicar um ser humano. Mas Taylor não quer dizer com isso que humanos nunca devam matar ou prejudicar um animal ou planta silvestre, esmagar um mosquito ou pisar uma flor do campo. Da mesma forma como se aplica nos casos entre humanos, ações contrárias ao bem não devem ser realizadas, a não ser que razões morais adequadas justifiquem-nas.²⁹²

Razões que justificam matar um animal podem ser totalmente diferentes daquelas que justificam matar um ser humano. Para Taylor, essas diferenças acarretam problemas adicionais para a solução de conflitos entre seres humanos e as formas de vida silvestre. Dependendo das circunstâncias, matar uma flor do campo é tão errado quanto matar um humano. Destruir gratuitamente uma vida silvestre é mais repreensível que matar ou prejudicar para defender-se.

Em uma situação em que duas ou mais regras contrárias se aplicam, nos confrontamos com o conflito de deveres. Seguindo uma regra, violamos outra. Então precisamos saber o que devemos fazer, considerando tudo. Para decidir sobre qual o curso de ação nessas circunstâncias, é preciso descobrir, entre as alternativas que se apresentam para escolha, aquela que traz consigo o maior peso moral; isto é, devemos saber quais dos deveres conflitantes têm prioridade sobre todos os outros. Isso será determinado por uma ordem de regras de acordo com o conjunto de princípios prioritários. Na base desses princípios podemos fazer julgamentos bem fundamentados, assim como quais deveres superam outros em certas circunstâncias.²⁹³

Contudo, não se deve entender que, num igualitarismo do tipo biocêntrico, humanos devam sacrificar-se por outras formas de vida. Taylor defende que a ética do respeito pela natureza não determina o dever de promover o bem-estar das coisas vivas silvestres em detrimento do nosso próprio bem-estar. O igualitarismo biocêntrico exige apenas que dispenseemos ao bem das coisas vivas silvestres a mesma consideração moral dispensada ao bem dos humanos.

A resolução justa dos conflitos entre o bem dos humanos e das outras formas de vida exigiria dos humanos abandonar certas conveniências, confortos e outros bens de

²⁹² TAYLOR, 1983, p. 242.

²⁹³ TAYLOR, 1989, p. 170.

menor valor para proteger e promover algo de grande importância para o bem-estar deles. O respeito pela natureza, defende Taylor, impõe sobre os humanos a suprema obrigação de resolver conflitos entre sua espécie e as outras, sem qualquer parcialidade inicial em seu favor: “ações corretas são sempre ações que expressam a atitude de respeito [...] Elas devem também ser ações que podemos aprovar à luz dos vários componentes da perspectiva biocêntrica”.²⁹⁴ A imparcialidade exigida nessas circunstâncias não difere em nada daquela exigida na resolução dos conflitos entre os humanos.²⁹⁵

Quanto à objeção de Splitter, Taylor defende que a adoção do biocentrismo, como perspectiva aceitável para uma ética ambiental, possibilita abandonar o antropocentrismo, visão cultural parcial que não permite às pessoas adotarem seriamente o igualitarismo do tipo biocêntrico. Para Taylor, aceitar genuinamente a perspectiva biocêntrica na natureza é uma possibilidade real para os seres humanos, e uma razoável perspectiva a adotar como base para uma ética ambiental.²⁹⁶

3.3 A resistência antropocêntrica em favor da superioridade humana

Na ética do Respeito pela Natureza, Taylor defende que todas as coisas vivas possuem bem inerente (*inherent worth*) igual. Essa ideia, entretanto, não fica imune à tentativa dos teóricos da visão antropocêntrica de desqualificar qualquer teoria ética ambiental que não esteja vinculada à crença na superioridade humana em relação às outras formas de vida.

Diferentemente de Splitter, que duvida da possibilidade de o ser humano abandonar o antropocentrismo como sua visão de mundo, Louis G. Lombardi, a partir da própria teoria de Taylor, reinventa a concepção de superioridade humana.

²⁹⁴ TAYLOR, 1989, p. 171.

²⁹⁵ TAYLOR, 1983, p. 243.

²⁹⁶ Ibidem

3.3.1 O valor da vida não- humana

Taylor fundamenta sua ideia de igualdade biocêntrica na concepção de que se atribui igual *bem inerente* a todas as *formas de vida*. Mas Lombardi considera que esses assuntos devem ser tratados separadamente. Ainda que seja inevitável aceitar que todas as formas de vida têm um bem inerente, é possível fazer distinções quanto aos tipos de vida.²⁹⁷

Impulsionado pela ideia de que existem diferenças de nível no bem inerente, Lombardi defende que a ética biocêntrica de Taylor ignora a distinção existente entre “superioridade moral”, que nega aos humanos, e o “bem inerente” superior que a eles é possível atribuir, não pela qualidade, mas pelo seu tipo de vida.²⁹⁸

Para Lombardi, a atitude filosófica predominante em relação à ideia de bem inerente deriva da visão inaugurada por Kant. Segundo essa concepção, somente seres racionais são fins em si mesmos e possuem bem inerente (*inherent worth*), enquanto os outros seres têm algum valor apenas como meios. Essa visão antropocêntrica é antagônica à concepção biocêntrica de consideração e respeito pela natureza, defendida por Taylor.²⁹⁹

Mas Lombardi, diferentemente de Kant, defende que nossa sensibilidade moral reconhece bem inerente a vidas não humanas. Hoje em dia é unânime considerar deplorável a morte desnecessária ou sem sentido de animais e, mesmo, das plantas. Qualquer um evitaria o atropelamento de um animal atravessando uma rodovia e consideraria problemático alguém passar o dia derrubando árvores, mesmo que fossem de sua propriedade. Em contrapartida, também considera-se a possibilidade de atropelar o mesmo animal, caso seja necessário evitar um acidente. Uma árvore também pode ser derrubada para proporcionar calor a alguém. Lombardi acredita na existência de alguma razão significativa que justificaria matar animais e plantas.³⁰⁰

A vida em geral é muito especial. O ser humano, com todo o avanço no conhecimento, ainda não foi capaz de produzi-la a partir da matéria inanimada. A característica singular, mesmo com o advento da clonagem, ainda manter-se-á assegurada, em virtude das condições ambientais e de desenvolvimento dessa vida. No

²⁹⁷ LOMBARDI, Louis G. “Inherent Worth, Respect and Rights”. In: *Environmental Ethics* 5 (1983), p. 257.

²⁹⁸ Ibidem

²⁹⁹ LOMBARDI, 1983, p. 258.

³⁰⁰ Ibidem

entanto, Lombardi considera que a singularidade sozinha não oferece razões suficientes para justificar atribuir bem inerente a animais e plantas. Uma rocha também é singular, mas não se pode considerá-la valiosa inerentemente, uma vez que coisas não vivas não se empenham na busca e na realização do seu bem próprio.

A ênfase no valor da coisa viva é a linha divisória que Taylor estabelece claramente em sua proposta ética. Somente das coisas vivas pode-se afirmar que possuem um bem inerente.

Numa referência a Mark Sagoff, Lombardi afirma que as coisas naturais expressam qualidades e virtudes que respeitamos, mas alerta que é preciso ter em mente a significativa diferença entre ter capacidades e expressar qualidades. Uma montanha, por exemplo, pode expressar qualidades como nobreza, força e liberdade para alguém que a percebe assim. Entretanto, a base para atribuir valor às coisas não se deve à percepção que temos delas, mas às capacidades próprias que possuem.³⁰¹

Lombardi reconhece que a ética biocêntrica de Taylor apresenta razões justificáveis para sua aceitação. A concepção de organismos como centros teleológicos de vida, sua nobreza e fragilidade, juntamente com a singularidade são as características mais importantes que todas as coisas vivas comumente compartilham e, portanto, dignas de valor por si mesmas.³⁰²

Mas é importante compreender que são as capacidades que tornam cada coisa viva, cada uma a seu modo, uma entidade única que busca o seu bem. Isso é o que justifica atribuir bem inerente à vida em geral.

A batalha das plantas e animais para realizar seus fins desmente a ideia de que são somente meios para realização de metas humanas. Para Lombardi, “muito do que é valorizado na vida humana também pode ser encontrado em outras formas de vida – e somente nelas. Ignorar isso corresponde a ignorar fatos referentes aos próprios seres humanos”.³⁰³ O que está em questão, para Lombardi são fatos sobre cada ser no seu tipo de vida, e cada tipo de vida a seu modo, dotado de características suficientes para que lhe seja atribuído bem inerente.

Taylor é um crítico da visão organicista, mas Lombardi considera que o princípio de interdependência entre as formas de vida constituintes do ecossistema terrestre, parece enfatizar a ideia de mundo como sistema orgânico. O princípio da interdependência é um

³⁰¹ SAGOFF, Mark. “On Preserving the Natural Environment,” *Yale Law Journal* 84 (1974): 205-67; reprinted in Richard Wassertrom, *Today's Moral Problems*, 2d ed. (New York: Macmillan Publishing Co., 1979), p. 620. *Apud*. LOMBARDI, 1983, p. 260.

³⁰² LOMBARDI, 1983, p. 259.

³⁰³ Idem, p. 260-61.

dos quatro elementos constituintes da perspectiva biocêntrica de natureza, que concebe os organismos como mutuamente dependentes, sendo essencial a integridade de toda biosfera do planeta para realização do bem de suas comunidades de vida, humanas ou não-humanas. Qualquer valor que venha a surgir dessa situação, defende Lombardi, não será intrínseco, mas um valor instrumental. Os indivíduos estarão protegidos enquanto forem necessários à manutenção do equilíbrio do sistema.³⁰⁴

Lombardi concorda que as espécies são mutuamente dependentes, mas lembra que também existe muita competição entre as coisas vivas. Para o autor, a ideia de interdependência das espécies não parece ser suficiente para explicar o bem inerente de toda a vida, visto que indivíduos de uma espécie necessitam *usar* indivíduos de outras espécies como meios e competem quando os recursos são escassos.³⁰⁵

Talvez Lombardi não tenha entendido com clareza a concepção de interdependência apresentada por Taylor. É importante destacar que a ideia de Taylor nada tem a ver com a perspectiva organicista das concepções holísticas de ética ambiental, cuja atitude correta, em relação ao mundo natural corresponde a preservar o equilíbrio, a estabilidade e a integridade ecológica das comunidades bióticas, sendo erradas as ações que venham destruir ou romper esse equilíbrio. Lombardi parece ignorar que Taylor critica a visão organicista por não levar em conta o fato de os organismos constituintes dos ecossistemas são indivíduos que possuem um bem próprio, os verdadeiros merecedores da consideração moral dos agentes.³⁰⁶

Para Taylor, é questionável uma teoria ética cuja Terra seja uma entidade a ser considerada moralmente, enquanto aos indivíduos é atribuído um valor meramente instrumental para a manutenção da integridade, estabilidade e equilíbrio dela.³⁰⁷

Nossas concepções éticas não podem ignorar o valor de toda a vida, levando-se em conta sua singularidade, origem e necessidades similares, fatores teleológicos, ainda que as espécies utilizem outras e compitam entre si para sobreviver.

Numa referência a Goodpaster³⁰⁸, Lombardi afirma que num aspecto *regulativo* as pessoas podem ser obrigadas a atribuir valor a todas as coisas vivas, mas tal obrigação

³⁰⁴ LOMBARDI, 1983, p. 261.

³⁰⁵ Ibidem

³⁰⁶ TAYLOR, 1989, p. 118.

³⁰⁷ Idem, p. 119.

³⁰⁸ Sobre o pensamento ético ambiental de Goodpaster informações importantes podem ser encontradas em FELIPE, “Da *Considerabilidade* Moral dos Seres Vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster”, 2006, p. 105-18; NEGRÃO, “O critério da *vida* para uma ética ambiental: concepção, filiação, conceitos, argumentos e propostas de Kenneth Goodpaster”, 2006, p. 119-23 e SALLES, Paulo Benincá. “Libertarianismo e Socialismo: limites e possibilidades de uma ética ambiental”. *Ethic@* 5, Florianópolis, 2006, p. 179-83.

não pode tornar-se plenamente *operativa*, em virtude da necessidade de comer e destruir outras espécies para sobreviver. Para Lombardi, essa distinção desloca o problema, mas permanece a necessidade de determinar quando é apropriado para os humanos usar outras espécies para seus fins.³⁰⁹

3.3.2 Tipos de vida

Um dos objetivos centrais da ética biocêntrica de Taylor é a negação da superioridade biológica humana em relação às outras espécies de vida. Para Lombardi, tal visão representa uma ameaça para muitos de nossos juízos morais. A própria utilização de animais e plantas para alimentação e outros fins humanos deriva da concepção de sua superioridade.³¹⁰

Além da controvérsia em torno de certas ações para com outras formas de vida, entre elas a necessidade de matar animais para servir de alimento aos humanos, Lombardi considera existirem outras situações em que a morte de animais pode ser legitimada. Quando está em questão o bem-estar humano, alguns exemplos servem para ilustrar essa situação: livrar as cidades dos ratos para proporcionar ambiente saudável, utilizar animais em laboratório e matá-los, para a obtenção de drogas que auxiliem na cura de doenças.³¹¹

Para Lombardi, faz sentido falar de gradação do bem inerente em que os humanos estariam no ponto mais alto dessa escala, em comparação às outras coisas vivas. O autor acredita que talvez esse seja o meio termo que pode resolver o impasse entre a visão antropocêntrica e o igualitarismo biocêntrico de Taylor.³¹²

No discurso de Taylor, organismos têm bem inerente porque são formas de vida específicas. Distinção fundamental para definir o estatuto moral de coisas vivas, distintas das não vivas. Mas, para Lombardi há possibilidade de se fazer distinções ainda mais sutis quanto aos diferentes tipos de vida.³¹³

Mas o bem inerente não se assemelha às questões de mérito, não pode ser organizado em uma escala, rebate Taylor. Quando é aplicado a humanos, a ideia de

³⁰⁹ LOMBARDI, 1983, p. 261.

³¹⁰ Idem, p. 262.

³¹¹ Ibidem

³¹² Ibidem

³¹³ Ibidem

graduar o bem inerente torna-se incompatível com a noção de igualdade humana, porque representa a injustiça social personificada no sistema de classes:

Quem vive nas modernas democracias não acredita mais na distinção social hereditária... Devemos pensar o sistema de classes como um paradigma da injustiça social, visto que o princípio central do modo de vida democrático é a inexistência de superiores e inferiores entre os humanos. Assim, deve-se rejeitar a totalidade da estrutura conceitual, na qual se julga que pessoas têm diferentes graus de valor.³¹⁴

Lombardi concorda que não há fundamentos para considerar a possibilidade de fazer distinções entre os humanos. Todas as tentativas registradas pela história confirmam que distinções baseadas em características como raça, sexo ou ancestralidade não foram capazes de fundamentar níveis distintos de bem inerente entre os humanos. Contudo, Lombardi não acredita que isso implique na inexistência de um fundamento capaz de justificá-los. É absolutamente possível descobrir diferenças relevantes entre as espécies.³¹⁵

Todos os seres vivos compartilham as capacidades vegetativas. Quanto a isso, Lombardi está de acordo. Contudo, muitos desses seres também são ativos e conscientes, enquanto outros, além de ativos e conscientes, são agentes morais. No caso dos animais, ser ativo e consciente são capacidades adicionais, em relação à vida vegetativa compartilhada com as plantas. Para Lombardi, divisões biológicas podem justificar a gradação do bem inerente e correspondem às divisões entre plantas, animais e seres humanos.³¹⁶

Lombardi reconhece que as plantas, embora não sejam conscientes nem capazes de expressar sentimentos de dor e prazer ou agir autonomamente, são formas de vida que possuem bem inerente. Já os animais expressam essas características em virtude do tipo de vida senciente que são.

Quando entram em questão as ações humanas, Lombardi considera sem sentido afirmar, por exemplo, que existam obrigações de evitar causar dor psicológica às plantas. Pode-se afirmar que tais obrigações são devidas aos animais, o que justificaria afirmar

³¹⁴ TAYLOR, 1981, p. 214.

³¹⁵ LOMBARDI, 1983, p. 263.

³¹⁶ Ibidem

que o seu bem inerente excede o das plantas, simplesmente porque seu tipo de vida não é meramente vegetativo.³¹⁷

A diferença entre animais e plantas pode ter como critério a variedade de capacidade de ambos, acredita Lombardi. Para tanto, é crucial aceitar que: 1) se um tipo de ser possui as capacidades de outros seres; e, 2) possui capacidades adicionais que tipicamente o distinguem dos outros, ele consequentemente tem maior bem inerente. É importante lembrar que o princípio propõe descrever diferenças de tipo, não simplesmente de grau. Lombardi defende que diferenças no bem inerente surgem unicamente quando capacidades novas ou adicionais se fazem presentes.³¹⁸

Animais e seres humanos compartilham algumas capacidades tais como consciência, sentimentos de dor e prazer, ações autônomas. O fato de animais poderem mover-se rapidamente ou de diferentes modos, representa diferenças de grau dessas capacidades. Por outro lado, ser agente moral corresponde a uma capacidade adicional, à qual, em comparação aos outros seres e suas capacidades, Lombardi considera consistente, coerente e razoável agregar maior bem inerente.

A presença da capacidade de ser agente moral, nos humanos, os torna significativamente diferentes, mas não superiores moralmente aos outros seres. A diferença entre humanos e não-humanos obedece ao mesmo critério pelo qual se distingue animais e plantas: diferença de espécie, de tipos de vida.³¹⁹

Para Lombardi, o fato de a distinção entre animais e plantas não ser adotada como critério de evidência de superioridade moral dos animais em relação às plantas, diferenças entre animais e seres humanos não necessita indicar superioridade moral dos seres humanos. Por esse motivo, o autor considera a visão de superioridade de Taylor equivocada, e seu argumento contra a superioridade humana defeituoso. Estabelecer distinções, em termos de bem inerente, segundo Lombardi, exige olhar as capacidades que os seres possuem, ao invés de deter-se em sua bondade moral (*moral goodness*).³²⁰

3.3.3 Respeito versus direito

³¹⁷ LOMBARDI, 1983, p. 263.

³¹⁸ Idem, p. 264.

³¹⁹ Idem, p. 266.

³²⁰ Idem, p. 266-67.

Lombardi não rejeita a ideia de que a vida tem bem inerente. Mas, diferentemente de Taylor, considera que podem existir diferentes níveis de bem, conforme os tipos de vida.

A aceitação de que o bem inerente pode ser escalonado em diferentes níveis conforme o tipo de vida oferece sentido ao que Taylor defende sobre a esfera dos direitos morais, segundo Lombardi, restrita aos seres humanos, sem tentativas de estendê-la para as outras formas de vida.³²¹

Da mesma forma, a existência de diferenças entre o nível de bem inerente de plantas, animais e seres humanos justifica a possibilidade de matar plantas cultivadas para servir de alimento, matar árvores para obter papel, usar animais em laboratórios para obter drogas necessárias à cura de enfermidades humanas, entre outras possibilidades. Segundo Lombardi, conforme a situação, essas diferenças fundamentam a ideia de que outras espécies podem ser mortas para satisfazer fins humanos.

Na relação entre humanos, também existem situações cuja máxima de não matar tem exceções. O princípio de autodefesa pode ser usado para justificar matar um ser humano quando a vida de outro estiver ameaçada por ele.³²² Nesse caso, uma vida humana é tão valiosa que o valor somente pode ser excedido por outra vida humana. Plantas e animais, embora possuam bem inerente, não o possuem nesse grau.

Para justificar sua posição, de restringir direitos morais à esfera dos humanos, Lombardi lembra o que diz Feinberg: “ter direitos corresponde a reivindicar algo contra alguém, reconhecendo que são descritos por regras ou, no caso de direitos morais, são reconhecidos como princípios por uma consciência esclarecida”.³²³ Refere-se ainda a Wasserstrom que concebe direito como “o tipo mais forte de reivindicação que existe”.³²⁴ E também Singer e Haworth: o primeiro defende que seres de diferentes tipos têm tipos diferentes de direitos e o segundo apresenta uma versão mais forte, definindo que, em geral, os direitos dos seres não-humanos são mais fracos que os direitos e, mesmo, os interesses dos humanos.³²⁵ Junto com a tese das diferenças de capacidades, tais

³²¹ LOMBARDI, 1983, p. 267.

³²² Ibidem

³²³ FEINBERG, Joel. “The Rights of Animals and Unborn Generation”. In: *Rights, Justice and the Bounds of Liberty*. Princeton: Princeton University Press: 1980, p. 159-60. *Apud.* LOMBARDI, 1983, p. 267.

³²⁴ WASSERSTROM, Richard. “Rights, Human Rights and Racial Discrimination”. In: *The Journal of Philosophy* 61. 1964. Reprinted in: MELDEN, A. I. (ed.) *Human Rights*. Belmont, California: Wadsworth Publishing Co., 1970, p. 99. *Apud.* Idem, p. 268.

³²⁵ HAWORTH, Lawrence. “Rights, Wrongs, and Animals,” *Ethics* 88 (1978): 100. *Apud.* Idem, p. 268.

considerações tornam razoável restringir à ideia de direitos morais à esfera dos humanos agentes morais.³²⁶

O desenvolvimento de um conceito apropriado de direitos necessita levar em conta qual papel se espera que represente no sistema moral. Em virtude das diferenças de capacidade entre humanos e outras coisas vivas, Lombardi considera que justificadamente é possível fazer reivindicações especiais, em favor dos humanos, principalmente a exclusividade na consideração de direitos morais.³²⁷

Para reivindicar que animais e plantas possuem um bem inerente que merece ser promovido ou protegido, Lombardi defende que a concepção de respeito apresentada por Taylor pode ser ajustada ao tipo de ser em questão, sendo mais suscetível à ideia de gradação do bem do que à concepção de direitos.

As plantas, por exemplo, merecem respeito porque são vivas, não porque sejam conscientes ou ativas. Da mesma forma, deve-se respeitar seres ativos e conscientes, mas não porque venham a tornar-se agentes morais.

Embora o respeito pela vida de animais implique providenciar um tipo mais fraco de direito à vida, a defesa de animais e plantas acontecerá de forma mais consistente por meio da reivindicação equilibrada, ainda que exigente, de respeito.³²⁸

Para Lombardi, as exigências propostas na ética biocêntrica de Taylor poderão ter apoio se forem admitidas distinções entre os tipos de vida. Ao se reconhecer que a vida possui bem inerente é possível aceitar que estejamos moralmente obrigados a proteger ou promover o bem das coisas vivas silvestres, por elas mesmas.

Uma vez aceito que o nível de bem dos seres são distintos, Lombardi considera que o igualitarismo biocêntrico de Taylor não se sustenta, principalmente porque a negação da superioridade humana está baseada numa equivocada conexão que o autor faz entre bem inerente (*inherent worth*) superior e bem moral (*moral goodness*) superior.³²⁹

Além disso, o critério apresentado por Taylor para estabelecer a distinção entre coisas vivas³³⁰ e não vivas, também pode ser adotado para justificar distinções entre os tipos de vida e o grau de bem inerente. Tais distinções, segundo Lombardi ofereceriam a base capaz de justificar respeito pela natureza e direitos morais para os seres humanos.³³¹

³²⁶ LOMBARDI, 1983, p. 268.

³²⁷ Ibidem

³²⁸ Idem, p. 269.

³²⁹ Idem, p. 270.

³³⁰ Cada coisa viva silvestre possui um bem próprio dela, o que justifica afirmar que possui um bem inerente (*inherent worth*).

³³¹ LOMBARDI, 1983, p. 270.

3.3.4 A insustentável ideia de superioridade humana

A defesa da superioridade da vida humana é histórica. Lombardi, filiado à tradição antropocêntrica, propõe uma concepção contemporânea de superioridade, cuja ideia tem como fundamento uma insustentável gradação do bem, escala definida de acordo com a adição de capacidades àquelas que todos têm em comum, que tornariam possível de estabelecer diferenças entre as formas de vida. Além da concepção de Lombardi, outras três ideias marcam a história do pensamento ético-filosófico da superioridade humana, segundo Taylor:

- 1) A definição grega clássica do ser humano como animal racional; capacidade singular que o distingue significativamente dos outros animais.³³²
- 2) A ideia da Grande Cadeia de Seres (*Great Chains of Beings*) em que todas as coisas vivas existentes ocupam lugar numa infinita hierarquia de seres em que no topo está Deus, o ser mais perfeito, e a partir dele, em escala descendente, os outros seres ocupam seus lugares até chegar à criatura mais imperfeita.³³³
- 3) A metafísica dualista de Descartes, que concede superioridade aos seres humanos em virtude de possuírem uma mente e um corpo, enquanto animais e plantas possuiriam apenas corpo.³³⁴

Para Taylor, tanto na tradição ocidental quanto na oriental pode-se perceber a persistente ideia de que seres humanos pertencem a um nível mais alto de vida, enquanto todos os outros seres vivos, animais e plantas ocupam posições abaixo deles.

O denominador comum do pensamento filosófico ocidental e oriental, e das grandes tradições religiosas do Judaísmo, Cristianismo, Hinduísmo subjaz, segundo Taylor, na crença de que a existência humana é mais valiosa que a existência de animais e plantas.³³⁵

Nas diversas culturas persiste o apelo a certa metafísica intuitiva, obscura que Taylor acredita fundamentada na crença da existência de uma diferença óbvia de valores entre humanos e não-humanos. Entretanto, nenhum dos argumentos apresentados, seja

³³² TAYLOR, 1989, p. 135.

³³³ Idem, p. 139.

³³⁴ Idem, p. 143.

³³⁵ TAYLOR, Paul. "Are Human Superior to Animal and Plants". In: *Environmental Ethics* 6 (1984), p. 149.

pelas tradições filosóficas e religiosas, tampouco a proposta de Lombardi, resistem a um minucioso e crítico exame.³³⁶

Apesar do esforço de raciocínio de Lombardi, Taylor aponta que ele não tem êxito em seu propósito de justificar maior bem inerente (*inherent worth*) humano, em relação às outras coisas vivas, baseado num critério de variação e amplitude de capacidades para a realização do bem próprio.

O primeiro passo para tratar dessa questão, segundo Taylor, exige conhecer claramente os conceitos de valor envolvidos. Especialmente, deve-se distinguir a concepção de bem inerente das outras concepções de valor. Taylor enumera seis tipos de valor que orientam as discussões:³³⁷

- 1) *Valor Instrumental*: atribuído a algo pela sua efetiva importância como meio para alcançar um fim;
- 2) *Valor Comercial*: medido pelo seu preço no mercado, ou soma, pelo qual pode ser vendido;
- 3) *Por Mérito ou Excelência*: atribuído a uma propriedade que alguém possui, classificando-a num grau ou escala padrão;
- 4) *Valor Intrínseco ou Imediatamente Bom*: atribuído a qualquer experiência ou atividade de um ser consciente, que para ele é agradável, prazerosa, desfrutável ou que vale a pena, por si mesma;
- 5) *Intrinsecamente Valioso*: dependente de um avaliador. Qualquer entidade, seja humana, animal ou planta, objeto, lugar ou prática social, somente tem valor se alguém lhe tem apreço, carinho, ama, admira pelo que é, em si mesma;
- 6) *Bem Inerente (inherent worth)*: algo ou alguém com esse valor possui um bem próprio dele (*good of its own*). Afirmar que alguma coisa tem esse valor implica aos agentes morais reconhecer que esse é um bem que merece consideração. Da mesma forma, deve ser protegido e promovido como um fim em si mesmo, pelo bem daquele a quem o bem pertence.

Para Taylor, quando se reconhece que algo tem bem inerente, parece apropriado considerá-lo o objeto da atitude moral de respeito, sem confundi-lo com atitudes de amor, admiração ou de apreço, dirigidas a entidades intrinsecamente valiosas.³³⁸ É preciso ter claro que o valor de uma entidade com bem inerente não depende da consideração de um avaliador.

³³⁶ TAYLOR, 1984, p. 149-50.

³³⁷ Idem, p. 150-51.

³³⁸ TAYLOR, 1984, p. 151.

Em sua visão antropocêntrica, Lombardi defende que seres humanos têm maior grau de bem inerente, porque expressam um tipo de vida com uma variedade maior de capacidades, adicionais àquelas que possui em comum com as outras coisas vivas. Isso seria suficiente para distingui-los dos demais. Entretanto, Taylor duvida que o critério de Lombardi seja suficientemente forte para sustentar a superioridade humana.

Não está em questão duvidar que a variedade de capacidades dos humanos seja mais ampla, com relação àquelas que animais e plantas possuem, se por “variedade” entende-se a referência às capacidades intelectuais, morais, psicológicas, culturais, estéticas, religiosas e políticas, todas importantes para a realização do bem humano. Em contraste estão as capacidades biológicas, compartilhadas com todas as coisas vivas: reprodução, crescimento, adaptação ao meio ambiente, entre outras, seguidas das capacidades físicas para locomoção, descanso e uso de energia.

Mas, a questão principal, para Taylor, é saber se essa variedade de capacidades justifica defender a existência de graus de bem inerente (*inherent worth*). Lombardi não consegue estabelecer uma clara conexão entre variedade de capacidades e a proposta de gradação do bem inerente.³³⁹

Lombardi ainda propõe o princípio *p*, segundo o qual, um tipo de ser que: 1) possui capacidades de outros seres; e, 2) possui capacidades adicionais, de tipo diferente daquelas compartilhadas com outros seres, deve ter o seu bem inerente considerado maior que o bem dos outros.³⁴⁰ Essa estratégia Lombardi defende como sendo a mesma utilizada por Taylor para estabelecer a distinção entre coisas vivas e não vivas.³⁴¹

Para Taylor, o raciocínio de Lombardi ignora um fato importante: todas as coisas vivas possuem bem inerente, mas não são suas capacidades, tomadas em si mesmas, que lhes concedem esse valor. De fato, são as capacidades inter-relacionadas funcionalmente, que possibilitam afirmar de um organismo, como um todo, que ele possui um bem próprio o qual busca realizar.³⁴²

Na medida em que se atribui algum bem inerente às coisas vivas, admite-se como verdade simples que cada um tem um bem que é próprio dele, que serve como fundamento suficiente para conceder-lhe valor. Para Taylor, isso permite estabelecer a distinção entre afirmar que algo possui bem inerente (*inherent worth*), e que algo possui um valor intrínseco (*intrinsic value*), cuja avaliação depende de uma pessoa ou grupo.³⁴³

³³⁹ Idem, p. 154.

³⁴⁰ LOMBARDI, 1983, p. 263-64.

³⁴¹ Idem, p. 264.

³⁴² TAYLOR, 1984, p. 154 e 1989, p. 148.

³⁴³ TAYLOR, 1984, p. 155.

Assumindo-se que o bem inerente de uma entidade não é algo que esteja condicionado à avaliação, mas depende somente de se reconhecer que ele possui um bem o qual busca realizar, Taylor defende que a variedade de capacidades apenas demonstra a existência de diferenças na realização desse bem, nos diferentes tipos de vida.

Assim, o fato de algumas entidades possuírem ampla variedade de capacidades, confirma a sua necessidade de mais capacidades que outros para a realização de seu bem. Nada disso tem a ver com a atribuição de maior ou menor bem inerente. Sobre isso, Taylor escreve:

Aqueles com uma variedade relativamente limitada de capacidades (plantas e protozoários unicelulares, por exemplo) podem, absolutamente, realizar seu bem, no melhor nível possível, por meio daquelas capacidades, sob condições ambientais favoráveis. Eles não necessitam de quaisquer capacidades adicionais para ter um tipo de existência que, para seu tipo específico, constitui uma boa vida. Por que suas capacidades deveriam ser subestimadas ou classificadas num grau mais baixo, simplesmente porque não são tão amplas quanto às capacidades de outros (que necessitam de tais capacidades para realização de seu bem)?³⁴⁴

Lombardi também recorre a uma declaração de Singer para justificar sua tese da superioridade do valor inerente da vida humana. Singer, segundo Lombardi, afirma que considerações quanto ao bem-estar de crianças crescendo na América exigem que as ensinemos a ler, enquanto considerações quanto ao bem-estar de porcos exigem apenas que os deixemos na companhia de seus pares, num lugar adequado com comida e espaço para correr.³⁴⁵

Contrariamente ao que pretende Lombardi, Taylor considera que a afirmação de Singer apenas confirma a tese de que variações nas ações que promovem o bem-estar de crianças e porcos apenas diferem para um e outro. O conjunto de capacidades associadas a agência moral: racionalidade, habilidades comunicativas complexas, entendimento de valores morais que Lombardi considera instrumentalmente mais valiosas que as capacidades de animais e plantas, para Taylor não providenciam fundamento para justificar um nível mais alto de bem inerente dos humanos. Segundo Taylor, tais capacidades apenas definem o que é ser um agente moral, nada tendo a ver com maior ou

³⁴⁴ TAYLOR, 1984, p. 155; e 1989, p. 149.

³⁴⁵ SINGER, Peter. *Animal Liberation*. New York: New York Review Book, Random House, 1975, p. 6. *Apud*. LOMBARDI, 1983, p. 265.

menor grau do bem inerente, visto que animais e plantas não precisam delas para realizar seu bem próprio.

No entender de Taylor, Lombardi não oferece nenhuma razão positiva capaz de explicar porque não se deve usar a capacidade humana para ser agente moral, na negação de sua superioridade. Essa questão, diz Taylor, corresponde a:

...que graus mais altos ou baixos de mérito moral (virtudes e vícios) não podem ser atribuídos a entidades que são agentes morais, e tais diferenças de mérito não devem ser confundidas com diferenças de grau de bem inerente entre seres que são agentes morais daqueles que não são.³⁴⁶

Outro equívoco de Lombardi corresponde, segundo Taylor, à maneira como o autor aborda a ideia dos direitos. Ambos concordam com o fato de que não se pode reivindicar direitos morais para animais e plantas. Entretanto, Taylor considera que Lombardi interpreta confusamente sua restrição de direitos à esfera humana, da mesma forma que essa restrição não tem qualquer relação com a tese da negação da superioridade humana.

O argumento equivocando de Lombardi sobre direitos, segundo Taylor, se caracteriza pela maneira similar que o autor trata as relações entre humanos e as relações desses com as outras formas de vida. O fato de termos reivindicações morais válidas, as quais outros agentes morais têm o dever de reconhecer e respeitar, não trazem, segundo Taylor, quaisquer implicações na maneira como devemos tratar, ou ser tratados, por animais e plantas: “direitos humanos são reivindicações morais válidas que os portadores de direitos têm frente a outros humanos”.³⁴⁷

Por fim, Taylor critica o apelo de Lombardi ao senso comum, cuja maioria esmagadora das pessoas consideraria que animais e plantas têm certo grau de bem inerente num nível diferente dos humanos. Visão que Lombardi considera já ser aceita universalmente. Essa crença, segundo Taylor, reflete uma imagem completa e profundamente distorcida, enganosa, das relações entre humanos e de humanos com os animais e plantas. Parte da explicação para esse engano parece provir da ideia de um poder cada vez maior dos humanos sobre o mundo natural. Isso parece refletir a ideia de

³⁴⁶ TAYLOR, 1984, p. 156.

³⁴⁷ Idem, p. 157.

que quanto maior o poder de controlar e dominar o mundo no qual vivem, menor respeito se tem por ele.³⁴⁸

Embora pareça ser uma explicação pouco significativa para a crença na superioridade humana, Taylor afirma sua importância e significância para a compreensão dessa crença. Um julgamento de valor que não é posto em dúvida e permeia as considerações sobre o modo de vida humana, em contraste com o valor de animais e plantas. Para Taylor, quando são comparadas, a variedade e riqueza das experiências humanas, com a limitada e estreita experiência dos animais e plantas, tende-se a pensar que, em relação à vida humana, animais e plantas têm uma existência empobrecida e maçante. Diante disso, prevalece um sentimento de gratidão entre os humanos pela sorte de terem nascido humanos.³⁴⁹

Tais reações, segundo Taylor, correspondem a uma visão estritamente humana, cujo bem-estar corresponde ao padrão do que se entende por vida boa, que vale a pena ser vivida. Mudar essa perspectiva implica num esforço de imaginação e pensamento da parte dos humanos para o exercício de se colocar no lugar desses seres e perceber o que seria para eles uma vida boa. Além disso, reconhecer o valor genuíno de suas capacidades específicas (*species-specifics*) para o funcionamento biológico saudável, indispensável na luta pela promoção de seu bem-estar. Quando somos capazes, segundo Taylor, de ver a vida dos animais e plantas pela sua perspectiva, “abrimos a possibilidade de que, como membros da comunidade total de vida da Terra, eles possam possuir um bem inerente igual ao que é atribuído a nós mesmos, como pessoas”,³⁵⁰ sem que existam razões para que sejam feitas avaliações mais baixas do seu bem, em comparação ao bem dos humanos.

Precisamos nos livrar da parcialidade e das distorções estanques de nossa história antropocêntrica. Para Taylor, somente uma mente aberta e esclarecida pode tratar das questões conflitantes na relação entre humanos e não-humanos. Consequentemente, tal mente será capaz de atender ao mais alto e nobre chamado no domínio da ética: promover a revolução com respeito aos princípios igualitários, no domínio das relações entre humanos e não humanos, similar à revolução já em curso no domínio das relações humanas.³⁵¹

³⁴⁸ TAYLOR, 1984, p. 158.

³⁴⁹ Ibidem

³⁵⁰ Idem, p. 159.

³⁵¹ TAYLOR, 1984, p. 160.

Considerações finais

Com respeito a tudo o que foi exposto sobre as questões ambientais, pode-se perceber o nível em que se encontram as discussões sobre a relação dos humanos com o restante da comunidade de vida da Terra.

A maioria dos humanos tem dificuldades para reconhecer que sua relação e o tratamento dispensado às outras coisas vivas da Terra precisam mudar. Muitos admitem essa necessidade, mas não conseguem abandonar velhos hábitos, herdados da tradição antropocêntrica.

Apesar de todos os argumentos em contrário, o discurso sobre a superioridade da espécie humana sempre retorna como forte argumento para desqualificar a defesa de uma igualdade biocêntrica e a perspectiva de desenvolvimento de uma ética com base nessa visão.

Os antropocentristas insistem que o ser humano, em todos os aspectos, é superior a todas as outras coisas vivas da Terra. Comprovadamente, humanos são os únicos capazes de ser *agentes morais*. Contudo, essa característica somente torna-se evidente nos humanos ao longo de seu desenvolvimento. Muitos, no entanto, sequer desenvolvem habilidades mínimas, necessárias para sobreviver biologicamente. Alguns tornam-se dependentes de outros para conseguir satisfazer suas necessidades básicas.

Talvez não seja possível negar absolutamente a superioridade humana. Intuitivamente percebemos que algo nos distingue dos outros seres vivos, assim como eles entre si. O que se questiona, entretanto, é a forma como se entende superioridade: no sentido de permissão para dominar outras formas de vida de maneira predatória.

Uma concepção de superioridade humana defensável se justifica unicamente pela capacidade humana de *refletir* sobre sua própria condição biológica que o torna igual a todos os outros organismos na busca pela sobrevivência.

Nesse contexto, Taylor propõe a reflexão sobre uma igualdade entre os organismos, baseada em condições biológicas semelhantes de sobrevivência, a qual todos estão submetidos. Nessa proposta, a visão antropocêntrica de natureza deve ser abandonada, em favor de uma perspectiva biocêntrica, única capaz de promover mudanças na sua maneira de ver o seu lugar na comunidade de vida da Terra.

Os problemas ambientais refletem a necessidade de se repensar uma nova concepção humana de mundo. Muitas são as propostas, mas a de Taylor apresenta-se de modo consistente com as exigências formais e materiais para o desenvolvimento de uma

teoria ética. O autor se preocupa em estruturar uma teoria ética ambiental de modo familiar ao modelo subjacente das éticas humanas. Procura também estabelecer critérios para a definição do objeto de valor e consideração moral; dos princípios para a resolução de conflitos de interesses entre humanos e não-humanos, além das virtudes associadas a princípios capazes de oferecer boas razões para os humanos decidirem adotar uma atitude de respeito pela natureza.

A ética de Taylor consegue apresentar limites defensáveis para restringir as ações humanas frente a um tipo de vida em particular: aquelas que mantiveram seu caráter silvestre. Taylor elege as coisas vivas silvestres porque acredita que possuam um bem próprio delas, que ainda não foi destruído pela atividade humana ou que há muito tempo, ao não ser mais manejado, recuperou seu modo singular de vida.

A delimitação da ética do respeito às coisas vivas silvestres tem o mérito de oferecer maior consistência aos argumentos de Taylor em sua defesa pela atitude de respeito pela natureza. Mas não tem alcance quando os objetos da reflexão ética são os animais e plantas produzidos pela cultura humana. Pois a manipulação humana transformou esse bem próprio num bem instrumental; tais vidas carecem da singularidade que caracteriza o bem próprio nas coisas vivas silvestres.

Apesar do alcance da ética do respeito pela natureza para a preservação do meio ambiente, a teoria de Taylor apresenta um problema em especial. Um dos princípios prioritários, eleito para a resolução de conflitos entre os interesses de humanos e não humanos pode levar sua teoria a inconsistências em relação às exigências formais de generalidade, universalidade e, especialmente, imparcialidade.

Os princípios prioritários propostos para a resolução de conflitos têm o papel de intervir quando interesses de humanos e não-humanos competem entre si. Um princípio é especialmente problemático: o princípio do Mau-menor.

Tal princípio tem por objetivo dirimir o conflito que se estabelece entre interesses básicos dos seres não-humanos e não-básicos dos seres humanos. Segundo Taylor, alguns interesses não básicos dos humanos seriam tão significativos para a promoção do seu modo de vida que, mesmo os adeptos da perspectiva biocêntrica estariam dispostos a considerar.

Nesse caso, para promover um interesse humano não-básico, em detrimento a um interesse básico não-humano, o princípio recomenda causar o menor mal possível, com relação ao interesse básico dos seres não-humanos afetados.

A questão é saber o quanto um mal é maior ou menor para a entidade que tem o seu interesse básico subestimado. O princípio do Mal-menor abre a possibilidade de os humanos subestimarem os interesses básicos das outras formas de vida, fazendo prevalecer sempre o seu interesse não-básico, sob pretexto de ser um interesse imprescindível para o desenvolvimento do seu modo de vida, o qual não poderia abrir mão.

Todo trabalho de reflexão filosófica, em torno da importância de preservar o bem-próprio da coisa viva silvestre, porque isso implica reconhecer nela um bem inerente, independente de quaisquer interesses de terceiros, parece sem sentido diante dessa parcialidade em favor dos humanos.

Uma ética ambiental genuína não deve fazer concessões, quando estão em questão interesses básicos, sejam eles dos seres humanos ou dos seres não-humanos. A ética de Taylor é capaz de cumprir essa exigência, mas precisa rever a prioridade do princípio do Mau-menor ou sua exclusão do conjunto de princípios prioritários para a resolução dos conflitos de interesses.

Referências bibliográficas

- AGAR, Nicholas. "Valuing Species and Valuing Individuals". *Environmental Ethics* 17(1995): 397 – 415.
- ALMEIDA, Júlia A. M. "A ética ambiental de Tom Regan: crítica, conceitos, argumentos e propostas". *Ethic@* 5, Florianópolis: 2006, p.147-151.
- FELIPE, Sônia T. "Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt". *Revista Brasileira de Direito Animal* 1. Salvador 2006a: Instituto de Abolicionismo Animal, p. 207-29.
- FELIPE, Sônia T. "Da Considerabilidade Moral dos Seres Vivos: a bioética ambiental de Kenneth E. Goodpaster". *Ethic@* 5, Florianópolis 2006b, p. 105-118.
- FELIPE, Sônia T. "Valor Inerente e Vulnerabilidade: critérios éticos não-especistas na perspectiva de Tom Regan". *Ethic@* 5, Florianópolis: 2006c, p. 125-146.
- LOMBARDI, Louis G. "Inherent Worth, Respect and Rights". *Environmental Ethics* 5 (1983), p. 257-270.
- NEGRÃO, Sílvio. "Estratégias de argumentação da filosofia ambientalista liberal, libertária e socialista". *Ethic@* 5, Florianópolis 2006a, pp. 83-93.
- NEGRÃO, "O critério da vida para uma ética ambiental: concepção, filiação, conceitos, argumentos e propostas de Kenneth Goodpaster", *Ethic@* 5, Florianópolis 2006b, p. 119-23.
- NEGRÃO, Sílvio. "Biorregionalismo, ética e justiça ambiental". *Ethic@* 5, Florianópolis 2006c, p. 185-193.
- REGAN, Tom. "The Nature and Possibility of an Environmental Ethics". *Environmental Ethics* 3 (1981), p. 19-34.
- REGAN, Tom. "The Case for Animal Rights". In: BAIRD, Robert M; ROSENBAUM, Stuart E. (Eds.) *Animal Experimentation: The Moral Issues*. Amherst: NY 1991, p. 77-88.
- REGAN, Tom. *The Case for Animal Rights*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles 2004.
- ROLSTON III, Holmes. "Values in Nature". *Environmental Ethics* 3 (1981): 113-128.
- ROLSTON III, Holmes. "Respect for Life: Counting what Singer Finds of no Account". In: *Singer and His Critics*. Edited by Dale Jamieson. Blackwell Publishers, 2000, p. 247-268.

- RYDER, Richard. "Speciesism". In: *Victims of Science. The use of animals in research* [1975]. Revised edition 1983. London: Centaur Press 1983, National Anti-Vivisection Society Limited, p. 1-14.
- SALLES, Paulo Benincá. "Libertarianismo e Socialismo: limites e possibilidades de uma ética ambiental". *Ethic@* 5, Florianópolis, 2006, p. 179-83.
- SINGER, Peter. "The Significance of Animal Suffering" In: BAIRD, Robert M; ROSENBAUM, Stuart E. (Eds.) *Animal Experimentation: The Moral Issues*. NY: Amherst 1991, p. 57-66.
- SINGER, Peter. *Ética Prática*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes 1998.
- SINGER, Peter. *Animal Liberation*. NY: HarperCollins Publishers 2002, p. 1-23.
- SPITLER, Gene. "Justifying a Respect for Nature". *Environmental Ethics* 4 (1982): 255-60.
- TAYLOR, Paul W. "The Ethics of Respect for Nature". *Environmental Ethics* 3 (1981): 197-218.
- TAYLOR, Paul. "In Defense of Biocentrism". In: *Environmental Ethics* 5 (1983), p. 237-43.
- TAYLOR, Paul W. "Are Humans Superior to Animals and Plants". *Environmental Ethics* 6 (1984): 149-160.
- TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature. A Theory of Environmental Ethics*. New Jersey: Princeton University Press, 1989.